



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

MARIA MARISMENE GONZAGA

**BIBLIOTECA ESCOLAR E PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO**

Presidente Prudente

2017

MARIA MARISMENE GONZAGA

**BIBLIOTECA ESCOLAR E PROJETO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP – Campus de Presidente Prudente, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Junqueira de Souza

Presidente Prudente
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Gonzaga, Maria Marismene.
G651b Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico : um estudo de caso /
 Maria Marismene Gonzaga. - Presidente Prudente : [s.n.], 2017
 144 f.

 Orientadora: Renata Junqueira de Souza
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
 Inclui bibliografia

 1. Biblioteca escolar. 2. Projeto político-pedagógico. I. Souza, Renata
Junqueira de. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e
Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

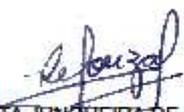
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

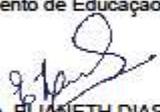
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: BIBLIOTECA ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO

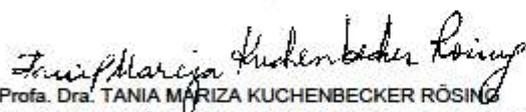
AUTORA: MARIA MARISMENE GONZAGA

ORIENTADORA: RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA
Departamento de Educação / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente


Profa. Dra. ELIANETH DIAS KANTHACK HERNANDES
PPGE / UNESP/PRESIDENTE PRUDENTE


Profa. Dra. TANIA MARIZA KUCHENBECKER RÖSING
Centro de Referência de Literatura e Multimídia- Mundo da Leitura / Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Letras.

Presidente Prudente, 27 de março de 2017

Dedico esta dissertação aos meus pais (em memória) pelos ensinamentos e exemplo de vida.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo apoio e incentivo.

*Aos meus ex-alunos, aos colegas de profissão e aos meus professores que justificam a minha
crença na educação pública.*

Agradecimentos

Se eu vi mais longe do que outros, foi por estar sobre os ombros de gigantes.

Isaac Newton

A todos os meus professores destes muitos tempos de escola – da primeira, que me ensinou o uso do M e N, contando uma história –; daqueles que, ao longo do caminho me despertaram para a literatura, em especial a literatura infantil e juvenil; destes muitos de agora – das disciplinas cursadas, dos tópicos especiais, dos seminários e congressos, e ainda outros, em conversas nos corredores e nos diversos eventos da Universidade – que me introduziram na pesquisa científica (o quê muito desejava), me fazendo compreender melhor a grandeza da educação, da literatura, da leitura.

E, em especial, à minha orientadora, Professora Doutora Renata Junqueira de Souza, a quem conheci primeiro por meio de sua produção literária e de suas atividades.

Obrigada, Professora Renata, pela orientação que me levou a investigar e a conhecer melhor a respeito do meu objeto de estudo. Obrigada pelo carinho, pela confiança e apoio que me foram dispensados nos momentos de estudo, de pesquisa e, mesmo, em outras situações.

Obrigada a todos pelas discussões e indicações de leitura que foram (des)construindo conceitos, e me permitindo adentrar no cenário da pesquisa.

À Secretaria de Educação Municipal, ao diretor da escola pesquisada, agradecimento extensivo a todos os funcionários e alunos, aos profissionais e pais que cederam atenciosamente espaço, tempo e o seu conhecimento para a realização da minha pesquisa.

À banca examinadora Profa. Dra. Tania Mariza Kuchenbecker Rösing, Profa. Dra. Elianeth Dias Kanthack Hernandez, Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel e Prof. Dr. Alberto Albuquerque Gomes, profissionais com profundo saber teórico e prático referente ao tema pesquisado que se dispuseram a avaliar o meu trabalho.

Às minhas leitoras críticas, meus anjos da guarda – Ana Lúcia, Michelle Mariana e Maria Eveline – e às minhas revisoras Márcia Dias, Miriam Mônaco, Luzia Medeiros e Mariana Revoredo agradeço pela atenção e disponibilidade.

A todos os funcionários desta Universidade – à secretária da pós-graduação, Ivonete e sua equipe; à Tamae, aos funcionários e estagiários da biblioteca – o meu agradecimento pelo trabalho, pela atenção e carinho sempre dispensados –, bem como aos funcionários da limpeza, da segurança e todos aqueles anônimos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para o êxito do meu estudo.

O meu agradecimento às meninas da cantina, pelo carinho e atenção no atendimento.

Ao grupo de pesquisa e aos colegas do CELLIJ, com quem aprendi muito e tive uma convivência gostosa.

Aos meus colegas do mestrado, pela convivência amistosa.

Aos meus sobrinhos e irmãos, em especial às minhas duas irmãs que me apoiaram para que eu pudesse fazer esse mestrado.

Agradeço aos meus colegas de trabalho das escolas em que atuei em Minas Gerais, no Paraná e no Distrito Federal e aos colegas de trabalho do Ministério da Educação, pela aprendizagem e companheirismo.

A todos os meus amigos de Minas, de Brasília e de Presidente Prudente, que vieram me acompanhando e partilhando comigo as inquietações, as saudades, as angústias e também as alegrias.

Meu agradecimento à Kênia, pessoa que aqui encontrei, desde a minha primeira estada nesta cidade, e fomos construindo uma amizade; às meninas que me receberam gentilmente na casa onde passei a morar durante o período do mestrado, (Professora Kátia, Marta e Edna), também àquelas que chegaram depois (Josélia e Patrícia) aos vizinhos e todos os amigos que fiz frequentando a capela do bairro.

A todos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para que eu pudesse aprender a pesquisar cientificamente a respeito do que há muito vinha trabalhando – a leitura literária e o acesso das crianças e jovens aos bens culturais que a humanidade produziu e continua produzindo, fazendo-se sujeitos dessa produção e transformação da sociedade.

Sobretudo, agradeço a Deus por me permitir tanto.

Mas a escola, ao pretender uma educação permanente, não pode ignorar a literatura. Ler é somar-se ao outro, é conhecer a legenda que o outro aplicou ao mundo. Ler é ampliar a legenda, passando também pelo coração do homem. É tempo de acreditar que não houve somente avanços tecnológicos no mundo. Ampliou-se, e muito, o conceito também de homem, de existência. Um currículo escolar não tem como abrigar todo o conhecimento produzido. A função de uma escola, hoje, é a de criar leitores para, independentes, inteirarem-se da cultura existente. Se o leitor se interessar pela literatura, tanto melhor. Vai saber do mundo e do sentimento do homem diante dele.

Bartolomeu Campos Queirós

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha “Processos formativos, ensino e aprendizagem” do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, campus de Presidente Prudente/SP. Parte-se do pressuposto de que a biblioteca escolar (BE) é parte integral do processo educativo, sendo, ela, essencial a qualquer tipo de ação de longo prazo no tocante ao desenvolvimento competente da leitura e da escrita, ao acesso à informação e ao crescimento social, cultural e econômico de sujeitos em uma sociedade. É uma instituição que fomenta os trabalhos de sala de aula referentes à cultura letrada, à leitura literária, a todas as áreas do conhecimento científico, bem como as manifestações culturais. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o enfoque dado à biblioteca escolar no projeto político-pedagógico da escola (PPP) e sua contribuição para o trabalho de formação de leitores, para o acesso a objetos informacionais e bens culturais. Trata-se de uma pesquisa documental e estudo de caso com abordagem qualitativa desenvolvida em uma escola pública da rede municipal de educação básica de Presidente Prudente, SP. As análises e teorias que subsidiaram a estrutura deste estudo são baseadas em teóricos que discutem a função da biblioteca escolar, a importância desta no projeto político-pedagógico, a leitura, a leitura da literatura, a história da biblioteca e da biblioteca escolar (BE), seu papel e o espaço como mediação. A coleta dos dados deu-se por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a dez participantes, sendo oito profissionais da unidade de ensino (UE) e dois pais representantes do Conselho de Escola. Foram utilizados dois instrumentos – um roteiro para a análise documental e um roteiro com perguntas abertas – elaborados exclusivamente para este estudo. Os resultados foram analisados utilizando-se a técnica de análise do discurso. Observou-se que a biblioteca escolar faz parte do PPP no que diz respeito à infraestrutura. Não são indicadas atividades de difusão cultural e tecnológica no documento. Os resultados da investigação mostram que a comunidade escolar reconhece a relevância da BE para processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, o projeto político-pedagógico da escola não menciona de maneira explícita o conceito de biblioteca escolar, nem a sua contribuição para o trabalho de formação de leitores, apenas o cita no plano de ação e em um projeto de leitura. Diante do exposto, espera-se que este estudo possa promover uma reflexão quanto ao tipo de biblioteca adequado à demanda da comunidade escolar, à utilização desta, bem como sua integração ao planejamento coletivo da escola, tornando-se o centro do currículo, e da escola. Assim, contribuir para melhoria da qualidade do ensino, de modo a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e à promoção e distribuição de bens culturais.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Projeto político-pedagógico; Leitura literária; Cultura letrada.

ABSTRACT

This research is linked to the research line "Formative processes, teaching and learning" of the Post-graduate Program in Education of FCT/Unesp, Presidente Prudente / SP campus. The assumption is that the school library (BE) is an integrated part of the educational process, and is essential to any long-term strategy with regard to the appropriate development of reading and writing, access to information and social, cultural and economy growth of subjects in a society. It's an institution that support classroom work on the literacy, and literary reading, as well as to other areas of knowledge and the cultural manifestation. In this sense, this research has as main objective to analyze the approach given to the school library in the political-pedagogical project of the school (PPP) and its contribution to the work of training of readers, for the access to information objects and cultural goods. Therefore, it is a documentary research and study of case with qualitative approach developed in a public school of the municipal network of basic education of Presidente Prudente, SP. The analyzes and theories that supported the structure of this study are based on theoretical that discuss the function of the school library, your importance in the political-pedagogical project, the reading, the reading of the literature, the history of the library and the school library (BE), their role and the space as mediation. Data collection was conducted through documentary analysis and semi-structured interviews, carried out with ten participants, being eight professionals from the education unit (UE) and two representatives from the school council. Two instruments were used - a script for documentary analysis and a questionnaire with open questions - elaborated exclusively for this study. The results were analyzed using the discourse analysis technique. It was observed that the school library is part of the PPP, in terms of infrastructure. As for the library's presence as a space for cultural and technological diffusion, the document does not indicate activities in this sense. The results of the research show that although the school community recognizes the relevance of BE for teaching and learning process. However, the school's political-pedagogical project does not explicitly mention the concept of a school library, nor does it contribute to the work of educating readers, only mentions the action plan and a reading project. In view of the above, it is expected that this study may promote a reflection about the type of library appropriate to the demand of the school community, the use of this, as well as its integration into the collective planning of the school, becoming the center of the curriculum and the school. In addition, contributing to improving the quality of teaching in order to facilitate access to scientific knowledge and the promotion and distribution of cultural goods may be a function of the space allocated to the school library.

Keywords: School library. Political-Pedagogical Project. Cultural goods. Literary reading. Scientific knowledge.

LISTA DE SIGLAS

Aecid	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
BE	Biblioteca Escolar
CELLIJ	Centro de Estudos em Literatura Infantil e Juvenil
CGU	Controladoria Geral da União
CIEPs	Centros Integrados de Educação Pública
DOU	Diário Oficial da União
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EM	Escola Municipal
FAE	Fundação de Amparo ao Estudante
GEBE	Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
INLL	Instituto Nacional do Livro e Leitura
LIBES	Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNSL	Programa Nacional Sala de Leitura
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PREPES	Programa de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i>
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
RCEMPP	Regimento Comum para a Educação Municipal de Presidente Prudente
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
EU	Unidade de Ensino

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UNESP Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A pesquisadora e sua história: da graduação ao ofício	13
1.2 Trajetória metodológica	16
2 BIBLIOTECA ESCOLAR: HISTÓRIA, ESPAÇO DE MEDIAÇÃO DE LEITURA, CONHECIMENTO INFORMACIONAL E ACESSO A BENS CULTURAIS	23
2.1 Breve história do livro	23
2.2 Aspecto histórico da biblioteca: da antiguidade clássica ao século XXI	25
2.3 O livro e a biblioteca no Brasil	27
2.4 Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar	29
2.5 O que é uma biblioteca?	36
2.5.1 Mas, e a biblioteca escolar?	37
2.5.2 A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem dos recursos informacionais	40
2.5.3 A biblioteca escolar como espaço de mediação da leitura e da literatura	42
3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	46
3.1 A gestão democrática na educação brasileira	46
3.2 O Projeto Político-Pedagógico	49
3.3 A Biblioteca Escolar e o Projeto Político-Pedagógico	55
4 DOS DOCUMENTOS OFICIAIS À PRÁTICA: A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CENTRO DA ESCOLA	58
4.1 Cenário da pesquisa	58
4.2 Discussão e resultados da análise do projeto político-pedagógico da escola municipal – Triênio 2013 a 2015 – relativos ao enfoque dado à biblioteca	63
4.2.1 O tratamento dado à biblioteca no projeto político-pedagógico da escola	63
4.2.2 Biblioteca escolar e sua contribuição para a formação de leitores	70
4.2.3 Conceito de biblioteca contido no projeto político-pedagógico da escola	73
4.2.4 Espaço de difusão cultural e tecnológico	75
4.3 Análise das entrevistas	76
4.3.1 Biblioteca escolar: local de acesso à cultura letrada	77
4.3.2 Investimento e acesso: promoção do conhecimento	91

<i>4.3.3 Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: relações participativas</i>	<i>109</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	141
APÊNDICE 1 - Roteiro para análise do projeto político-pedagógico	142
APÊNDICE 2 - Roteiro semiestruturado para realização das entrevistas	143

1 INTRODUÇÃO

1.1 A pesquisadora e sua história: da graduação ao ofício

A escolha do tema da pesquisa não foi aleatória. Houve motivações pessoais ligadas desde a graduação a minha trajetória de trabalho¹. E esse caminho conduziu-me a explorar o assunto e buscar na academia, por meio da pesquisa científica, aprofundar meus estudos e trabalho.

Durante o curso de Letras, tive uma professora que aguçou a minha curiosidade para a literatura infantil e, então, iniciei uma busca por livros infantis e juvenis para ler, apreciar, conhecer melhor esse gênero. Depois de terminada a graduação, continuei fazendo cursos na área. Ao iniciar o meu trabalho na escola, sempre levei livros de literatura para sala de aula, dei início à organização de biblioteca em escola e segui participando de congressos, seminários e cursos. Poucos anos depois, fiz uma especialização em literatura infantil e juvenil – Programa de pós-graduação *lato sensu* (PREPES)². Essa especialização conduziu-me para o encantamento pelas histórias e as possibilidades de aperfeiçoar o trabalho que já iniciara na escola com os jovens de 5^a a 8^a série³, em 1986.

Ao longo de anos de trabalho no exercício do magistério da educação básica pública, período que compreende dezessete anos – parte desse tempo na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE/MG), em seguida na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), e, posteriormente, em atividades desempenhadas no Ministério da Educação (MEC) no âmbito dos programas do livro – Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) –, fui percebendo a necessidade de levar a literatura aos alunos e (ou) conduzi-los aos livros. Nesse sentido, Garcez (1999, p. 49) afirma que “a exposição constante da criança à audição de estórias e à manipulação de livros infantis expande seu conhecimento e seu grau de letramento de forma considerável.” Assim, busquei centrar esforços para que alunos e professores se apoderassem dos livros.

Durante oito anos no exercício de professor e em outras funções, em três escolas da rede pública estadual de Minas Gerais, atuei de forma a trabalhar diretamente com o livro de literatura, desenvolvendo atividades que levassem o aluno à apreciação dos gêneros literários.

¹ Utilizei na introdução do presente relatório a primeira pessoa do singular para expressar minhas experiências pessoais.

² Programa de pós-graduação *lato sensu* (PREPES), cursado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, de janeiro de 1990 a dezembro de 1992.

³ A mudança da nomenclatura de série para ano ocorreu a partir de 2006, em virtude da implantação do ensino fundamental de nove anos – Lei nº 11.274 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos.

Nesse período, a rede estadual de Minas implantara no currículo das séries finais do ensino fundamental, a disciplina de Literatura Infantil e Juvenil. Assim, pude trabalhar intensamente com a literatura em sala, sempre com o livro nas mãos dos alunos.

No decorrer das atividades em sala de aula, e já na Secretaria de Educação de Brasília, pude observar a dificuldade de leitura de vários alunos, mas também o prazer deles ao entrar em contato com os livros – poemas, histórias, romances e outros gêneros. Cito como exemplo alunos da sétima série, classe de aceleração⁴, de uma escola de Brasília/DF. Durante uma atividade com poesia, em um momento de leitura e apreciação do gênero, uma aluna disse: “Professora, eu leio poesia e não entendo nada”. Depois de alguns meses de escola e, sempre proporcionando o livro aos alunos, a mesma aluna afirmou: “Professora, agora eu já entendo e gosto de poesia.” Outra, durante uma auto-avaliação, no decorrer da série, disse que no início do ano só gostava de ler contos de fada e que agora lia e gostava de outras histórias.

Durante o meu trabalho no Ministério da Educação (MEC), constatei, por meio de seminários, diálogo com professores e pesquisas realizadas, que os espaços de leitura nas escolas são precários e (ou) muitas vezes não existem. Havia também reivindicações de formação de professores para a mediação de leitura. Isso pode ser observado na primeira pesquisa relativa ao PNBE, realizada por solicitação do MEC, recomendada pela Controladoria Geral da União (CGU)⁵, intitulada *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): Leitura e Biblioteca nas Escolas Públicas Brasileiras*, de acordo com o seguinte trecho:

Os espaços de leitura nas escolas pesquisadas apresentaram-se muito variados. De espaços adaptados, pequenos, acanhados, mal iluminados, ‘depósitos de livros’ amontoados, desorganizados, às bibliotecas generosas, construídas especificamente para sua função e finalidade, uma gama de modelos e de realidades foi encontrada. Salas de leitura acopladas a bibliotecas, em menor número, ou salas de leitura apenas, sem bibliotecas. E o que dizer dos armários – ‘armarioteca’, [...] em substituição à biblioteca.

Uma característica tristemente representativa desses variados espaços e desenhos de ambientes de leitura esteve simbolizada pela chave – a síntese do inacessível, do inatingível –, que vedava inúmeros espaços e acessos: de salas de leitura, de bibliotecas, de armários, todos eles fechados, com portas escondendo o enigma atrás de muralhas intransponíveis ao acesso de fruição dos usuários – estudantes, professores, comunidade (BRASIL, 2008, p.86).

⁴Parecer nº 1932002-CEDF – sinpro-df. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/03/parecer-n.%C2%BA-1932002-cedf.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2016.

⁵ Disponível em:

<http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/relatorio%20de%20auditoria%20%20pnbe.pdf>. Acesso em 02 abr. 2016.

E ainda, na mesma pesquisa, a “necessidade da formação docente para trabalhar com os acervos” foi destaque central em todos os locais pesquisados (BRASIL, 2008, p. 103).

Outra pesquisa, *Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil* (BRASIL, 2011), revelou que os acervos distribuídos pelo Ministério, em grande parte, não chegavam às mãos de alunos, professores e comunidade da escola, conforme trecho resultante dessa investigação:

[...] existe investimento bastante significativo em distribuição de acervo, o que não impediria, em princípio, a leitura e a fruição das obras. Mas constata-se que a dinamização da leitura, quando observada, tem marcas didatizantes, e não raramente foram flagrados pacotes de livros em profusão, fechados e intocados seja pelos responsáveis, seja por alunos – crianças e jovens, sujeitos dessa pesquisa. Isso põe em risco não apenas os processos de formação de leitores, mas também políticas de distribuição de acervos, pela responsabilidade não compartilhada de gestores com a prestação de serviços aos públicos aos quais se destinam. Políticas de distribuição de acervos devem ser acompanhadas de outras já aqui mencionadas: de financiamento, de formação de mediadores de leitura, de contratação de pessoal especializado. (BRASIL, 2011, p. 89)

As experiências profissionais e os estudos despertaram em mim o interesse em pesquisar e em aprofundar minhas leituras sobre a biblioteca escolar e o projeto político-pedagógico (PPP). Assim, propus-me a investigar para conhecer sobre o tratamento dispensado à biblioteca da escola, na perspectiva da integração ao trabalho pedagógico dos professores, com o intuito de apoiar o trabalho com a leitura e a literatura, o acesso a bens informacionais e culturais, contribuindo assim, para que haja um espaço planejado intencionalmente, que propicie a formação de leitores proficientes⁶, o acesso a conhecimentos científicos e atividades culturais e tecnológicas, proporcionando desenvolvimento crítico e consciente e, por conseguinte, a prática social e cultural.

Transitando entre livros, leituras, biblioteca escolar e o PNBE, tive a oportunidade de conhecer o trabalho da Professora Dra. Renata Junqueira de Souza exposto em várias publicações referentes ao tema, bem como as atividades que realiza na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Presidente Prudente, mais especificamente, no Centro de Estudos de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil – CELLIJ, e vislumbrei a oportunidade de tentar realizar meus estudos nesta Universidade. Considerei também a possibilidade de participar do grupo de pesquisa liderado pela professora. O estudo e o diálogo entre pares com fins comuns poderiam configurar uma contribuição significativa para o meu conhecimento, o que de fato aconteceu.

⁶ Leitores proficientes interagem com o texto utilizando o seu conhecimento prévio, fazendo inferências, previsões e conectando-se com outros textos. Giroto, *et al*, citando Pearson e Johnson (1978), Ensino Em Revista, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012

Uma vez obtido sucesso no processo de seleção, pude reelaborar o meu projeto de pesquisa sob a orientação da Professora Dra. Renata Junqueira, intitulado *Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: um estudo de caso*.

Para tanto, busquei em *sites*⁷ especializados, bem como em pesquisa realizada sobre o estado da arte, e vi que há investigações nesse sentido. Porém, o meu trabalho, por tratar da biblioteca e o envolvimento desta no projeto político-pedagógico, poderá somar aos estudos que vêm sendo realizados.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o enfoque dado à biblioteca no projeto político-pedagógico da escola e sua contribuição para o trabalho de formação de leitores, para o acesso a objetos informacionais e a bens culturais, e ainda, verificar a contribuição da biblioteca para com o processo educativo e cultural sob o ponto de vista da comunidade escolar.

Diante do exposto, passo a relatar os procedimentos metodológicos que foram adotados no desenvolvimento da presente pesquisa.

1.2 Trajetória metodológica

Trata-se de pesquisa documental e estudo de caso com abordagem qualitativa que consistiu na análise do projeto político-pedagógico de uma escola pública de educação básica da rede municipal de Presidente Prudente/SP, e entrevistas com os profissionais da educação e comunidade escolar.

A pesquisa qualitativa fundamenta-se em uma perspectiva interpretativa centrada no entendimento dos significados das ações de seres humanos e suas instituições. À procura de conhecimentos, buscamos analisar os dados na totalidade de sua riqueza, respeitando a forma que estes dados foram registrados e transcritos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Lüdke e André (1986, pp. 11-12) apresentam as características básicas referentes ao estudo qualitativo, evidenciadas por Bogdan e Biklen (1982) quando discutem o conceito da pesquisa qualitativa:

⁷ LIBES e GEBE. A LIBES (Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar) base de dados que reúne referências de documentos sobre biblioteca escolar produzidos no Brasil a partir da década de 1960. Inclui livros, artigos de periódicos, dissertações, teses, trabalhos apresentados em eventos e documentos governamentais. Não são incluídos monografias de especialização e trabalhos de conclusão de curso. *Link:* <<http://libes.eci.ufmg.br/index.php>>. GEBE é o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar, sediado na Escola de Ciência da Informação da UFMG integra pesquisadores e estudantes em torno de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas especialmente a questões sobre a função educativa da biblioteca, procurando uma melhor compreensão do potencial dessa instituição como espaço de ação pedagógica. *Link:* <<http://gebe.eci.ufmg.br/>>.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que o produto; o 'significado' que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Assim, o ambiente fornece diretamente os dados e o pesquisador se aproxima mais dos fenômenos estudados, buscando compreendê-los. Interpreta os eventos e capta o contexto na sua totalidade, enfatizando o subjetivo de forma a compreender e interpretar as experiências.

Quanto ao estudo de caso, segundo Lüdke e André (1986), este pode ser caracterizado como um estudo de um caso simples e específico, ou complexo e abstrato. Os exemplos dados pelas autoras evidenciam um caso de uma professora de uma escola pública, mas também pode ser o estudo do turno noturno ou de classes de alfabetização. Ao definir o caso a ser estudado, este deve ser bem delimitado. Pode ser semelhante a outros casos, mas ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular.

O estudo de caso é um caminho metodológico que vem se destacando no campo da educação e das ciências sociais. Caracteriza-se em uma metodologia mais adequada por examinar um fenômeno, na sua profundidade, a partir de múltiplas fontes de evidência, assim como, pelo emprego de métodos diversificados de coleta de dados, tais como entrevistas, questionários e observação.

Nesse sentido, um instrumento de coleta de dados para a pesquisa foi a entrevista, por acreditar que essa é adequada para identificar a percepção que gestor, professor, bibliotecário, orientador pedagógico e Conselho de escola têm do trabalho conjunto com vistas à inserção da biblioteca no projeto político-pedagógico da escola bem como o desenvolvimento de atividades planejadas em conjunto, de forma a apoiar o ensino e a aprendizagem, principalmente, da leitura.

Segundo Boni e Quaresma (2005), a entrevista é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. As autoras afirmam que a entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio da entrevista, os pesquisadores buscam coletar dados subjetivos. Estes só poderão ser obtidos através da entrevista, pois se relacionam aos valores, às atitudes e às opiniões das pessoas entrevistados.

Dessa forma, para este estudo, optamos por entrevistas semi-estruturadas, de forma a fornecer informações relativas ao fenômeno pesquisado.

Ainda, de acordo com as autoras:

As entrevistas semi-estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

O entrevistador pode deixar que o entrevistado fale livremente, mas se a digressão sair do objetivo da pergunta é preciso buscar o entrevistado de volta para o assunto perguntado, porém, isso é delicado e não muito fácil.

Nessa investigação foram entrevistados o diretor da escola, orientador educacional, professores de sala de aula, responsáveis pela biblioteca escolar, e pais de alunos componentes do Conselho de escola da instituição pesquisada.

A pesquisa documental é importante quando o pesquisador deseja acesso aos dados difíceis de obter por outros meios, ou para validar informações obtidas por meio de outras técnicas, as entrevistas, por exemplo, pois os documentos representam uma rica fonte de dados. A pesquisa documental procurou examinar materiais de forma analítica, buscando interpretações complementares ou até mesmo revelando novas informações.

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

***Coleta dos dados**

A coleta dos dados deu-se por meio de análise documental e de entrevistas semi-estruturadas. Foram utilizados dois instrumentos – um roteiro para a análise documental e outro com perguntas abertas, elaborados exclusivamente para este estudo.

O roteiro elaborado para nortear a realização das entrevistas semi-estruturadas e o roteiro de análise do projeto político-pedagógico foram revisados sob o ponto de vista metodológico e linguístico. Na revisão, foram avaliados equivalência do vocabulário, coerência dos itens aos seus respectivos objetivos de estudo e ajustamento das questões

quanto à pertinência à investigação. Para elaboração do instrumento de coleta dos dados, os objetivos da pesquisa estiveram no centro de forma que as questões previssem respostas às hipóteses iniciais.

Foram realizadas duas entrevistas piloto a duas pessoas – um professor de ensino fundamental dos anos iniciais e um aluno da pós-graduação em educação. Ainda, a título de experiência, a pesquisadora também se submeteu à mesma entrevista, a fim de familiarizar-me com o procedimento, conforme afirma Szymanski (2002, p. 23), “é interessante, no caso de pesquisadores iniciantes, praticarem esse tipo de entrevista com colegas, exercendo o papel de entrevistador e entrevistado, para familiarizar-se com o procedimento e para avaliar os sentimentos e sensações do participante”.

Feitos os testes, houve a inserção de outras questões e, feito os ajustes, o instrumento foi considerado adequado, sem necessidade de novos ajustes. Ao final, as duas entrevistas piloto fizeram parte desse estudo. As entrevistas, *corpus* de análise da pesquisa, foram gravadas e posteriormente transcritas em sua integridade de acordo com o discurso original. No entanto, ao registrarmos o discurso dos entrevistados, destacamos os trechos que trazem diretamente o ponto de vista referente à questão respondida.

Bourdieu (1999), citado por Boni e Quaresma (2005, p. 78), aponta sugestões para uma transcrição de entrevista que também é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa:

Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante, pois, de alguma forma, o pesquisador tem que apresentar os silêncios, os gestos, os risos, a entonação de voz do informante durante a entrevista. Esses “sentimentos” que não passam pela fita do gravador são muito importantes na hora da análise, eles mostram muita coisa do informante. O pesquisador tem o dever de ser fiel, ter fidelidade quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista.

Os dados coletados nas entrevistas foram tratados do ponto de vista da análise de discurso. A análise do discurso trabalha com o sentido que não é traduzido e sim produzido. De acordo com Minayo e Deslandes (2002), além de discutir a compreensão do texto, discute-se também a forma de analisá-lo no que respeita ao modo particular do uso da linguagem e de suas expressões simbólicas, refletindo e representando e construindo relações sociais.

Os resultados da análise documental e das entrevistas foram apoiados em teóricos da área relacionada ao tema *biblioteca escolar e projeto político-pedagógico* de forma a responder o problema de pesquisa: qual o tratamento dado à biblioteca escolar no projeto

político-pedagógico em escola dos anos iniciais da rede pública municipal de Presidente Prudente/SP?

Na escolha da escola, objeto de estudo, optamos por uma unidade de ensino que já participava de eventos de leitura do Centro de Estudos em Literatura Infantil e Juvenil (CELLIJ) e cujo diretor, ex-aluno da Faculdade de Ciências e Tecnologia, era orientador do Pacto de Alfabetização da Idade Certa, coordenado naquele momento por minha orientadora.

Definida a escola, chamada nessa pesquisa de “Cora Coralina”⁸, e com a autorização para o desenvolvimento do trabalho, foram protocolados, na Secretaria Municipal de Educação (SME), ofício solicitando a realização da pesquisa e declaração de ciência e autorização do responsável da escola.

Já de posse da autorização da Secretaria Educação Municipal, foram realizados os procedimentos de inclusão de toda a documentação necessária na Plataforma Brasil.

Transcorridos os procedimentos legais, fizemos contato com o diretor da unidade de ensino para solicitar o projeto político-pedagógico da escola e proceder à análise documental e ao planejamento e organização dos horários mais adequados para a realização das entrevistas.

Uma vez agendadas as entrevistas, com os participantes – diretor, orientador pedagógico, duas funcionárias que atuam na biblioteca da escola, quatro professores (dois professores que estão na escola há mais tempo e dois mais recentes) e dois pais (um que já participara do Conselho escolar e outra, cujo filho há três anos estuda na unidade de ensino).

Houve sempre grande atenção por parte da gestão da escola no sentido de contatar os profissionais para as entrevistas, agendando os horários de acordo com a disponibilidade de cada participante, e, quando necessário, foi remarcado. As entrevistas foram todas realizadas pela pesquisadora, usando dois gravadores, em um espaço adequado, livre de interferências, de modo a evitar que ocorressem falhas, de forma a preservar a individualidade do entrevistado.

Em determinados momentos da entrevista, foi necessário resgatar o entrevistado para o assunto fim da questão, pois esse tendia a responder de uma forma menos direta, porém não fugia do objetivo pretendido.

Os profissionais entrevistados se mostraram atenciosos e todos colaboraram, respondendo às perguntas e até mesmo falando um pouco mais, quando, por último, fora aberto espaço para algum comentário que quisessem fazer. A totalidade do material coletado

⁸ Nome fictício dado à escola em respeito ao sigilo.

gerou cerca de cinco horas de gravação em áudio, portanto cerca de 30 minutos de entrevista, em média, por participante. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente, conforme a fala original. Na análise do projeto político-pedagógico buscamos identificar o foco dado à biblioteca escolar, em atendimento aos objetivos propostos.

Este estudo foi desenvolvido apoiando em teóricos contemporâneos que discutem tanto a função da biblioteca escolar (CAMPELLO, 2010) como a importância política do PPP no interior da instituição escolar (RESENDE; VEIGA, 1998). Assim, no capítulo dois, trazemos uma reflexão sobre leitura e leitura da literatura, seguida da história da biblioteca e da biblioteca escolar (BE), sua função, seu papel e o espaço como mediação – leitura na biblioteca.

O capítulo três evidencia o conceito, a importância e a função do projeto político-pedagógico seguida de uma discussão acerca da biblioteca escolar e sua inserção no PPP, no sentido da promoção da leitura, o acesso à informação e aos bens culturais.

Na sequência, o capítulo quatro apresenta a análise do projeto político-pedagógico da escola mostrando em que momento a BE foi inserida no documento da unidade de ensino pesquisada, bem como a análise das entrevistas, abordando a BE no PPP, leitura na BE e a leitura literária à luz das teorias estudadas.

Acreditamos que as questões formuladas para o roteiro da análise documental e das entrevistas são importantes para uma reflexão acerca da biblioteca escolar como espaço pedagógico que integra ao processo de ensino e aprendizagem de discentes e docentes e contribui para o trabalho de formação de leitores, acesso a objetos informacionais e a bens culturais. Além disso, buscamos verificar como a biblioteca está inserida no PPP, considerando que esse documento pressupõe uma construção coletiva e participativa da comunidade na busca da organização do ensino e da aprendizagem, da adequação e funcionamento da unidade de ensino.

A respeito da importância desse espaço nas escolas, ressaltamos o posicionamento de Queirós (2009, p. 27):

Daí, a biblioteca ser o coração da escola. Nela está guardado o vivido e o sonhado. Ali todo conhecimento do homem está abrigado. Desde o que o humano realizou ao que ainda sonha realizar. Conceitos, perguntas, dúvidas, medo, anseios, fantasias, tudo está à disposição do leitor. Tudo está em aberto, aguardando novas respostas, diferentes entendimentos, outras revelações. As bibliotecas nos aguardam com novas propostas de mundo, outras alternativas de relações, ricas condições de convivência, diferentes histórias, outros olhares sobre o mundo.

Esse olhar sobre a biblioteca escolar justifica-se não somente pela importância desta na unidade de ensino, mas também de ser pensada e inserida no projeto político-pedagógico da escola.

Por fim, ao iniciar as reflexões sobre leitura, acreditamos que este estudo poderá contribuir para a conscientização e tomada de decisões dos atores envolvidos tanto na escola como em nível de Secretaria Municipal de Educação (SME), no sentido de aprimorar as políticas públicas relativas à biblioteca escolar (recursos humanos, criação e adequação de espaço, ampliação de acervos, entre outros).

2 BIBLIOTECA ESCOLAR: HISTÓRIA, ESPAÇO DE MEDIAÇÃO DE LEITURA, CONHECIMENTO INFORMACIONAL E ACESSO A BENS CULTURAIS

A biblioteca é a mais antiga e freqüente instituição identificada com a cultura. Desde que o homem passou a registrar o conhecimento ela existiu, colecionando e ordenando tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos. Está presente na história e nas tradições.
Luís Milanese.

Pesquisar sobre a história da biblioteca é de especial importância para compreendermos a relevância que esta instituição tem para a formação histórica, cultural e educacional da humanidade, desde seu surgimento aos dias de hoje.

É objetivo de esta reflexão expor os principais fatos e acontecimentos que marcaram a história da biblioteca no mundo e em nosso país, bem como a história da biblioteca escolar (BE). E, também, discutir a concepção, importância e o papel dessa instituição no cenário da educação e da cultura brasileira, sobretudo no que diz respeito à leitura, à literatura, à informação, ao conhecimento científico e aos bens culturais.

Ao fazermos o percurso pela história da biblioteca, desde a antiguidade, bem como das políticas públicas referentes à BE, chegamos a conhecimentos que contribuem para compreensão sobre a situação dessas instituições na contemporaneidade, particularmente, no contexto da escola pública do Brasil. No entanto, antes de iniciarmos essa caminhada, faremos um breve percurso histórico acerca do livro.

2.1 Breve história do livro

Para chegarmos à sofisticação e aos diversos suportes que conhecemos hoje, a humanidade criou várias maneiras de registrar suas ideias. Encontra-se por volta de 5.500 a.C. a pictografia⁹ gravada na pedra pelo homem da pré-história, expressando, assim, as suas descobertas, o seu conhecimento.

De acordo com Maroto (2009) na Antiguidade entre 3.200 a 3.000 a.C., o principal suporte usado para a escrita foi a argila, com a escrita cuneiforme, pelos povos sumérios¹⁰. A autora ainda afirma que entre os povos sumerianos, babilônios e assírios foram constituídas

⁹ Sistema de imagens gravadas na pedra.

¹⁰ Povo descendente da região da Mesopotâmia, situada entre o Rio Tigre e Eufrates.

grandes bibliotecas por inúmeras placas de argila, contendo, em sua maioria, testamentos, contas e cartas dos reis daquela época.

Depois da argila, outro material bastante usado na produção de livros foi o papiro, de incontestável valor histórico pelos textos que continha e pelas bibliotecas que constituiu e, posteriormente, o pergaminho, que substituiu o papiro somente no século IV, devido seu alto custo. Segundo Maroto (2009, p. 25), “os livros fabricados em pergaminho tinham a forma de códex, a escrita era realizada nas duas faces (frente e verso), as folhas reunidas pelo dorso e cobertas por uma capa lhe conferia um formato bem próximo do suporte de escrita que se conhece hoje”.

Também a seda foi utilizada na fabricação de livros na Pérsia e na China; mas devido ao alto custo do material, passaram a aproveitar trapos de tecidos usados. Depois de processado, esse material virava uma pasta que, seca, transformava-se em papel.

Com a invenção da imprensa, os materiais até então utilizados foram substituídos por uma variedade de papel. A informação passou a ser veiculada em livros, jornais e outros formatos de materiais impressos e, com a tecnologia, outros suportes permitiram uma divulgação maior da informação das descobertas científicas, e o acesso a bens culturais.

Conforme Maroto (2009), a imprensa favoreceu o aparecimento do livro e sua evolução ao longo da história, ofertando à humanidade as produções científicas e literárias, eternizando seus criadores. Scliar registra em uma de suas obras, *A mulher que escreveu a Bíblia*, em diálogo do Rei Salomão com uma de suas mulheres, a única letrada entre todas de seu harém, o seguinte trecho:

Quero ser lembrado por algo que dure
para sempre. Sabes o quê?
Fez uma pausa, olhou-me, e anunciou, solene: - Um livro.
Um livro que conte a história da humanidade de nosso povo.
Um livro que seja a base da civilização.
Claro, o livro como objeto, também é perecível.
Mas o conteúdo do livro, não.
É uma mensagem que passa de geração em geração, que fica na cabeça
das pessoas. E que se espalha pelo mundo.
O livro é dinâmico. O livro se dissemina como as sementes.
Que o vento leva, [...]. – Quero que escrevas esse livro
Quero que descrevas a trajetória de nossa
gente através do tempo [...].
Quero um livro que as gerações leiam
com respeito, mas também, com encanto (SCLIAR, 1999, p. 116).

Hoje, o papel e o livro são cada vez mais elaborados e aperfeiçoados. E, além do papel, há diversos suportes para fazer conhecer as ideias da humanidade, por exemplo, o

computador. O acesso a mídias cada vez mais sofisticadas permitem satisfazer as necessidades e gostos dos leitores, trazendo histórias e culturas dos povos.

2.2 Aspecto histórico da biblioteca: da antiguidade clássica ao século XXI

Foram os egípcios os construtores das grandes bibliotecas. A de Alexandria, criada por volta de 295 a. C., “era considerada a maior e a mais célere da Antiguidade cuja coleção, acredita-se ter sido composta por mais de 700.000 rolos de papiro” (MAROTO, 2009, p. 24), e a biblioteca de Pérgamo, a segunda maior (MAROTO, 2009). Apesar da grandiosidade e importância dessas instituições, as bibliotecas da Antiguidade não sobreviveram. Foram incendiadas e saqueadas, reabrindo novamente em 2002. Até o século XV, grande parte das bibliotecas pertencia aos religiosos. Copiavam e asseguravam a guarda dos livros e garantiam o controle da comunicação. Conforme Martins (1957 *apud* MAROTO, 2009, p. 31):

[...] até a Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: [...] o livro, a palavra escrita eram o mistério, o elemento carregado de poderes maléficos para os não iniciados: cumpria manuseá-los com os conhecimentos exorcismatários indispensáveis. [...] essa noção, mesmo, de ‘leitor’ é uma noção moderna: da Antiguidade à Idade Média é uma figura que não existe materialmente, a do leitor, tal como a concebemos hoje em dia. Os progressos da instrução foram lentos, mesmo entre as classes nobres, e todos sabem não terem sido numerosos os grandes senhores medievais capazes de ler e de escrever.

Além de garantirem a guarda do livro, as bibliotecas tinham suas portas de entrada voltadas para o interior do convento. A biblioteca não tinha como função disseminar informação e conhecimento, mas sim guardar os livros. Na Antiguidade essas instituições não passaram de difusoras da palavra escrita para poucos que tinham acesso à leitura.

No entanto, as obras da Antiguidade Clássica foram guardadas devido às pequenas bibliotecas dos mosteiros. Maroto (2009) afirma que a Igreja teve uma contribuição fundamental na preservação e difusão desses manuscritos – textos religiosos e profanos. Os livros eram escritos pelos copistas que trabalhavam na sua confecção e eram reproduzidos pelos monges. A preservação dessas obras pelos religiosos é tida, na atualidade, como um legado histórico e cultural de grande valor.

A partir do século IV, as bibliotecas monásticas aumentaram significativamente e começaram a surgir as primeiras bibliotecas públicas. Segundo Maroto (2009), com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a profana, deixando de ser intocável para ser condutor e posto ao alcance de todos.

No decorrer do século XIII, ao fundarem as universidades, surgem bibliotecas, contando inicialmente com doações e patrocínio de nobres e mercadores, para os quais os livros eram manifestação de poder e *status* social (BATTLES, 2003).

De acordo com Morais (2009, p. 29), a partir do final do século XVI, “a biblioteca acompanhou a evolução social e passou a gozar do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta [...]”, passando, dessa forma, a responder as necessidades da época. A figura do bibliotecário surgiu depois da criação das bibliotecas universitárias, como responsável pela organização da informação, dos acervos e disseminador do conhecimento. Ele, o bibliotecário, passa a ser o agente central e a pessoa de referência da biblioteca (MARTINS, 2002). Isso possibilitou às bibliotecas inaugurarem uma nova fase: deixaram de ser “tesouros escondidos para se tornarem um espaço de socialização” (MORAIS, 2009, p. 30).

Após a II Guerra Mundial, no século XX, o livro se torna mais presente, favorecendo, assim, o crescimento intelectual das cidades e a expansão dos centros de produção e difusão do livro. A partir dessa época, a biblioteca passa a ter um caráter público-democrático, funcionando a serviço da socialização do conhecimento e tornando-se uma instituição leiga e civil, que procurava adaptar-se à sociedade na qual estava inserida (SILVEIRA, 2007).

As bibliotecas vêm se transformando devido à tecnologia e, por isso, se reorganizam em relação ao passado. Mas essa transformação de modo algum deixará de ser relevante; pelo contrário, esse fato proporciona a democratização do conhecimento, da cultura e, certamente, torna os objetos culturais mais úteis e mais acessíveis. Hoje é possível um alcance expressivo da grande maioria ao conhecimento produzido pela humanidade, a exemplo do que nos fala Chartier (2009, p. 11):

[...] o sonho da biblioteca universal parece hoje mais próximo de se tornar realidade do que jamais o foi, até na Alexandria dos Ptolemeus. A conversão digital das coleções existentes promete a constituição de uma biblioteca sem muros, onde poderiam ser acessíveis todas as obras que um dia foram publicadas, todos os escritos que constituem o patrimônio da humanidade.

A tecnologia digital pode tornar possível o acesso a várias coleções até então disponibilizadas a poucos. Hoje os provedores, a exemplo do Google¹¹, acumulam o conhecimento produzido e o disponibiliza. O acesso cresce à medida que a tecnologia se desenvolve e se torna mais abrangente. Ao apoderar-se dessa tecnologia, certamente, o acesso acontecerá em um espaço de tempo menor que o do livro impresso e da biblioteca física. O

¹¹ O Google surgiu no ano de 1998, como uma empresa privada, e com a missão de organizar a informação mundial e torná-la universalmente acessível e útil.

que não se pode negar é que há necessidade das coleções, bebedouros das mídias, para disponibilização desse conhecimento.

2.3 O livro e a biblioteca no Brasil

Não se tem informação sobre a existência de livro e biblioteca no Brasil até meados do século XVI (MAROTO, 2009). Somente a partir de 1549, com o estabelecimento do governo-geral em Salvador, Bahia, foram instaladas as primeiras bibliotecas em terras brasileiras. Montadas em conventos tinham a coordenação dos Jesuítas e dependiam de Portugal para o envio dos livros. Não era permitida aos brasileiros a importação de obras de outros países ou mesmo a impressão de algum material.

Maroto (2009), de acordo com citação de autores do século passado, traz informações da existência de livros em outros locais e regiões do país, bem como a forma de aquisição desses acervos. Assim, outras ordens religiosas, no início do período colonial, possuíam bibliotecas e escolas em conventos, e também atuaram na alfabetização e na vida cultural dos brasileiros até o final do século XVIII.

Milanesi (1988, p. 2) cita alguns dos inconfidentes de Vila Rica que possuíam notáveis coleções, atestava os *Autos da Devassa*:

Não se sabe se as bibliotecas desses homens ilustrados eram clandestinas. Sabe-se claramente que eles foram incriminados também em razão de determinadas obras que possuíam. É o caso de Tiradentes, que foi flagrado com a Coleção das Leis Constitucionais dos Estados Unidos da América. Cláudio Manoel da Costa juntou em vida 388 volumes e o Padre Luís Vieira, com oitocentos volumes arrolados na devassa, era proprietário de uma das mais amplas e completas coleções do Brasil de então. Esse acervo equiparava-se a uma selecionada coleção européia.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal, de acordo com Moraes (1979), citado por Pereira (2014, p. 106), “os livros acumulados foram perdidos quase que em toda sua totalidade. Grande parte foi destruída devido à má conservação, outros tantos foram saqueados e muitos vendidos como papel velho”. Uma pequena parte dos livros foi enviada a Portugal. Ainda, Pereira (2014, p. 106), afirma que “devido à falta de cuidado dos acervos e negligência, muitos livros raros foram perdidos e as bibliotecas, ou salas, nas quais eram guardados, também não foram mais utilizadas, deteriorando-se com o tempo” (2014, p. 106).

Com a decadência das bibliotecas dos conventos, somente a partir da chegada de Dom João VI e da corte real ao Brasil, em 1808, e a instalação da Biblioteca Real, o acesso ao livro

e a outras fontes de informação impressas foi regularizado. Porém, a biblioteca só foi aberta ao público anos mais tarde, em 1814. Entre 1808 e 1814, somente os membros da família real e os estudiosos tinham permissão para consultarem os livros e, mesmo assim, esses últimos o faziam mediante autorização.

O acervo da Biblioteca Real foi ampliado pela aquisição de acervos restantes dos primeiros séculos de colonização do país e pela doação de um exemplar de cada obra impressa, em cumprimento à Lei do Depósito Legal, estabelecida em 1807, em Portugal e estendida ao Brasil, a partir de 1808. Essa Lei encontra-se em vigor, ainda hoje:

[...] o **Depósito Legal** é definido como exigência, por força de Lei nº 10.994, de 14/12/2004, que revogou o Decreto-lei nº 1825, de 20/12/1907 de remessa à **Biblioteca Nacional** de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, objetivando assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional (BRASIL, 2004).

Intitulada, primeiro, como Biblioteca Real, depois Biblioteca Imperial e Pública da Corte, foi nomeada Biblioteca Nacional em 1876, transformada em fundação de direito público, vinculada ao Ministério da Cultura e denominada Fundação Biblioteca Nacional em 1990. Ainda sediada no Rio de Janeiro, é a mais importante do país. Com mais de 10 milhões de itens, a Biblioteca Nacional é considerada pela UNESCO a sétima maior biblioteca nacional do mundo e a maior da América Latina¹².

Depois da instalação da Biblioteca Real, em 1811, foi fundada a Biblioteca Pública da Bahia, constituída por doação de acervos particulares e ampliada por duplicadas dos livros da Biblioteca da Corte. A partir de 1825, outras bibliotecas foram criadas no País.

Lajolo e Zilberman (1996) afirmam que o estabelecimento da corte no Brasil instaurou mudanças, como a abertura de tipografias e livrarias, contribuindo para uma maior circulação dos livros e, conseqüentemente, para o aumento da comunidade leitora.

No entanto, considerando o histórico da educação no Brasil, o acesso a livros e a bibliotecas ainda era restrito a uma pequena parcela da sociedade, pois o percentual de analfabetos, no início do século XX, permanecia o mesmo da segunda década do século XIX.

Na contramão desse cenário, começava a surgir no país, por volta de 1906, bibliotecas populares de associações de trabalhadores lideradas por operários imigrantes, que:

¹² Link: <<http://guiaculturalcentrotorio.com.br/biblioteca-nacional/>>.

[...] com o objetivo de alfabetizar e politizar esses trabalhadores, organizavam cursos com a utilização de jornais, folhetos e livros, promoviam e incentivavam a realização de palestras, conferências e apresentação de peças teatrais com a participação dos próprios operários, cujos textos retratavam os problemas e as questões relacionadas ao trabalho e à vida cotidiana. Além da utilização efetiva do teatro, os operários se apropriavam também da música, do canto e da poesia como meios de comunicação e de conscientização das classes trabalhadoras (MAROTO, 2009, p. 52).

E, ainda, por meio de artigos publicados em periódicos de circulação no início do século XX, a classe operária atribuía importância à instituição escolar bem como ao professor, enfatizando o papel e a responsabilidade desses, na formação da cidadania (MAROTO, 2009).

Por meio da leitura, aprende-se com as obras e as lutas de muitos pensadores e estudiosos que incansavelmente fizeram oposição às correntes dominantes (SILVA, 2003, p. 49) e continua o autor citando Zilberman: “A leitura capacita o ser humano a pensar e agir com liberdade”.

No âmbito da educação, é imprescindível pensar a escola como acesso à leitura, na sala de aula e na biblioteca, em especial a sediada na escola pública, pois, muitas vezes, é nessa instituição que muitos têm sua primeira oportunidade concreta de acesso aos bens culturais e à ciência produzida pela coletividade.

2.4 Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar

No âmbito das políticas públicas educacionais, desde meados do século XIX, os governos sempre se preocuparam em avaliar livros e enviá-los para as escolas.

A partir de 1930, com a expansão das escolas primárias, houve um crescimento editorial considerável em torno dos livros de destinação escolar. Esse fato veio incentivar a formação do leitor e a constituição de bibliotecas escolares.

Ainda antes mesmo da criação, no Brasil, de grupos escolares – o ensino seriado – no final do XIX, os livros literários já eram avaliados pelos membros do Conselho de Instrução Pública, órgão responsável pela análise dos livros e materiais didáticos, nas províncias-Estados. Caberia aos membros do Conselho indicar os livros que cada governo iria adquirir e distribuir para os alunos pobres das escolas públicas brasileiras. (MACIEL, 2008, p. 8)

Esses livros eram inscritos no programa oficial como livros para serem usados para a leitura e indicados para compor a biblioteca da classe. Tinham como objetivos o enriquecimento de experiências e a formação do interesse permanente pela leitura.

A partir de 1984, foi criado o Programa Nacional Sala de Leitura (PNSL) a cargo da Fundação de Amparo ao Estudante (FAE / Ministério da Educação (MEC). No âmbito desse Programa, foram distribuídos livros de literatura para os alunos e, também, periódicos para alunos e professores. Esse Programa foi realizado pelo FAE/MEC em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e com Universidades.

Tendo sido criado em 1984, até 1987, o Programa Nacional Salas de Leitura – PNSL se desenvolveu compondo e enviando acervos e repassando recursos para a ambientação das Salas de Leitura. Esse trabalho era executado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e com as Universidades, essas últimas ocupando-se da capacitação (CUSTÓDIO, 2000, p. 153).

E, em 1988, o Programa foi redimensionado, tornando-se Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares. E, por meio de um protocolo de intenções celebrado entre Fundação de Amparo ao Estudante (FAE) e o Instituto Nacional do Livro e Leitura (INLL), estes passaram a promover a criação de bibliotecas escolares e, também, atendimento a escolares em bibliotecas públicas.

Apesar da extinção do INLL, em 1990, os programas e projetos nessa área tiveram continuidade com distribuição de acervos e discussões relativas à leitura¹³.

Desse trabalho resultaram questões relevantes, como o desenvolvimento de uma política de leitura para o país, especialmente, para os sistemas públicos de ensino, abrangendo também o professor, tanto na sua formação inicial, bem como no exercício de suas atividades profissionais. Estes tiveram acesso a livros, periódicos e informações atualizadas.

Nesse sentido, considerando a necessidade de ofertar um conjunto de multimeios como suporte do processo de educação permanente do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental, e também dos profissionais ainda em formação, foi instituído o Programa Nacional Biblioteca do Professor, por meio da Portaria nº 956, de 21 de junho de 1994 (BRASIL, 1994; BRASIL-MEC-FNDE, 1997 apud CUSTÓDIO, 2000)¹⁴.

¹³Portaria 169, de 03/05/1993, foi nomeado um Grupo de Trabalho formado por representantes das seguintes instituições: ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, CBL – Câmara Brasileira do Livro, CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais, UMDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, FEBAB – Fundação Brasileira de Associação de Bibliotecários, FBN – Fundação Biblioteca Nacional, FAE – Fundação de Assistência ao Estudante e SEF – Secretaria de Educação Fundamental. Esse grupo elaborou as Diretrizes Básicas para a implantação do Programa Nacional Biblioteca do Professor, apud CUSTÓDIO, D.C. *Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação – 1930 – 1994*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

¹⁴ Com mudança de Governo, Programas Salas de Leitura/Bibliotecas do Professor não tiveram continuidade, sendo extinguido pela Portaria nº 652, de 16/05/1997, que deliberava sobre o Programa, apud CUSTÓDIO,

No campo do fomento à leitura e formação de leitores, foram criados o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), ligado à Fundação Biblioteca Nacional/Ministério da Cultura, e o Pró-leitura, na Formação de Professores. O Pró-leitura tinha como objetivo estruturar uma política de incentivo à leitura que visava o sistema educacional.

Ligado à Secretaria de Educação Fundamental– SEF, o Projeto se desenvolvia como experiência piloto nos Estados, em parceria entre esses sistemas e as universidades locais. Pretendia o Projeto atuar na formação de professores leitores para que, com conhecimento e habilidades suficientes requeridas pela área, pudessem facilitar a entrada dos alunos no mundo da leitura e da escrita (CUSTÓDIO, 2000, p. 156).

Para consolidação de uma política de ampliação e implementação de bibliotecas escolares, foi instituído, em 1987, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com o objetivo de democratizar o acesso a obras de literatura e a materiais de pesquisa e referência para professores e alunos das escolas públicas brasileiras. Esses acervos foram encaminhados para todas as escolas públicas de 1ª a 8ª série, destinados à biblioteca escolar, ainda que não houvesse o espaço físico dessa instituição na unidade de ensino. Entre 2001 a 2003, a distribuição dos acervos foi individual, destinada aos alunos – *Programa Leitura em minha casa*. Esse programa contemplou somente parte dos alunos do ensino fundamental (4ª, 5ª e 8ª séries) e *Palavra da Gente*, destinado aos alunos do EJA, em 2003.

A partir de 2005, o PNBE voltou a contemplar as bibliotecas escolares, com a composição de acervos de obras de diferentes gêneros e tipos textuais, com foco nas séries iniciais do Ensino Fundamental (EF). O retorno dessa forma de distribuição dos acervos pode significar uma retomada da valorização das bibliotecas escolares, “Considerando a necessidade de incentivar a dinamização das bibliotecas de escolas públicas brasileiras” (BRASIL, 2004, S/N) e acesso a acervos pelo coletivo da escola.

A partir desse mesmo modelo, em 2006, foram contempladas as séries finais do EF. Assim, em um ano contemplava-se uma etapa de ensino e, no seguinte, a outra etapa, com o fim de atender a todas as séries do ensino fundamental.

O Programa foi ampliado e passou a atender toda a Educação Básica pública – em 2008, educação infantil, crianças de 4 e 5 anos –; “o objetivo era dotar as instituições de educação infantil de obras capazes de instigar a imaginação dos alunos, de proporcionar o ingresso no universo letrado de forma lúdica” (PAIVA, 2008, p. 1). Em 2009, foram contempladas as escolas do Ensino Médio (EM). E, em 2010, dando continuidade à

ampliação, as instituições que atendem crianças de 0 a 3 anos e alunos da Educação de Jovens e adultos (EJA) passaram a receber os acervos literários, via PNBE-

Assim, alternadamente, nos anos pares, as instituições de educação infantil e as escolas públicas dos anos iniciais do EF e EJA recebem os acervos literários. Nos anos ímpares, as escolas de anos finais do EF e EM.

Também os professores da educação básica e EJA, em 2011 e 2013, foram contemplados com a seleção e distribuição de obras de natureza teórico-metodológica, por meio de uma ação intitulada PNBE do Professor. Somando a essas ações, houve, a partir de 2010, a seleção e distribuição de periódicos especializados na área educacional, no âmbito do PNBE Periódicos.

Essas ações vêm se fortalecendo e se ampliando com o objetivo de proporcionar uma democratização dos bens culturais, viabilizando livros de qualidade literária a todas as escolas públicas da educação básica brasileira.

Assim dispõe o Decreto nº 7.084/2010 sobre os programas de material didático no Capítulo III, em relação ao PNBE:

Art. 8º O Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE tem como objetivo prover as escolas públicas de acervos formados por obras de referência, de literatura e de pesquisa, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa.

§ 1º As obras de que trata este artigo serão avaliadas e selecionadas de acordo com as diretrizes e procedimentos estabelecidos neste Decreto e em ato próprio.

§ 2º O processo de avaliação, seleção e aquisição das obras dar-se-á de forma periódica, visando a garantir ciclos regulares bienais alternados, intercalando o atendimento aos seguintes níveis e modalidades da educação básica:

I - educação infantil, 1º ao 5º ano do ensino fundamental e educação de jovens e adultos;

II - 6º ao 9º ano do ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 2010).

Pode-se constatar por meio da pesquisa *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil*, realizada pelo Ministério da Educação em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), que as bibliotecas escolares vêm passando por um processo de modificação e se fortalecendo.

No entanto, existem escolas sem bibliotecas e outras que, mesmo as tendo, possuem dificuldades para as tornarem, de fato, espaços de promoção da leitura. Não se pode negar o significado que elas têm hoje; bastante diverso de anos atrás (BRASIL, 2011).

De acordo com a pesquisa:

[...] os investimentos feitos pelo governo federal na seleção, composição e envio de acervos para as escolas têm constituído um fator de mobilização das redes na criação de uma cultura de atenção à biblioteca escolar. As redes passam a despertar para essa questão, e se vêem obrigadas a também fazer movimentos – traduzidos aqui como investimentos próprios e definição político-pedagógica – para a estruturação de bibliotecas escolares. Isso significa que, se os livros chegam à escola, é preciso pensar onde colocá-los, como armazená-los e catalogá-los, saber quem vai cuidar do acervo e mobilizar usuários da escola. A seleção de livros pelas escolas, em catálogos previamente selecionados, e sua chegada diretamente à unidade escolar geram expectativa de autonomia e de “utilidade” para a biblioteca escolar. (BRASIL, 2011, p. 82).

No entanto, a investigação relata também que:

[...] a dinâmica dos programas de bibliotecas escolares, instaurada no nível das escolas, parece muito simples, mas não é. [...] Se por um lado a chegada dos livros causa um movimento em torno da biblioteca, por outro ainda se está longe de ter nesses espaços uma organização, concepção e dinamização que favoreçam o uso competente e frequente da biblioteca escolar e de seus acervos e materiais pelos usuários da escola. Embora as redes públicas já desenvolvam ações para estruturar as bibliotecas escolares, essas ações são ainda muito tímidas, e falta foco nos investimentos destinados à melhoria de condições das bibliotecas, que se traduzem em: oferecer formação continuada a responsáveis por bibliotecas e professores quanto ao lugar da leitura no centro do processo pedagógico; formar gestores e conselhos em nível das escolas para a aplicação mais adequada dos recursos financeiros que chegam às unidades em ações e desenvolvimento da biblioteca; adquirir equipamentos de informática para uso nesses espaços; acompanhar ações técnicas e pedagógicas desenvolvidas nas bibliotecas escolares entre outras. (BRASIL, 2011, pp. 82-83)

As informações apresentadas pela pesquisa mostram que houve uma mudança significativa nas ações das redes de ensino em relação à BE, mas também que se fazem necessárias atividades para que ela se torne espaço de formação de leitores.

Arena (2009) relata suas experiências, como diretor de escola, supervisor de ensino e, posteriormente, como professor formador; os dramas vividos por ele e por muitos diretores que, com os livros na escola, enfrentavam dificuldades de fazê-los circular de forma apropriada, ora por falta de espaço adequado, mas principalmente pela falta de quem o fizesse mediando a leitura – o bibliotecário ou o professor de biblioteca. Assim, afirma o autor: “A relação entre biblioteca e lugar de livros é complexa. Há espaço para os livros, mas sem o estatuto que permitiria o mergulho nas entranhas da cultura literária para o nascimento e crescimento do pequeno leitor” (ARENA, 2009. pp. 163-164).

A publicação da Lei nº 12.244/2010 que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” é mais uma das ações governamentais que sinalizam, ainda que de uma forma tímida, empenho no sentido de promover uma adequação das bibliotecas escolares. (BRASIL, 2010).

O Plano Nacional da Educação (PNE), decênio 2014 - 2024, nas Metas 6 e 7, estratégias 6.3, 7.18 e 7.20, menciona a respeito da ampliação e reestruturação das escolas públicas, do acesso a bens culturais e destaca a universalização da biblioteca, incluindo o acesso a redes digitais.

Meta 6 [...] estratégia:6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios,. [...] Meta 7: [...] Estratégias: [...] 7.18) assegurar a todas as escolas públicas de educação básica [...] garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos [...] 7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. (BRASIL, 2014, s/n)

A Meta 6, estratégia 6.3, considerando a escola de tempo integral, aponta para uma institucionalização e manutenção, “em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação [...] bibliotecas” (GOMES; BRITTO, 2015, p. 243), haja vista a necessidade de espaços pedagógicos e culturais para que a escola tenha como e onde oferecer atividades significativas para os alunos e estes, de fato, utilizem de forma enriquecedora essa integralidade.

A estratégia 7.18, não foca diretamente a biblioteca escolar, esta foi mencionada, entre outros espaços que colaboram com o trabalho pedagógico e cultural. Na estratégia 7.20, a ação está explicitamente dirigida à biblioteca entre outros espaços da escola.

Necessário se faz que os Planos Estaduais e Municipais de Educação elaborem metas e estratégias em atenção ao pleno funcionamento da biblioteca escolar, pois, conforme afirma o Censo Escolar da Educação Básica de 2013:

[...] a infraestrutura disponível nas escolas tem importância fundamental no processo de aprendizagem. É recomendável que uma escola mantenha padrões de infraestrutura adequados para oferecer ao aluno instrumentos que facilitem seu aprendizado, melhorem seu rendimento e tornem o ambiente escolar um local agradável, sendo, dessa forma, mais um estímulo para sua permanência na escola. (BRASIL, 2014, p. 83)

De acordo com o censo escolar de 2013, nas duas tabelas subsequentes (Tabelas 1 e 2), há, ainda, muito a investir nas bibliotecas das escolas públicas.

Tabela 1 – Ensino Fundamental – Rede Pública – Número de Escolas e Matrículas por Região, segundo os Recursos Disponíveis na Escola – Brasil – 2013

Região Geográfica	Escolas						Matrícula					
	Total	Recurso disponível (%)					Total	Recurso disponível na escola (%)				
		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de Informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de Informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes
Brasil	118.914	43,9	47,6	50,3	19,4	32,1	24.694.440	75,7	82,3	80,6	36,8	61,4
Norte	19.568	24,5	22,1	26,3	9,0	14,0	2.951.996	64,2	62,9	65,5	27,4	44,7
Nordeste	52.150	27,1	29,5	36,2	13,2	12,7	7.456.778	60,0	66,5	68,8	31,8	32,6
Sudeste	27.450	69,7	75,7	72,7	27,2	60,4	9.144.713	86,9	94,0	88,7	36,9	80,9
Sul	13.959	76,3	82,2	80,4	33,7	66,1	3.321.009	90,7	96,2	93,3	47,7	83,2
Centro-Oeste	5.787	61,5	80,2	78,7	39,6	52,8	1.819.944	75,6	93,9	90,1	52,5	68,5

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico. Brasília/DF: O Instituto, 2014, p. 34 (tabela 22).

Tabela 2 – Ensino Médio – Rede Pública – Número de Escolas e Matrículas por Região, segundo os Recursos Disponíveis na Escola – Brasil – 2013

Região Geográfica	Escolas						Matrícula					
	Total	Recurso disponível (%)					Total	Recurso disponível na escola (%)				
		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de Informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de Informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes
Brasil	19.400	87,7	93,2	91,5	39,4	75,5	7.247.776	92,2	96,4	95,3	43,4	82,2
Norte	1.718	80,6	80,4	78,2	31,0	65,5	718.700	90,3	93,0	89,7	38,4	79,5
Nordeste	4.997	79,4	87,8	88,0	39,2	52,9	2.054.318	87,0	94,5	93,4	44,9	63,3
Sudeste	7.803	92,0	96,4	93,8	37,5	87,1	2.934.798	94,8	97,2	96,6	38,9	92,5
Sul	3.394	96,3	98,9	97,4	44,1	88,5	1.002.207	98,2	99,4	98,7	50,0	92,9
Centro-Oeste	1.488	81,0	96,0	92,7	48,9	72,8	537.753	89,6	98,4	96,3	56,8	82,0

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico. Brasília/DF: O Instituto, 2014, p. 34 (tabela 24).

Na Tabela 1 (ensino fundamental), verifica-se que 43,9 % das escolas possuem biblioteca ou sala de leitura (SL). Na Tabela 2 (escolas de ensino médio), 87,7 % têm biblioteca ou sala de leitura. Essas escolas apresentam um maior número de bibliotecas do que as de ensino fundamental.

O censo escolar de 2013 informa apenas se a escola tem ou não BE ou SL, mas não distingue BE e SL; não oferece informações a respeito do funcionamento dessas instituições, acervos, espaço e a respeito dos profissionais (bibliotecários, auxiliares de biblioteca e (ou) professores mediadores de leitura) responsáveis.

Vê-se que o tema *biblioteca escolar* está em debate desde 1930 e, apesar de legislações e das ações políticas, ora sem a temporalidade e a expressão devida, como a formação de professores mediadores e construção e ampliação do espaço físico, “Entre o

reunir e o dispersar” (CHARTIER, 2009, p. 115), segundo Arena (2009, p. 164), “as políticas públicas insistem em *reunir*, por meio de ações ousadas como o PNBE, mas não avançam para o *dispersar*”. Muito se tem a fazer em relação à biblioteca nas escolas brasileiras. Nesse sentido, é preciso reunir esforços federais, estaduais, municipais e locais para a efetivação de uma Política Pública que abarque o acesso ao livro, o fomento à leitura, a formação de profissionais para a mediação e a construção e adequação da BE.

Lourenço Filho (1944, p. 4), educador brasileiro, pioneiro da Escola Nova, afirmava que “ensino e biblioteca são instrumentos complementares [...] ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será por seu lado, instrumento vago e incerto”

Depois de andar por parte da história do livro e da biblioteca, perpassando pela Política Pública, chega-se a discussões sobre as concepções e funções da BE.

2.5 O que é uma biblioteca?

O escritor português Silva (2002, p. 183) traz da literatura grega o seguinte conceito:

[...] o espaço onde se guardam livros e documentos em geral, a *Biblioteca* passou a abranger, igualmente, o móvel onde eles se reúnem, uma coleção de obras seleccionadas, um conjunto organizado de livros com determinados fins, de utilidade pública ou particular, e propósitos de formação científica, técnica, social, estética..., um espaço onde se conservam, ordenam e organizam, para se tornarem acessíveis, determinados conjuntos de informação.

Definição semelhante é dada pelo Dicionário *Houaiss* de Língua Portuguesa (2001, p. 58), à biblioteca: “edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior.”

As bibliotecas não são somente o lugar onde se guardam os livros, conforme conceitos anteriores. Elas são para uso, informação, oferta de materiais organizados de utilidade a todos de maneira a propiciar o acesso ao conhecimento e à cultura.

As bibliotecas têm como finalidades preservar o legado cultural, base para estudos, mediação da cultura, favorecendo acesso a conhecimentos políticos, técnicos, científicos e a outras ciências, lazer; fomentar a leitura, em especial, a leitura literária; oferecer espaço de encontros de leitores, leitores e autores, troca de saberes, e outros diversos eventos.

2.5.1 Mas, e a biblioteca escolar?

Além das finalidades expostas, conforme o tipo de biblioteca – pública, especializada, escolar – cada uma delas tem suas especificidades.

Nesse sentido, quais seriam os principais fatores que diferenciam as bibliotecas escolares das demais, se todas elas têm como função oferecer literatura, acesso às pesquisas científicas, às novas descobertas e também o acesso à cultura àqueles que a buscam?

Segundo Castrillon (*apud* Mayrink, 1991, p. 304), a biblioteca, no âmbito escolar:

[...] é um instrumento de desenvolvimento do currículo e permite o fomento da leitura e a formação de uma atividade científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente, estimula a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apoia os docentes em sua capacitação e lhes oferece a informação necessária para a tomada de decisões em aula.

Dessa forma, a biblioteca escolar, além de cumprir outras funções, precisa: propiciar práticas que fomentem o gosto pela leitura, interagir com as propostas pedagógicas desenvolvidas na escola; disponibilizar recursos, materiais, de modo a atender as necessidades dos alunos e professores e a proposta curricular; fazer a mediação dos recursos informacionais impressos e (ou) eletrônicos; exercer sua função de espaço educativo e cultural, e espaço de interação entre leitores, leitores e livros. Portanto, precisa ser pensada no projeto político-pedagógico da escola (PPP), porque ele deve abarcar os desejos e necessidades da comunidade escolar.

O conceito de biblioteca escolar está presente no Manifesto IFLA/UNESCO (2005), segundo o qual essa deve habilitar os estudantes para o aprendizado ao longo da vida, desenvolvendo a imaginação e preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. Ela é parte integral do processo educativo, sendo essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo, no tocante ao desenvolvimento competente da leitura e da escrita, ao acesso à informação e ao desenvolvimento social, cultural e econômico.

Para os profissionais e a comunidade escolar da unidade de ensino pesquisada, a biblioteca escolar é:

A BE no meu ponto de vista, além de ser só o local do acervo dos livros, quando eu penso numa BE para crianças do ensino fundamental, é o espaço de leitura que as crianças têm interação com os livros que estão lá. Então, além do acervo é um

espaço de interação para que haja o desenvolvimento nas habilidades de leitura (D).

Um ponto de cultura e referência para os alunos dentro da escola. Além da leitura diária que o professor faz, ela estimula o aluno e dá um ramo de títulos pra ele poder escolher e ter essa autonomia. Ela é importante dentro da escola principalmente pra influenciar a leitura dos alunos pra que eles tenham autonomia de escolher, como escolher. (M2).

De acordo com as Diretrizes do Manifesto (2005), a biblioteca escolar deve desenvolver atividades diversificadas, apoiando a escola em sua missão e visão e, atender, ainda, todos os usuários da comunidade escolar, procurando satisfazer as necessidades informacionais específicas do seu público-alvo.

Entre os objetivos da biblioteca escolar destacados pelo Manifesto, encontram-se o pleno desenvolvimento de pessoas críticas e conscientes de seu bem “estar no mundo” e também parte fundamental do desenvolvimento do trabalho pedagógico e das estratégias educacionais escolares.

Assim sendo, a biblioteca escolar, utilizada como espaço de aprendizagem, contribuirá para a aquisição de conhecimento para além do conteúdo trabalhado em sala de aula.

A biblioteca é um setor da escola cuidado por um profissional que, além de administrá-lo e de organizar e conservar atualizada sua coleção, desempenha papel de mediador, orientando os estudantes na escolha dos materiais, dando apoio ao trabalho dos professores e mantendo ambiências de leitura, enfim, criando um espaço acolhedor para que os usuários explorem com segurança o conhecimento disponibilizado nas fontes de informação. (CAMPELLO, 2010, p. 127)

Pesquisadores e estudiosos desse assunto vêm discutindo nessa linha e reivindicando maior atenção a esse espaço nas escolas. Desde a década de 1960, para a biblioteconomia, a biblioteca é um espaço de aprendizagem. Pesquisas mostram resultados positivos, nesse sentido:

De fato, segundo Campello (2010) *apud* (CRAVER, 1986, p. 186) a idéia da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem pode ser melhor compreendida observando-se sua evolução no contexto da biblioteconomia escolar norteamericana. Já no início da década de 1950, havia naquele país consciência de que a biblioteca tinha a responsabilidade de instruir o leitor no uso da coleção, ensinando-o a manusear fontes de informação usadas na aprendizagem de tópicos do programa escolar. Na década seguinte, a função educativa da biblioteca escolar expandiu-se, quando se percebeu que o ensino do uso das fontes deveria ser feito no contexto dos conteúdos curriculares. A função da biblioteca continuava a ser a de ajudar os alunos a usar efetivamente os recursos informacionais, mas surgiu a idéia de que o bibliotecário deveria ter um papel ativo no ensino de habilidades de informação e que essas deveriam estar integradas ao currículo. (CAMPELLO, 2011, p. 108)

De acordo com Campello (2010), a partir da década de 1980, o papel educativo se fortaleceu em consequência de pesquisas científicas que aprofundaram o conhecimento sobre como os estudantes aprendem com informações e sobre o papel da biblioteca nesse processo.

Inúmeros estudos, realizados principalmente nos EUA, como por exemplo nos estados do Colorado (LANCE; RODNEY; HAMILTONPENNEL, 2000), Texas (SMITH, 2001) e Nova York (SMALL; SHANAHAN; STASAK, 2010), revelaram o impacto da biblioteca nos resultados de avaliações escolares, apoiando, portanto, a tese de que uma boa biblioteca é dispositivo indispensável na formação dos estudantes. (CAMPELLO, 2011, p. 107)

A participação dos profissionais da biblioteca no planejamento da escola busca apoiar o trabalho do professor em sala de aula. O acesso a objetos informacionais, a bens culturais, à leitura, à escrita é condição para processo de ampliação do conhecimento, da cultura letrada. A BE é, portanto, o espaço em que o estudante deve contar para o aperfeiçoamento desse processo.

A inserção da biblioteca no planejamento da escola torna-se relevante à medida que sejam realizadas atividades utilizando-se o material ali disponível, de forma a contribuir no planejamento pedagógico diário.

A participação do bibliotecário ou professor responsável pela biblioteca escolar no planejamento pedagógico da escola contribuirá para que os professores conheçam os acervos literários, os materiais de pesquisa que poderão lhes auxiliar no sentido de ampliar o trabalho de sala de aula. O bibliotecário, por sua vez conhecerá o trabalho pedagógico da escola e poderá planejar as atividades na biblioteca para além do apoio ao trabalho dos professores.

O trabalho com o acervo da BE deve ser contextualizado e multidisciplinar criando oportunidades de valorização do conhecimento teórico e sua prática social. Incentivando os docentes e os discentes ao acesso aos conhecimentos científicos produzidos pela humanidade.

Nesse sentido, o bibliotecário e os professores das diversas áreas do conhecimento, discutem, planejam, partilham conhecimentos específicos, selecionam acervos e produzem outros conhecimentos. Ao partilhar o conhecimento de forma contextualizada estarão promovendo uma mudança cultural à medida que transformam o conhecimento fragmentado em interação entre os profissionais. (RÖSING, 2002).

O bibliotecário pode proporcionar essa condição de integração no âmbito do planejamento pedagógico, sendo peça importante para as discussões, planejamento e construção do projeto político-pedagógico. Assim, dá uma dimensão interdisciplinar dos conteúdos trabalhados em sala de aula e até mesmo fora dela. O envolvimento com a leitura

deve ser responsabilidade de todos os professores, em sua área específica e para além dela. Incentivando leituras, pesquisas, promovendo integração dos conteúdos vistos e relacionando-os, poderão levar os discentes a percepção e valorização de cada conhecimento na prática social.

Dessa forma, a biblioteca escolar pode tornar-se o centro multidisciplinar estruturador do currículo, precisando para isso ser dotada de acervos necessários à formação dos docentes e discentes e adequação coerente com sua relevância.

2.5.2 A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem dos recursos informacionais

De acordo com Campello (2010), a biblioteca escolar pode ter várias dimensões: pode ser um espaço de estoque de livros, quando a biblioteca é utilizada pelos alunos somente para pegar o livro para leitura (em muitas escolas há horário organizado para os alunos irem à biblioteca, sozinhos ou com o professor) ou quando vai para buscar o livro para pesquisa; refúgio e entretenimento para fazer uma leitura, fugir da sala de aula, buscar um livro livre do horário planejado pela escola, fazer uma leitura silenciosa; e de ações culturais com atividades para chamar atenção para o espaço e dar outro clima para a biblioteca.

A biblioteca escolar pode ter várias concepções dependendo do modo como seus usuários a constroem, percebem-na e a utilizam. A pesquisa *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil* mostra a dificuldade de conceituação de biblioteca escolar pelos seus usuários, profissionais da educação, professores e alunos, considerando o espaço, acervos e profissionais (BRASIL, 2011, p. 83):

[...] no contexto da pesquisa, foi possível constatar a dificuldade de os usuários conceituarem biblioteca escolar, e o que, de fato, a caracteriza. Durante as visitas às escolas, e na interação com os sujeitos participantes da pesquisa, pôde-se perceber como alguns deles diferenciavam salas de leitura de bibliotecas, usando diferentes maneiras de caracterizar, como por exemplo: o tamanho do espaço (uma sala muito pequena não pode ser considerada biblioteca); a qualidade do acervo (só a biblioteca tem acervo diversificado); a catalogação (se os livros não estivessem organizados de acordo com normas técnicas de biblioteca, o espaço não pode ser considerado como tal); a existência de um profissional de biblioteconomia como responsável pela biblioteca escolar (se não houver esse profissional na escola, o espaço de leitura não pode ser considerado biblioteca), entre outras. É fato que muitos desses aspectos são relevantes para a conceituação, e estão diretamente com ela implicados.

A BE necessita de um trabalho pedagógico planejado e uma construção coletiva desse espaço, tornando-o um ambiente de apoio ao trabalho didático, buscando a aprendizagem significativa, possibilitada pela reconstrução do conhecimento. (CAMPELLO, 2010).

Diante do exposto, a biblioteca escolar se torna espaço de aprendizagem quando os alunos aprendem nela e também com ela. Nesse sentido, um dos profissionais entrevistados da escola “Cora Coralina”, diz que *“a biblioteca é fundamental para aprimorar os conhecimentos dos alunos, pra eles terem uma fonte de referência, de pesquisa, de leitura”*. (P2).

De acordo com Campello (2010, p. 131), “Ao reunir livros e outros recursos informacionais, a biblioteca reproduz, de certa maneira, o ambiente informacional da sociedade contemporânea, que alguns denominam sociedade da informação, caracterizada por abundância e variedade de materiais informativos”.

Ao frequentar a biblioteca da instituição da qual estuda e fazer uso do material informacional, o aluno estará familiarizando com esse aparato e, ao vivenciar situações semelhantes saberá buscar o que deseja.

A BE deve oferecer recursos informacionais variados, textos que circulam na sociedade, via suporte impresso – livros, revistas – diversidade de gêneros, permitindo diálogo entre os leitores e o compartilhamento das leituras, possibilitando-lhes refletir, questionar e ampliar o significado dos textos.

Nesse sentido, Kleiman (1973, p. 24) afirma:

[...] é durante a interação que o leitor mais inexperiente compreende o texto: não é durante a leitura silenciosa, nem durante a leitura em voz alta, mas durante a conversa sobre aspectos relevantes do texto. Muitos aspectos que o aluno sequer percebeu ficam salientes nessa conversa, muitos pontos que ficaram obscuros são iluminados na construção conjunta da compreensão.

Assim, conversar sobre os textos lidos, além de levar os alunos a criar significados e ampliar a compreensão do que leu, também está ensinando-lhes a compreensão (BRANDÃO; ROSA, 2010).

A aprendizagem ocorre na interação entre os saberes dos alunos – saberes prévios e adquiridos a partir da leitura, da leitura da literatura, da pesquisa. O compartilhamento de esses saberes é um momento especial para que a aprendizagem aconteça. De acordo com Vygotsky (1989), referenciado por Campello (2009), o processo de desenvolvimento depende de interações sociais e o que se aprende das relações influencia o desenvolvimento cognitivo. O aluno aprende nas interações sociais. Assim, Rego (2013, p. 110), na perspectiva de Vygotsky complementa: “construir conhecimentos implica uma ação compartilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimentos são estabelecidas”.

Segundo Kuhlthau (2006), as habilidades informacionais¹⁵ devem ser trabalhadas na escola desde a educação infantil, dos quatro aos seis anos, e durante todo o ensino fundamental, para que, ao chegar ao ensino médio, o aluno já saiba usar a biblioteca de forma independente. Portanto, a BE se torna uma oficina de aprendizagem, e para isso precisa contar com um mediador, de preferência um bibliotecário, para trabalhar os recursos, auxiliando os alunos na escolha dos materiais mais apropriados à informação de que necessitam.

Ainda, segundo a autora, as habilidades informacionais, podem ser categorizadas em *localização e interpretação*:

[...] as habilidades de localização ajudam os alunos a entenderem como os materiais são organizados, possibilitando-lhes localizem uma informação ou material ou um material [...]. As habilidades de localização também lhes permitirão conhecer as fontes de informação disponíveis e localizar os materiais a informação de que necessitam, preparando-os para entender o ambiente informacional mais abrangente. [...] As habilidades de interpretação ajudam os alunos a entender e usar os materiais. (KUHALTHAU, 2006, pp. 20-21).

É bastante comum, na biblioteca, a aprendizagem da localização. No entanto, é necessário que o bibliotecário passe a envolver mais com a interpretação dos materiais. São muitas as atividades que auxiliam os alunos a entender e a usar os materiais da biblioteca, desde atividades de contação de histórias à pesquisa, conforme a faixa etária.

As habilidades para uso da biblioteca e os recursos informacionais são aspectos a serem planejados no projeto pedagógico da escola. Devem integrar-se ao currículo da escola; portanto, requer planejamento conjunto. À semelhança da leitura e da escrita, as habilidades são utilizadas para alcançar objetivos de aprendizagem. “Lemos para descobrir significados. Escrevemos para transmitir ideias. Utilizamos as habilidades de usar a biblioteca para localizar e interpretar informações que ampliam nosso conhecimento e nos permitem tomar decisões, e fazer escolhas adequadas” (KUHALTHAU, 2006, p. 19).

2.5.3 A biblioteca escolar como espaço de mediação da leitura e da literatura

A biblioteca não se resume a espaço onde se busca o livro para leitura ou lugar de pesquisas encaminhadas pelos professores. Ela realiza essas tarefas, mas não pode se limitar somente a tais ações. A BE, como já exposto, estimula a criatividade por meio do acesso a objetos informacionais, a bens culturais, à leitura, à escrita e é condição para processo de

¹⁵ Habilidades informacionais são capacidades que permitem às pessoas utilizarem informações com competência, possibilitando que aprendam com autonomia.

ampliação do conhecimento, da cultura letrada. A biblioteca é fundamental como fonte de referência, de pesquisa, de leitura para discentes e docentes.

Campello (2010, p. 131) ressalta que “as habilidades informacionais são aquelas relativas à compreensão, interpretação e apreciação do texto literário”.

Segundo Souza, Hernandez e Balsan (2015), a compreensão é a base para que todas as crianças se engajem completamente na leitura de livros de literatura e se tornem leitoras autônomas.

Quando Kuhlthau (2006) traz, no âmbito das habilidades informacionais, as categorias *localização* (arranjos da coleção, revistas e jornais, matéria e equipamento audiovisuais, coleção de referência, ficção e não ficção, sistema de classificação, fontes bibliográficas, índices e internet) e *interpretação* (técnicas de avaliação e seleção, ver, ouvir e interagir, apreciação literária, elementos do livro, pesquisa e produção de textos), elabora um programa contendo atividades para auxiliar crianças e jovens a perceberem o significado no material lido e registrar as impressões dessas leituras para compartilhá-las com os colegas. Dessa forma, contribui para a aquisição e ampliação da cultura letrada.

Trabalhando com crianças a partir da educação infantil – quatros e cinco anos – até os anos finais do ensino fundamental, a autora apresenta um programa organizado em fases que preparam as crianças para o uso da biblioteca - englobam desde o conhecimento da biblioteca ao envolvimento com os livros e narração de histórias; aprendem a usar os recursos informacionais: prática de habilidades de leitura, e expansão do interesse pela leitura; preparação para o uso de recursos informacionais de maneira independente; busca de informação para trabalhos escolares; vivência da sociedade da informação; uso de recursos informacionais de maneira independente e compreensão do ambiente informacional. Todo esse trabalho é feito a partir de textos literários, informativos, científicos e de entretenimento, em suporte impresso (livros, revistas, dicionários) e em mídia (CD, DVD), lendo, compartilhando as ideias, interagindo com os colegas e com o mediador, e produzindo textos, desenhando ou fazendo apresentações.

Conforme Pereira e Silva (2012), hoje se faz necessário atribuir habilidades e competências que insiram os estudantes na sociedade da informação, buscando formar cidadãos críticos, autônomos e criativos, assim, articulando a competência da informação à cultura escolar certamente contribuirá, significativamente, para tornar as pessoas capazes de identificar, selecionar, avaliar e utilizar a informação necessária para si, a serviço da sociedade e na sua profissão.

A autonomia para a construção de conhecimento passa, necessariamente, pela educação para o uso das fontes de informação, sejam elas tradicionais ou eletrônicas, as quais fomentarão a produção de conhecimento como subsídio indispensável à construção da aprendizagem para a vida. (PEREIRA; SILVA, 2012, p. 309)

O objetivo é “ajudar os alunos a escolher recursos adequados para informação e entretenimento, permitindo às crianças e jovens tomar conhecimento de informações acessíveis, dominar habilidades para localizar os materiais desejados e ter competência para avaliá-los, selecioná-los e interpretá-los” (KUHLTHAU, 2006, p. 23).

A biblioteca escolar torna-se um lugar de troca de ideias do visto, do ouvido e lido. Torna-se espaço de escuta de histórias ou de leitura individual. As atividades são feitas com a mediação do bibliotecário ou do professor e devem ser compartilhadas com o conjunto de professores no planejamento pedagógico. Esse trabalho conjunto permite a interação entre os profissionais, levando ao aperfeiçoamento das ideias em conformidade com as teorias sobre leitura trabalhadas pela unidade de ensino.

É importante que os alunos saibam como agir para compreender como podem aprender e, conseqüentemente, desenvolver as habilidades de leitura. De acordo com Solé (1998), se ensinamos um aluno a ler compreensivamente e a aprender a partir da leitura, estamos fazendo com que ele possa aprender de forma autônoma numa multiplicidade de situações. Este é um objetivo fundamental da escola.

Nesse sentido, o planejamento conjunto de professores e bibliotecários e a frequência contínua dos alunos à biblioteca escolar, mediada pelos profissionais da biblioteca, contribuirão para aquisição do conhecimento e, conseqüentemente, da prática social.

Leitura/leituras, história/histórias, histórias de leitura/histórias da leitura. Como história individual, algumas das histórias de leitura começaram nas ruas, outras na escola, outras em casa. Flávia, por exemplo, começou a interessar-se por palavras escritas no terminal de ônibus, quando ia com a mãe, que era faxineira, para o outro lado da cidade. Os ônibus rolavam o nome de seu ponto final e aquelas letrinhas brancas que ficavam escorrendo na tabuleta escura pareciam uma brincadeira. Quando estava de bom humor, para distrair sua filha, Filó ia lendo nomes como **Vila Esperança, Jardim Sagarana, Ponte Terceira**. Com Paulo foi diferente. Ele só se ligou em livros e leituras na escola. Dona Rosa, sua professora, levava livros para a aula e lia histórias para os alunos. Já a história de Francisca tem outro recorte: ela nunca se esqueceu do pai que enxugava suas lágrimas de filha caçula em quem os irmãos mais velhos queriam mandar, com a promessa: “Não chora, Chica, não chora que eu te leio uma história”. Francisca, Paulo e Flávia hoje são professores. Entre as paredes das classes onde eles dão aula, entre os livros e os alunos, eles sabem que são figuras fundamentais na história de cada um de seus alunos. (BRASIL, 2001, p. 15)

O texto citado é um exemplo de vivência diversificada dos usos e práticas da língua escrita. A interação com materiais reais de leitura e escrita, de diferentes gêneros em diferentes suportes, textos para ler e não textos elaborados para aprender a ler, configuram como uma prática efetiva de leitura que pode ser feita na biblioteca escolar.

A leitura é uma das condições para a plena democracia cultural, sendo esta entendida como distribuição equitativa de bens simbólicos e é, também, instrumento de democratização do ser humano. A leitura, em especial a leitura literária, além de democratizante, deve ser democratizada (SOARES, 2004).

Planejar atividades culturais na BE é uma forma de proporcionar o acesso a bens culturais, por meio do livro e outros suportes. A biblioteca é um desses espaços, certamente, o mais adequado no estabelecimento de ensino para a promoção e a distribuição de bens culturais.

É importante que a biblioteca escolar desempenhe sua função de mediadora da leitura literária e de outras formas de conhecimento, discutindo para além da aprendizagem e realização das tarefas demandadas. Orientar a leitura e a pesquisa escolar, bem como levar os usuários a discutir as leituras são formas de partilhar o conhecimento e de socializá-lo.

A seguir, discorreremos sobre projeto político-pedagógico e biblioteca escolar, a partir de autores que vêm discutindo o tema no cenário brasileiro.

3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

3.1 A gestão democrática na educação brasileira

A gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada.

(Jamil Cury)

A história nos mostra que aconteceram mudanças significativas no cenário educacional brasileiro, relativas à democratização do ensino, do período colonial até os dias atuais.

Desde as primeiras iniciativas educacionais – da colônia à independência, passando pela república, pela democracia popular e pelo regime militar, até o retorno do Estado democrático –, a educação pública pode ter ganhado em qualidade a partir da sua ampliação a todas as classes sociais. “É preciso pensar a qualidade de ensino em termos quantitativos, isto é, a melhoria qualitativa ocorreu pelo fato de a escola se abrir a uma quantidade maior de alunos provenientes de segmentos antes excluídos” (DI GIORGI; LEITE, 2010, p. 316).

De acordo com Bordignon (2005, p. 3), já na década de 1920, foi lançada a “semente da luta por uma educação como fundamento de um projeto nacional democrático” por Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Pascoal Leme e outros educadores, pioneiros da Educação Nova. Com o manifesto de 1932, a sociedade foi mobilizada e garantiu que alguns desses educadores estivessem presentes na Constituinte de 1934. A Constituição “organizou a educação, concebida como projeto nacional de cidadania em sistemas de ensino, administrados por conselhos representativos da voz plural dos educadores” (BORDIGNON, 2005, p. 12).

O movimento dos educadores no Fórum de Defesa da Educação Pública pode ter garantido, entre os princípios do ensino público constante do artigo 206, inciso VI da Constituição de 1988, a gestão democrática. E, no artigo 211, sugere uma concepção de educação emancipadora, fundamentada no exercício efetivo da cidadania, ao estabelecer que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”.

Nesse sentido, Cury (2005, p. 18), diz que “a gestão democrática é um princípio do Estado nas políticas educacionais que espelha o próprio Estado Democrático de Direito e nele

se espelha, postulando a presença dos cidadãos no processo e no produto de políticas dos governos”.

E ainda, de acordo com o mesmo autor, o princípio da gestão democrática, expresso na Constituição é formalizado como tal para as escolas oficiais:

Daí a instrução se tornar pública como função do Estado e mais explicitamente como dever do Estado, a fim de que, após o impulso inventor inicial da instrução primária, o indivíduo pudesse se autogovernar como ente dotado de liberdade e ser capaz de participar como cidadão consciente e crítico de uma sociedade de pessoas livres. (CURY, 2014, p. 16)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, (LDB) no artigo 3º, VIII, trata da gestão democrática. E referindo-se ao pacto federativo nos termos da autonomia dos entes federados, em seu artigo 14, inciso I, estabeleceu-se como diretriz nacional a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”; e, no II, a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

É preciso considerar também os artigos 12, 13 e 15, que sugerem um trabalho em equipe de toda a comunidade escolar, inclusive no que diz respeito à gestão financeira.

A gestão democrática foi alvo de atenção na Lei nº 10.127, de 9 de janeiro de 2001, conhecida como Plano Nacional de Educação (PNE), inserido na Constituição de 1934 e retomado na Constituição de 1988, seguindo o princípio constitucional e a diretriz da LDB, definiu entre seus objetivos e prioridades “[...] a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Na mesma direção, o PNE 2014-2024 reafirma no artigo 2º, inciso VI, o princípio da gestão democrática da educação pública, bem como, quando inclui na meta 19 e suas respectivas estratégias, temáticas relevantes para materialização do conceito dessa gestão, de maneira a promover a participação dos diversos atores envolvidos no processo educativo. Também as estratégias 7.4 e 7.16 reforçam o mesmo princípio, referindo ao fortalecimento da autoavaliação das escolas de educação básica e da participação da comunidade escolar no planejamento e aplicação dos recursos financeiros, visando transparência, concretizando a gestão democrática.

De acordo com Gomes (2015, p. 160), “a meta de construir uma gestão efetivamente democrática da educação está vinculada à execução do art. 8º do PNE II, que demanda a

elaboração dos correspondentes planos nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil”.

Diante do exposto, a autonomia dos sistemas de ensino proporcionada pela legislação educacional pode vir a promover ações que favoreçam a gestão democrática nas unidades de ensino que propiciam mudanças na educação pública brasileira, prevendo autonomia para que os sistemas de ensino se organizem de forma a se adequarem às suas realidades locais e regionais.

Assim como a democracia se sustenta em princípios de justiça e igualdade, incorporando a pluralidade e a participação, “a autonomia da escola justifica-se no respeito à diversidade e à riqueza das culturas brasileiras, na superação das marcantes desigualdades locais e regionais e na abertura à participação” (NEVES, 2013, p. 99).

Concretizar a gestão democrática na escola é um caminho para se buscar mudanças na educação, e a construção do projeto político-pedagógico pode ser mais uma das medidas importantes para a realização da democracia, da autonomia e do exercício da cidadania.

Conforme legislação, a escola tem autonomia para elaborar seu projeto pedagógico de forma coletiva. Diretor, professores, todos os profissionais da escola, pais e alunos devem participar da construção desse documento democraticamente.

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, se fundamenta na autonomia. Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania. A abordagem da gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. (BORDIGNON, 2005, p. 12)

Dessa maneira, o projeto político-pedagógico apresenta-se como um elemento para o planejamento da escola, visto que é um documento em que abrange uma reflexão no sentido de identificar e organizar os princípios analisados e ao aprofundamento dos estudos sobre a organização do trabalho pedagógico, estruturando a sua compreensão sobre os limites e as possibilidades da escola de acordo com os interesses da comunidade a que está inserida (VEIGA, 2013). Assim, a legislação vem no sentido de legitimar as necessidades da sociedade, e, especificamente, as necessidades dos profissionais da educação da comunidade escolar.

3.2 O Projeto Político-Pedagógico

“A partir da década de 1980, a escola é vista como espaço de concretização das políticas educativas e, cada unidade de ensino vai sendo reconhecida como uma organização social, situada em um contexto local, com uma identidade e cultura próprias, se tornando um espaço de construção de autonomia e descobrindo possibilidades de se organizar e de se materializar num projeto educativo” (VASCONCELLOS, 2004, p. 16).

Nesse sentido, torna-se necessário que cada escola construa seu projeto pedagógico, conforme estabelecido pela legislação, buscando a identidade da comunidade escolar. Para Bussmann (2013), ao implementar projeto político-pedagógico próprio, a instituição afirma sua identidade como espaço pedagógico necessário à construção do conhecimento e da cidadania.

A respeito da expressão *projeto político-pedagógico* ou *projeto pedagógico*, a literatura traz as duas formas: encontramos o termo projeto pedagógico e também projeto político-pedagógico. Para fins desse trabalho, optamos por trabalhar com a expressão *projeto político-pedagógico*.

Embora a LDB e a Constituição usem a expressão “projeto pedagógico”, uma boa parte de autores que pesquisa o tema usa a expressão projeto político-pedagógico. Não há um consenso na denominação. Alguns autores questionam se a presença do termo “político não traria uma redundância, pois toda ação pedagógica é também política, uma vez que tem por objetivo formar o cidadão” (VASCONCELLOS, 2004, p. 19).

De acordo com Minguili e Daibem (2008, p. 124), “alguns educadores incluem o termo ‘político’ na expressão ‘projeto pedagógico’, nos remetendo às suas inter-relações com as práticas educativas e suas interfaces com a sociedade como um todo”.

Segundo Vasconcellos (2004), o termo “político” nos leva a refletir que em nenhum projeto há neutralidade, principalmente os pedagógicos. E ainda,

[...] a omissão do termo político pode ser mais um fator de distorção, por induzir ao engano de restringir o projeto a uma tarefa técnica, da qual somente especialistas, profissionais da área, poderiam participar na elaboração, deixando, portanto, de fora, segmentos importantes como os alunos e a comunidade. Ser político significa tomar posição nos conflitos presentes na polis; significa, sobretudo, a busca do bem comum. (VASCONCELLOS, 2004, p. 20)

Veiga (2013) afirma que o projeto pedagógico da escola é também um projeto político, porque é uma ação intencional, com sentido claro e compromisso pensado e definido na

coletividade. Está articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos dos envolvidos com o processo educativo. É político porque tem compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 1983, p. 93).

Na dimensão pedagógica encontra-se a possibilidade de a intencionalidade da escola se tornar real a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. É pedagógico porque define as ações educativas e as características necessárias às escolas para que se cumpram seus propósitos e sua intencionalidade. Neste sentido, político e pedagógico têm uma significação indissociável.

Para Veiga (2013), deve-se considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, buscando efetivar sua intencionalidade e oportunizar a vivência democrática necessária à participação da comunidade escolar ao exercício da cidadania.

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição e, como plano global, é abrangente, dá unidade e organicidade à escola, sistematizando as discussões políticas e pedagógicas de todo o coletivo, membros da instituição e da comunidade. É um processo de planejamento participativo, portanto, democrático. Não é um plano definitivo, vai se aperfeiçoando e se definindo conforme sua intencionalidade e realidade. Como instrumento que possibilita repensar a ação educativa, intencionalmente, contribui com a escola na construção de sua autonomia e identidade. No entanto, a concretização do projeto não se esgota na elaboração do documento, é sempre avaliado e (re) construído. Para Vasconcellos (2004), há uma realização interativa e comprometimento com a transformação da instituição escolar.

Assim, é preciso refletir a respeito das finalidades da escola, seu papel social e ter clareza de que caminhos seguir e quais ações devem ser operacionalizados por todos no processo educativo. Ao construir o projeto pedagógico, sua concepção e sua execução devem ser consideradas como momentos interligados e permeados pela avaliação.

Nesse sentido, Resende e Veiga, (1998, p. 11), apontam características quanto à concepção e à execução de um projeto pedagógico de qualidade. Em relação à concepção, o projeto:

[...] deve ser um processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições; explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo a participação de todos no

projeto comum e coletivo; conter opções explícitas na direção da superação de problemas, no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica; explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

E quanto à execução, o projeto é de qualidade se:

[...] nasce da própria realidade, tendo como explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; é exequível e prevê condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; implica a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola; é construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos numa interação possível (RESENDE; VEIGA, 1998, p. 11).

Segundo Veiga e Resende (1998, pp. 11-12), “o projeto pedagógico é um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo, que a influencia e que pode ser por ela influenciado. É um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”. Portanto, para a autora, uma ação fundamental e que deve ser a primeira a nortear a organização do trabalho da escola é a construção do projeto pedagógico que tenha como base a concepção de sociedade, educação e escola que objetiva a emancipação humana. Quando planejado, discutido e assumido pelo coletivo, ele se constitui como processo. E, constituindo-se como processo, o projeto político-pedagógico reforça o trabalho integrado e organizado da equipe da escola, engrandecendo a sua função essencial de coordenar a ação educativa da instituição de ensino de forma que ela alcance o seu objetivo político-pedagógico (VEIGA, 1996).

Pensar a construção do projeto político-pedagógico como organizador do trabalho escolar, de acordo com Veiga (2013), supõe princípios que nortearão uma escola democrática, pública e gratuita, a saber: 1. *Igualdade* de condições para acesso e permanência na escola; 2. *Qualidade* para todos – *qualidade formal ou técnica* – *ênfatisa os instrumentos e os métodos, a técnica* – e a *política* – voltada para os fins, valores e conteúdos – é condição fundamental da participação.; 3. *Gestão democrática* – presente na constituição, abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira; 4. *Liberdade*, também princípio constitucional, associado à ideia de autonomia; 5. *Valorização do magistério*, que é um ponto de destaque no projeto político-pedagógico.

Para Veiga, esses princípios deverão ser garantidos na operacionalização das estruturas escolares, uma vez garantidos na legislação, na proposta, é imprescindível que ocorram, de fato, na dinâmica interna da *escola*. Considerando que o projeto político-pedagógico se organiza no sentido de evitar a fragmentação do trabalho da escola e o controle

hierárquico, o projeto torna-se um instrumento de luta na redução da fragmentação. A unidade de ensino reflete, discute coletivamente para resolver seus problemas e se organizar, minimizando a influência do poder instituído naquilo que subjuga os interesses populares (VEIGA, 1996).

É importante que a comunidade escolar reflita e discuta sobre os elementos constitutivos da organização – finalidades da escola, estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, os espaços pedagógicos para além das salas de aula, processo de decisão, relação de trabalho e avaliação – para que se possa construir o projeto político-pedagógico mais próximo do real possível.

Uma vez cientes das finalidades da escola, os educadores refletirão sobre a ação educativa da instituição, buscando concretizar a sua intencionalidade. Para tanto é preciso pensar o que se persegue em relação à legislação em vigor, à finalidade cultural, política e social de formação profissional e à finalidade humanística, com vistas a promover o desenvolvimento integral das pessoas.

Nesse sentido, a partir dos pressupostos teóricos evidenciados anteriormente, a biblioteca precisa ser pensada juntamente com a organização da escola como um espaço pedagógico para além das salas de aula que propicie o acesso aos bens culturais e científicos produzidos, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

O que seria a preocupação central de um estabelecimento de ensino – dotar a biblioteca de acervos necessários à formação da clientela estudiosa e transformá-la em centro estruturador do currículo – ou mesmo de uma universidade – dedicar atenção à biblioteca como principal centro de acesso ao conhecimento e de difusão do mesmo, tomado também, na perspectiva de sustentação do processo de construção de novos conhecimentos, desenvolvendo culturas de leitura e de pesquisa em ambientes multimídiais. (RÖSING, 2002, p. 398)

Ao se ponderar sobre a estrutura organizacional da escola, uma reflexão sobre as estruturas administrativas e pedagógicas pode ser feita; no entanto, há que se recordar que estruturas pedagógicas determinam as ações administrativas. Essas estruturas referem-se às interações políticas, às questões referentes ao ensino, à aprendizagem e ao currículo (VEIGA, 2013).

A autora afirma que o currículo “é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los” (VEIGA, 2013, p. 26).

Assim, uma reflexão possível para ser definida no projeto político-pedagógico, refere-se à orientação e à implementação do currículo, podendo garantir, não só a intencionalidade da escola, como também discutir e estabelecer as prioridades de proposições, as formas de sua consecução e os aspectos necessários para atingir os objetivos propostos.

Muito há que se considerar nesse processo: os dias letivos, a organização em seriação ou ciclos, os espaços pedagógicos para além das salas de aula, o tempo fixo para as disciplinas. O tempo escolar influenciará na organização do currículo e poderá dificultar sua integração, o que por sua vez influenciará no ensino-aprendizagem e no processo de avaliação. É possível que, respeitando a legislação vigente e as possibilidades da escola, a comunidade escolar procure organizar o currículo de forma mais interdisciplinar, crível, no sentido de levar o estudo ao conhecimento integrado.

Sobre a avaliação do projeto político-pedagógico supõe-se diagnosticar os resultados da organização do trabalho pedagógico. Se assim ocorrer, ela se torna um ato dinâmico que qualifica e proporciona subsídios ao projeto político-pedagógico, bem como propiciará uma direção às ações dos educadores e dos educandos. Portanto, “a avaliação deve ser democrática, favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultado de um processo coletivo de avaliação diagnóstica” (VEIGA, 2013, p. 32).

Na perspectiva teórica de Pinheiro (1998, p. 92),

[...] na realização do projeto político-pedagógico, o cotidiano da escola fornece indicativos que evitam seu enfraquecimento e a dispersão de seus componentes. A avaliação e a discussão sobre o processo orientam sobre pontos que devem embasar novos procedimentos e reforçar os princípios que fundamentam o pensar e o fazer da escola no sentido de uma prática transformadora. A compreensão sobre o caráter evolutivo do projeto impõe atenção constante por parte daqueles que são, efetivamente, os responsáveis pela sua existência.

A construção do projeto político-pedagógico implicaria, então, reflexões cotidianas, continuidade das ações, descentralização, democratização das decisões, organização de processo coletivo de avaliação que seja emancipatório. Assim, a organização do trabalho se torna fundamental, de forma a garantir que as propostas da comunidade escolar e, conseqüentemente, da proposta educativa, para que estas não fiquem vinculadas somente ao voluntarismo e ao personalismo, mas que estabeleçam a definição de objetivos que orientem para a determinação e aprofundamento de uma proposição, resultante da discussão sobre a escola, seu percurso histórico, sua intenção, suas potencialidades e limitações.

Isto porque o trabalho coletivo é capaz de produzir um saber profissional, pedagógico e político necessário à prática e à reflexão sobre essa prática, que pode levar a uma produção conjunta de conteúdo interdisciplinar, podendo contribuir para o desenvolvimento científico, cultural e social, evitando-se, assim, que a escola caia num vazio curricular sem função.

A interação dos professores com seus pares, o diálogo num coletivo da escola pode ser uma solução de aperfeiçoamento da prática pedagógica. A esse respeito Nóvoa (2001, p. 1) pondera que “A produção de práticas educativas eficazes só surge de uma reflexão da experiência pessoal partilhada entre os colegas”.

A ponderação entre a teoria e a prática aprendidas é fundamental na profissão docente. E uma boa forma de fazer essa reflexão é com os colegas, considerando que na escola se perseguem objetivos de ensino e aprendizagem e de desenvolvimento social e cultural.

O professor precisa ter competência para trabalhar em grupo na resolução de problemas cotidianos da escola, no desenvolvimento de atividades interdisciplinares, e na reflexão sobre a profissão e as políticas públicas de educação. Tudo o que envolve a atividade educativa requer um espaço de diálogo e interação. Neste caso, a elaboração do projeto político-pedagógico da escola com a participação dos vários atores da instituição se justifica.

Historicamente, os docentes desenvolveram identidades isoladas. Falta uma dimensão de grupo, que rejeite o corporativismo e afirme a existência de um coletivo profissional. Refiro-me à participação nos planos de regulação do trabalho escolar, de pesquisa, de avaliação conjunta e de formação continuada, para permitir a partilha de tarefas e de responsabilidades. As equipes de trabalho são fundamentais para estimular o debate e a reflexão. É preciso ainda participar de movimentos pedagógicos que reúnam profissionais de origens diversas em torno de um mesmo programa de renovação do ensino. (NÓVOA, 2001, p. 3)

Diante do exposto, o projeto político-pedagógico pode favorecer um espaço de diálogo e interação entre os pares. Conflitos e contradições certamente existirão, mas devem ser trabalhados no sentido de que a organização do trabalho pedagógico evidencie os conflitos e contradições e tais discussões venham aprimorar o processo educativo, contribuindo para a construção do projeto pedagógico da instituição escolar.

Ao construir o projeto político-pedagógico da escola vislumbrando a emancipação humana, já divulgada por Veiga (1996), acreditamos que o espaço da biblioteca escolar contribua para a função humanizadora, entre várias outras.

3.3 A Biblioteca Escolar e o Projeto Político-Pedagógico

O trabalho realizado dentro da escola tem como finalidade o desenvolvimento cognitivo e a contextualização do conhecimento. Nesse sentido, a biblioteca escolar tem muito a contribuir para que isso aconteça.

De acordo com Libâneo e Pimenta (2002), o fenômeno educativo é uma prática social de desenvolvimento dos indivíduos e visa inseri-los no meio culturalmente organizado.

O conhecimento aprendido na escola é construído ao longo da trajetória do educando pode propiciar o desenvolvimento de pessoas críticas e conscientes e, por conseguinte, a prática social e cultural.

A aquisição desse conhecimento não se dá somente na sala de aula, por meio do professor. É preciso reconhecer que a biblioteca escolar é parte integrante do processo educativo, sendo essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo, no tocante ao aprimoramento da leitura e da escrita, o acesso à informação e o desenvolvimento social, cultural e econômico. A biblioteca é parte fundamental do trabalho pedagógico e das estratégias educacionais escolares.

Nessa linha de raciocínio, torna-se necessária uma relação entre a biblioteca escolar e o projeto político-pedagógico. É preciso que a biblioteca integre os projetos e planos da escola, apoie os trabalhos desenvolvidos na sala de aula, e ao mesmo tempo, seja um espaço autônomo onde sejam desenvolvidas atividades que integrem a proposta pedagógica e ofereça novas maneiras de inteirar com os materiais impressos e audiovisuais, experimentar leituras e servir-se desses materiais.

Nesse sentido, é mister que a biblioteca escolar esteja envolvida no planejamento da instituição educacional, devendo, portanto, estar presente no projeto político-pedagógico da escola, de forma que os profissionais possam participar desse projeto e do planejamento pedagógico diário da instituição e sejam desenvolvidas não só atividades de apoio ao aluno e ao professor, mas também que a biblioteca possa ser um dos espaços que venham instigar o trabalho interdisciplinar e a ampliação do conhecimento para além dos conteúdos escolares.

Vários autores (RÖSING, 2002; SILVA, 2003; GIROTTI e SOUZA, 2009; ARENA, 2009; CAMPELLO, 2010; CÔRTE e BANDEIRA, 2011) indicam que a biblioteca escolar é o local para que muitas atividades sejam desenvolvidas; entre tantas, destaca-se a leitura. Para isso, é importante que esse espaço seja considerado relevante ao elaborar o projeto pedagógico da escola. Aliás,

[...] a importância da leitura no projeto político-pedagógico da escola traduz-se na previsão de atividades com os acervos que estão na escola, na biblioteca escolar. Professores, bibliotecários, coordenadores e todos os profissionais do ensino precisam trabalhar em conjunto.

Atividades voltadas para auxiliar o ensino e aprendizagem que complementam o conteúdo trabalhado em sala de aula prevêm recursos que podem ser oferecidos pela biblioteca. Assim, a equipe pedagógica da escola, sobretudo o professor, precisa trabalhar em conjunto com os profissionais da biblioteca, pois este espaço deve ser entendido e utilizado com um espaço cultural e de formação.

A participação ativa e constante do professor fomenta a dinamização da biblioteca escolar, pois são os professores os responsáveis pelo planejamento do ensino. Se o planejamento pedagógico prevê atividades que, tanto vão enriquecer o conteúdo curricular e promover a leitura, o bibliotecário necessariamente deve fazer parte desse planejamento para organizar os acervos e atividades culturais (BRASIL, 2001, p. 21).

Silva (2003, p. 35) ainda afirma que “o projeto político-pedagógico precisa contemplar, de maneira específica as finalidades a serem cumpridas pela leitura dentro do currículo, os textos a serem oferecidos, as atividades de natureza disciplinar e interdisciplinar a serem operacionalizadas durante o ano”.

O autor vai além, e sugere que por meio de uma ação coletiva trabalhada via projeto político-pedagógico, se conquistem recursos para dinamização da leitura, e que também a comunidade usufrua dos benefícios da biblioteca. Defende a superação do imprevisto histórico que vem marcando o ensino da leitura nas escolas. A escola, por meio, em especial, de seus professores, e também através dos profissionais envolvidos no processo educativo, tem por responsabilidade fazer chegar aos educandos o nosso patrimônio literário, científico e cultural.

Diante disso, torna-se necessário o planejamento pedagógico para que tais ações possam ser realizadas. Silva (2003) pondera que esse planejamento de atividades deve ser garantido na busca da superação de uma visão fragmentada e dispersa do conhecimento, do mundo, que, sem dúvida, fragiliza o trabalho escolar e certamente reproduz alienação e dominação.

A articulação entre o conjunto dos professores, coordenador pedagógico, diretor e bibliotecário é importante no sentido de desenvolver uma proposta sobre leitura e, conseqüentemente, sobre o uso da biblioteca como projeto da escola, envolvendo todos os conteúdos, todas as disciplinas e não somente como uma ação a ser explorada unicamente e, muitas vezes, solitariamente, no espaço do conteúdo de língua portuguesa e (ou) dessa disciplina.

Considerando que “a principal vocação da biblioteca escolar é a de formar leitores e disponibilizar meios de formação/informação para toda a escola – para o que importa conjugar o profissionalismo, empenho e eficácia” (SILVA, 2002, p. 236), a biblioteca deveria estar no centro do planejamento pedagógico, pois tem papel de destaque na promoção e desenvolvimento do letramento informacional, proporcionando à comunidade escolar acesso ao conhecimento e à cultura, buscando por meio, e como resultado desses, a autonomia e o exercício da cidadania.

Por acreditarmos nas afirmações de Silva (2002) e demais autores, iniciaremos a análise documental do projeto político-pedagógico de uma escola municipal de Presidente Prudente/SP, relativa à função atribuída à biblioteca escolar em tal documento. Dialogaremos ainda com as representações de biblioteca escolar, seu espaço, condições de uso e local de formação do leitor, entre gestores, docentes e a comunidade dessa instituição escolar.

4 DOS DOCUMENTOS OFICIAIS À PRÁTICA: A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CENTRO DA ESCOLA

4.1 Cenário da pesquisa

a) A cidade de Presidente Prudente/SP

Município brasileiro do Estado de São Paulo, *Presidente Prudente* localiza-se a Oeste da capital do Estado, distando desta cerca de 558 km. Pertencem ao município os distritos de Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul, Montalvão e a Sede, subdivididos ainda em cerca de 220 bairros.

Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE), é um dos principais pólos industriais, culturais e de serviços do Oeste de São Paulo. O município conta com uma importante tradição cultural, que vai desde o seu artesanato até o teatro, a música e o esporte.

b) A educação no município

O município de Presidente Prudente conta com 63 escolas particulares – 23 pré-escolas, 23 EF e 17 EM –; 49 escolas da rede pública de ensino estadual, responsável pelas escolas dos anos finais do EF e EM; e possui ainda uma unidade que oferta o Pré-escolar, 25 EF e 23 EM. A rede municipal é responsável pelo funcionamento de 63 escolas públicas: 32 Pré-escolar, 31 EF e o EM. Não existe escola pública federal no município.

c) O ensino municipal

A Secretaria Municipal de Educação (SME) foi criada pela Lei nº 2296/83 de 21 de dezembro de 1983.

A SME possui a maior rede pública de ensino do Pontal do Paranapanema. Atende a Educação Infantil – berçário, maternal e pré-escola (0 a 5 anos) –; Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano –; e Educação de Jovens e Adultos.

Em 17 de agosto de 2010, por meio do Decreto nº 21.142/2010, a Prefeitura Municipal implantou um projeto piloto de educação integral na Rede Municipal, denominado “Cidadescola”, voltado para escolas de ensino fundamental regular, contemplando atividades de enriquecimento curricular, estendendo de cinco para nove horas de atendimento educativo.

Essa proposta pedagógica está sendo ampliada gradativamente a todas as escolas da rede municipal, a fim de consolidar Presidente Prudente como “Cidade Educadora”.

d) A legislação municipal referente ao projeto político-pedagógico

O PPP é tratado no Regimento comum das escolas municipais de Presidente Prudente (RCEMPP), Capítulo IV, Seção I - Da proposta pedagógica da escola, – aprovado pelo Decreto N° 13.489/99 –, conforme:

Artigo 49 - A Proposta Pedagógica da Escola, exercício permanente de fortalecimento de sua autonomia, será elaborada a partir dos princípios de responsabilização dos vários participantes do processo educativo e de sua adequação às características e recursos da escola e da comunidade em que se insere.

Parágrafo único - As diretrizes, objetivos, metas, ações e projetos especiais estabelecidos no Plano Diretor consubstanciam a Proposta Pedagógica de cada escola, definindo as linhas de sua política educacional, em conformidade com as diretrizes e normas vigentes e com o Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 50 - A Proposta Pedagógica, como momento de autoconsciência da comunidade escolar sobre seus valores e concepções de homem, de educação e sociedade, deverá precisar conceitos de:

- I - escola democrática
- II - administração solidária
- III- trabalho participativo
- IV - aluno como centro do processo educacional
- V - professor reflexivo.

Artigo 51 - Cada escola deverá registrar suas intenções, em termos de Projeto Educacional que deseja realizar, elaborando documento síntese de sua Proposta Pedagógica, que se constituirá em instrumento norteador do trabalho da escola, a ser fornecido e discutido com a comunidade de pais e alunos.

Artigo 52 - A Proposta Pedagógica deverá partir do pressuposto e que a escola atual é uma Instituição viva e dinâmica, onde equipes engajadas entre si e com a comunidade escolar buscam a melhoria da qualidade do ensino e a formação integral do homem, enquanto ser humano e cidadão (DECRETO N° 13.489/99, RCEMPP p. 9).

As escolas municipais de Presidente Prudente têm o PPP, documento norteador do ensino, que é (re) construído a cada três anos, com a participação de toda a comunidade escolar, deliberado pelo Conselho de Escola e homologado pela SEDUC e conta com normatização específica sobre o assunto no RCEMPP, nos Art. 43 a 52, orientações técnicas pedagógicas, referente ao assunto, dirigidas a todas as escolas anualmente. (RCEMPP/SME, 1998, p. 9).

e) A escola pesquisada

A unidade de ensino pesquisada foi instalada por meio de Decreto em 1945 com a denominação de Grupo Escolar. No transcorrer da história, teve seu nome alterado para

Escola Estadual. Em 2008, a escola foi municipalizada e passou a ofertar os anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). Em 2009 iniciou-se, no período noturno, o ProJovem Urbano, projeto do Governo Federal, destinado a jovens entre os 17 e 30 anos, para conclusão dos anos finais do EF com formação profissional. Atualmente, a escola oferece somente o EF I, no turno matutino e no vespertino. Neste trabalho, optamos por não divulgar o nome da instituição escolar pesquisada e adotamos um nome fictício EM “Cora Coralina”.

O prédio onde funciona a escola data de 1958. Está localizado próximo ao centro comercial da cidade de Presidente Prudente. Além do comércio, em suas proximidades encontram-se agências bancárias, clínicas médicas, dentárias, estéticas e veterinárias, conselho tutelar municipal, espaços de esporte, lazer e cultura e escolas particulares.

Os moradores mais próximos, em grande parte, são de famílias antigas e tradicionais. A escola atende, além dos moradores do bairro, alunos de bairros adjacentes e também de bairros distantes, cujos pais trabalham no centro da cidade.

f) A biblioteca escolar¹⁶

A biblioteca da escola EM “Cora Coralina” passou por grandes mudanças no final de 2014. O processo para essas modificações tem uma história interessante que achamos valer a pena relatar; afinal, partiu da iniciativa de um usuário. Um aluno enviou uma carta ao diretor da escola em que pedia uma biblioteca com espaço mais amplo e com mais livros.

Sensibilizado e com grande vontade de proporcionar uma biblioteca que atendesse à sua clientela com mais qualidade, o diretor, juntamente com a secretária da escola, formada em *design* de interiores, começaram a reformulação do novo espaço.

Foi escolhido um novo local, uma antiga sala de computação, onde muitos computadores já não funcionavam. A partir de um espaço maior e mais adequado, a *design* fez o desenho de uma biblioteca infantil mais lúdica e atrativa aos estudantes. Segundo ela, a proposta era de que essa viesse estimular mais crianças, e que elas sentissem prazer em não só estarem lendo os livros em casa, mas no espaço da biblioteca.

Segundo Souza, Hernandes e Balsan,

a importância de se dinamizar o processo de leitura, tanto na sala de aula quanto na biblioteca escolar, por constituírem espaços em que os alunos desenvolvem tanto seus procedimentos de leitor, com o uso competente das estratégias de leitura, como o comportamento leitor, tornando-se capaz de socializar critérios de escolha e de apreciação estética de leituras. Lembramos que, apesar de serem indissociáveis,

¹⁶ O histórico da biblioteca foi composto a partir do PPP e das entrevistas.

essas duas capacidades – comportamento e procedimento leitor – considerando as especificidades dos espaços - sala de aula e biblioteca escolar – o primeiro é o momento privilegiado para o desenvolvimento do procedimento leitor, já com relação à biblioteca, esta se constitui em um apoio fundamental para a aquisição do comportamento de leitor proficiente. Portanto, são espaços complementares e necessários para a consolidação plena das capacidades leitoras. As bibliotecas escolares têm papéis específicos na formação do leitor, porque permitem a aquisição do comportamento de leitor proficiente. Os leitores que são formados tanto nas salas de aula, como nas bibliotecas escolares, conseguem desenvolver mais plenamente as competências necessárias para as práticas de leitura demandadas pelo mundo contemporâneo (SOUZA; HERNANDES; BALSAN, 2015, p. 54).

De acordo com a Pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 4* (FAILA, 2016) as bibliotecas escolares ou universitárias são as mais procuradas por quem tem o hábito de ir à biblioteca sempre ou às vezes (55% de toda a população brasileira). O estudante é o perfil predominante do usuário da biblioteca, com 65% desse público frequentando sempre, às vezes ou mesmo raramente; enquanto os que não estão mais estudando somam a porcentagem de 22% de frequentadores. Tendo em vista esses dados, é possível perceber que após a conclusão dos estudos, a população brasileira reduz sua frequência às bibliotecas. Ainda segundo os resultados, 65% da população entendem que a biblioteca é um lugar para estudo ou pesquisa, e apenas 37% acham que é um local para ler livros por prazer.

Nesse sentido, notamos que a escola pesquisada, ao buscar remodelar um espaço de leitura onde o aluno possa permanecer para ler, está proporcionando aos estudantes condições para que se tornem leitores proficientes e busquem não só a leitura para realização das tarefas, mas também a leitura prazerosa, a leitura literária. Conforme Bamberger (2004), as bibliotecas são meios utilizados para o desenvolvimento dos interesses de leitura, bem como do hábito de ler.

A Escola Municipal “Cora Coralina”, juntando esforços públicos (funcionários da escola, secretaria de educação) e privados (empresas da cidade) reorganizou o local da biblioteca escolar.

Conforme observado durante as entrevistas, o espaço tem bastante claridade, possui ar condicionado, mobiliários novos (duas mesas para uso dos funcionários em atendimento, três mesas com cadeiras para os usuários, tapete e almofadas coloridas, as prateleiras em alvenaria junto às paredes com detalhes coloridos, adequando um ambiente alegre e gostoso buscando proporcionar comodidade e prazer para seus usuários.

Os livros literários endereçados às crianças em fase de alfabetização estão dispostos na prateleira por títulos em ordem alfabética (há uma letra do alfabeto em destaque), e são colocados com a capa exposta, de forma que esse aluno veja o título; para os alunos maiores,

estão dispostos na forma usual – o dorso do livro para frente. Muitos desses acervos fazem parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) – Programa Federal que envia livros para as escolas públicas do país. Pode-se encontrar entre os acervos obras enviadas via PNBE 2008, 2010, 2012 e 2014. Há também outros livros adquiridos pela escola. A BE possui ainda obras de referência, paradidáticas, materiais multimídia e os acervos teórico-metodológicos direcionados aos professores. A maioria dessas obras é oriunda do PNBE do Professor.

Conforme constatado pelo discurso de um dos participantes da entrevista:

Agora, aqui a gente tá com uma biblioteca que ela está bem ampliada. Uma biblioteca boa, sabe... os livros têm porque quando tem o Salão do Livro o diretor, o vice, eles vão comprar lá. Além dos que chegam pelo correio, eles ainda compram, fazem compra de livro. [...] Não tinha esse espaço que hoje tem. Sabe... Aí foi... Até a Eliana entrou fez o projeto, planejou tudo, fez os pedidos. Formou essa biblioteca. Que hoje tem. Você vê [...] essa biblioteca bonita, bem arejada (ENTREVISTA B1, 2016).

Notamos ser um ambiente alegre e gostoso, buscando proporcionar comodidade e prazer a seus usuários.

Os participantes da pesquisa dizem que tem acervos:

os livros têm, porque quando tem o Salão do Livro, o diretor, o vice, eles vão comprar lá. Além dos que chegam pelo correio, eles ainda compram, fazem compra de livro (B1).

Um pouco foi da escola mesmo, que sei que eles adquirem por meio de rifas. Com a reinauguração da biblioteca, acho que teve bastante livros novos, bastante títulos novos. Eu sei que eles fizeram pesquisas com os alunos, dos títulos que eles gostariam de ter, de conhecer. Eu não sei se teve incentivo por parte de outros locais (M1).

Existe uma prateleira com acervos teórico-metodológicos direcionados aos professores. A maioria dessas obras, oriundas do PNBE do Professor, como mostra a fala do entrevistado: “a gente tem disponível o material que veio do MEC, o PNBE do Professor”. (D).

4.2 Discussão e resultados da análise do projeto político-pedagógico da escola municipal – Triênio 2013 a 2015 – relativos ao enfoque dado à biblioteca.

Uma das metodologias adotadas nesta pesquisa foi a análise documental, e o objeto principal o projeto político-pedagógico da escola EM “Cora Coralina”. Neste sentido, solicitamos ao diretor da escola o documento para que pudéssemos estudá-lo antes das entrevistas que viríamos a fazer. Afinal, seria importante cotejar o discurso dos entrevistados com o texto do projeto da escola.

Após leitura e análise do projeto político-pedagógico, buscamos identificar qual o tratamento dado à biblioteca escolar nesse documento. Segue abaixo a discussão resultante da análise de todos os itens relativos à biblioteca contidos no documento.

4.2.1 O tratamento dado à biblioteca no projeto político-pedagógico da escola

O projeto político-pedagógico (PPP) da escola começa a inserir a biblioteca escolar em seu texto a partir do item 3 “Identificação e Caracterização da Unidade de Ensino (UE)”. Esse item indica os ambientes administrativos da escola: três salas (secretaria, sala de direção e sala da orientação pedagógica) e ambientes pedagógicos (11 salas de aula, uma sala de leitura e duas salas de informática). No documento, a biblioteca é tratada como ambiente pedagógico, sendo citada como “sala de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 8-9).

No decorrer do documento, a biblioteca se faz presente em vários itens: “4.3 Recursos físicos e materiais / Tabela: 4 – Recursos físicos e materiais” (p. 14) – no qual são registradas as dependências da escola, suas respectivas mobílias e equipamentos, bem como as condições de uso. Nesse item, o espaço é chamado de “sala de leitura ou biblioteca”. A partir da Tabela 5, página cinco do PPP é usado o termo biblioteca. O uso da expressão, ora “sala de leitura”, ora “biblioteca”, leva a inferir que a escola parece ter dúvidas se o espaço é uma sala de leitura ou biblioteca.

As salas de leitura, segundo Pimentel (2011), foram criadas inicialmente pelo Programa Especial de Educação (PEE) do Estado do Rio de Janeiro, pelo então Secretário de Educação Darcy Ribeiro, em 1985. O projeto arquitetônico dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) previa um espaço destinado a livros, que foi denominado Sala de Leitura, pelo fato de o exercício da função de bibliotecário caber a um professor, e não a bibliotecário.

Em 2011, o governo de São Paulo publica a Resolução nº 70/2011 que dispõe sobre a instalação de salas e ambientes de leitura nas escolas da rede pública estadual, estabelecendo em seu artigo 1º a instalação de novas salas e ambientes de leitura nas escolas estaduais.

As Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEFs, as Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio – EMEFMs e as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBSs, que possuem Sala de Leitura, deverão dispor de Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I ou de Ensino Fundamental II e Médio, efetivos ou estáveis, na Jornada Básica do Docente – JBD ou Jornada Especial de Formação JEIF, para exercerem a função de Professor Orientador de Sala de Leitura – POSL (SÃO PAULO, 2015, s/n).

Em documento *Manual de normas e procedimentos* publicado pela SME de Presidente Prudente, em setembro de 2016, os espaços são nomeados Salas de Leitura.

[...] para a Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente, utilizar-se-á de uma organização em rede, na qual uma bibliotecária será a responsável por elaborar normatizações e orientar os funcionários sobre as normas técnicas para que desenvolvam o trabalho nas escolas em espaços nomeados como “Salas de Leitura”. As Salas de Leitura são espaços compreendidos, neste Manual e para a Rede Municipal de Presidente Prudente, como espaços que: a) funcionem em sala de uso exclusivo ou de caráter diversificado (por exemplo, junto com a sala de brinquedos); b) possuam coleção de livros e outros materiais destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura; c) preferencialmente, tenham serviço de empréstimo domiciliar que seja exclusivo para os alunos da escola; d) tenham materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; e) sejam realizadas atividades de incentivo à leitura e que funcionem como espaço de aprendizagem (SME/PP, 2016, S/N).

No Plano Municipal de Educação (PME), aprovado em 2015, por meio da Lei Nº 8.962, nas metas seis, sete e doze, em suas respectivas estratégias 6.3, 7.21 e 7.33 foi utilizado o termo *biblioteca*.

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa municipal de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de [...] espaços para atividades culturais, bibliotecas, [...] para a educação em tempo integral; [...];

7.21) prover, implementar e utilizar equipamentos e recursos tecnológicos digitais, no âmbito dos sistemas de ensino, fornecendo manutenção e reposição periódica, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive à internet; (PME/SME/PP, 2015, s/n).

Na Tabela 5- Espaços da Unidade de Ensino (UE), entre as modificações elencadas a serem feitas para otimização dos espaços é mencionada a biblioteca: “Necessitamos da construção de uma sala de informática maior e da ampliação, troca de mobiliários e informatização da nossa biblioteca” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 5). Ainda, nessa Tabela, ao estabelecer a ordem de prioridades para melhoria, a biblioteca é apontada em 2º lugar: “Tabela 5: Espaço da UE [...] b) dentro do que está inadequado estabeleça uma ordem de prioridades para melhorá-los: 1 Sala de informática única, que acomode todos os micros; 2 Biblioteca maior, com mobília adequada e informatizada” (p. 18).

A necessidade em estabelecer uma ordem de prioridades entre a biblioteca e a sala de informática se dá ainda porque, provavelmente, a escola não reconhece a identidade da biblioteca escolar no sentido de que ela “supera a concepção de instituição de apoio e de complemento para alçar à concepção de espaço da cultura, da produção da leitura, da produção de textos escritos e do porto de partida para a navegação pelo mundo virtual” (ARENA, 2009, p. 165).

A biblioteca escolar, neste caso, foi concebida somente como um espaço do material impresso, ao passo que ela pode se transformar em um centro multimídia e oferecer oportunidade de conectar com outras tantas bibliotecas e instituições, por muitos *links* que proporcionam o acesso a conteúdos científicos e culturais produzidos pela humanidade, de forma ampla.

E o autor continua sua reflexão:

Do letramento literário ao letramento digital, este ganha mais força e atenções por sua importância na integração de um homem novo e um mundo novo. Há que se avaliar, todavia, que as bibliotecas públicas incorporaram os computadores como ferramentas em suas salas para que o leitor/pesquisador/navegador invada outras bibliotecas. Na escola, porém, nota-se uma dicotomia espacial e de concepção: na sala de informática há um técnico, um educador de informática, para atender aos agendamentos, enquanto na biblioteca inexistem computadores e educadores. A biblioteca poderia potencializar a ferramenta e inserir o pequeno leitor no universo maior da cultura, mas a concepção de que o uso da internet pode levar a desvios separam as duas salas. Isso resulta em mais custos, maior fragmentação do saber, desequilíbrio entre uma instituição cultural histórica e outra emergente. (ARENA, 2009, p. 166)

Por que as bibliotecas escolares não se tornam centros multimídias, proporcionando aos alunos a expansão do conhecimento? Muitas escolas, a exemplo da pesquisada, já começam a refletir e, ainda que não integrem os dois espaços, permitindo a convivência do impresso com o digital, já se esforçam para levar computadores para o espaço da biblioteca. Do contrário, lamentavelmente, a sala de informática continua sendo a prioridade, e a

biblioteca não ganha nem o computador para as tarefas do bibliotecário. O acervo é registrado no livro “tombo” e os empréstimos registrados em fichas ou em cadernos.

Ainda na Tabela 5 do PPP da escola pesquisada, entre as modificações elencadas, sugere-se que a biblioteca deve ser maior, mas não se determina o tamanho.

A Lei nº 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país (DOU, 25/5/2010 – p. 3, Seção 1) não faz menção sobre a área da biblioteca escolar, apenas, conceitua BE e estipula seu acervo referente à quantidade e tipo, mas não diz respeito à diversidade de gêneros literários; também estabelece tempo para a universalização, de forma progressiva, respeitando a profissão de bibliotecário.

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. [...]. (BRASIL, 2010, p. 3)

A esse respeito o documento elaborado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento - Parâmetros para bibliotecas escolares (2010) - traz alguns parâmetros que se constituem de um referencial flexível no sentido de embasar as escolas na organização ou construção de suas bibliotecas. Um dos parâmetros citado refere-se à área ideal para a constituição, entre eles, menciona sobre a área ideal para a biblioteca escolar.

Assim, de acordo com o documento, a BE deverá contar com espaço físico exclusivo, onde todos os usuários poderão ter acesso. O documento sugere dois tipos de espaços destinados à biblioteca: *nível básico* – de 50m² a 100 m², com assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira e outros usuários; um balcão de atendimento, uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de um ou mais funcionários. No *nível exemplar*, a biblioteca deverá ter acima de 300m² e possuir assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e

grupos de alunos que forem consultar materiais e (ou) realizar atividades. Deverá possuir ambientes para os serviços fim e contar também com lugar para serviços técnicos e administrativos: um balcão de atendimento e espaço específico para atividades técnicas, com uma mesa, uma cadeira e um computador com acesso à internet, para uso exclusivo de cada um dos funcionários.

Segundo Caldeira (2010, p. 12), um dos responsáveis pela elaboração dos Parâmetros para bibliotecas escolares,

[...] o planejamento do espaço da biblioteca deve ser feito em função do acervo e do uso que se pretende dele fazer. Além de salas para abrigar o acervo geral, a coleção de referência e a de periódicos, devem ser previstas salas para uso individual e de grupos, locais específicos para uso de equipamentos (computadores, gravadores, videocassetes), lugar separado para a coleção infantil para atividades com crianças menores, além de salas de projeções. Tal espaço facilitará o planejamento e o desenvolvimento do programa da biblioteca. Se esse ideal não é possível, será necessário planejar criteriosamente as atividades na biblioteca, otimizando-se o uso dos locais disponíveis.

Percebemos que a equipe que elaborou e discutiu o PPP da escola sabe que o espaço é pequeno para atividades de leitura e pesquisa. E, se não há computadores na biblioteca, é necessário que haja um esforço do sistema de ensino para que venham existir. O item “4.4- Recursos humanos – Tabela 6: Relação do pessoal da unidade” (função, horário de trabalho, setor de trabalho, grupamento de atendimento, escolaridade e outros) do registro no PPP (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 18-23) mostra que há três funcionárias readaptadas que atuam na biblioteca, duas com graduação em pedagogia e uma com ensino médio. A escola não possui bibliotecário. Essa situação não foge ao que ocorre na maioria das escolas públicas, a saber:

[...] o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil (CELLIJ) realizou o projeto Bibliotecas escolares: espaço e apropriação de conhecimento, nos anos 2011 e 2012, em duas escolas da cidade de Presidente Prudente/SP, constatamos que as profissionais responsáveis pelas bibliotecas escolares são professoras readaptadas, [...]. Esse estudo é fruto de pesquisa internacional, intitulada: Literatura na escola: espaços e contextos – a realidade brasileira e portuguesa, que se iniciou em 2006 e levantou dados de 110 escolas públicas dos municípios de Presidente Prudente, Marília e Assis, [...]. Os dados obtidos nessa pesquisa e a realidade encontrada pelo CELLIJ não são diferentes, pois a maioria das bibliotecas escolares participantes do estudo internacional tinha como suas responsáveis docentes readaptadas. (FEBA; VINHAL, 2013, p. 174)

No artigo 3º da Lei nº 12.244/2010, acima citada, além de tratar da universalização das bibliotecas escolares, estabelece que esta universalização deva estar de acordo com a Lei nº

4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício, e a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências.

O fato de o bibliotecário ter a formação específica – graduação em biblioteconomia – pode garantir que algumas funções exigidas para o bom desenvolvimento da biblioteca sejam efetivadas, como por exemplo, ser um espaço de aprendizagem. O bibliotecário que coordena e gerencia o processo de seleção e aquisição de acervo adequado ao contexto escolar; organiza a coleção de maneira adequada, tem função educativa; contribui para transformar a biblioteca em um espaço de aprendizagem; exerce suas funções em estreita colaboração com a equipe pedagógica e com a comunidade escolar.

Nesse sentido, a presença do bibliotecário na escola poderia garantir um trabalho conjunto com professores, pois ele tem um importante papel como mediador de leitura literária, trabalhar as habilidades informacionais, além das tarefas de rotina.

De acordo com Bortolin e Almeida Junior (2009), o bibliotecário escolar é responsável pela mediação pedagógica, além da mediação da leitura literária e informacional. Com isso promove mudanças relativas à cognição, à afetividade, gerando interação social. Esse profissional que antes era necessário para organizar e guardar materiais da história da humanidade, hoje se faz presente por suas competências informacionais, de forma a facilitar e ensinar as crianças e os jovens na busca e uso da informação.

De acordo com o PPP da EM “Cora Coralina”, o atendimento na biblioteca é feito no horário matutino e vespertino, coincidindo com o horário de funcionamento da escola, atendendo os anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). No documento é mencionado o Projovem Urbano¹⁷ – anos finais do EF, com formação profissional, destinado aos jovens entre 17 e 30 anos. Este projeto iniciou-se em 2009 e teve a duração de 18 meses, mas não há no projeto político-pedagógico nenhuma menção ao funcionamento da biblioteca nesse turno. Isso pode ser observado quando, na p. 18, “item 4.4 Recursos Humanos: Tabela 6: relação de todo o pessoal da unidade”, que indica: “nome, função, horário de trabalho, setor onde trabalha, grupamento que atende escolaridade”, não consta horário de funcionamento da biblioteca no período noturno, também não é citado atendimento aos alunos do Projovem Urbano.

¹⁷ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), na modalidade Trabalhador – Juventude Cidadã.

Assim, conforme o documento, não se disponibiliza aos estudantes do noturno o acesso a bens culturais (SOARES, 2004); ou seja, esses estudantes não possuem o direito à literatura, dito por Cândido (1995).

Dessa forma, a ampliação do conhecimento, bem como sua socialização estaria somente a cargo do professor em sala de aula, pela ausência do acesso à biblioteca e, conseqüentemente, aos bens culturais ao aluno trabalhador.

Para Cândido (1995, p. 243) “a literatura é um fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente”. A literatura é um direito humano e, como direito, todos devem ter oportunidade de acesso.

Quanto ao item 5.1.4 “Levantamento e identificação de problemas e necessidades a atender na escola – Tabela 11: Identificação de requisitos e características críticos da escola” (pp. 33-34), o documento da escola apresenta em relação à biblioteca, as seguintes necessidades:

- Quais são as principais fraquezas da escola (ambiente interno)? – Ausência de local adequado para funcionamento da biblioteca;
- Quais são as maiores oportunidades que se apresentam à escola nos próximos anos (ambiente externo)? Solicitação à Seduc de construção de uma sala ampla da biblioteca, dando oportunidade de realizar o Projeto de Leitura com mais sucesso ao que já tem sido;
- Quais são os principais ameaças ou riscos ao desempenho da escola nos próximos anos (ambiente externo)? – inexistência de um local adequado para a biblioteca. (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 33-34)

O documento informa, ainda, que após análises e discussões sobre o plano de ação para o Ensino Fundamental, foram elencadas como prioridade investir na infraestrutura da biblioteca e, para isso, aponta como objetivos: “aumentar o espaço da biblioteca, enriquecer o acervo literário e informatizar o controle de retirada de livros”;

E como estratégia, “requisitar a construção de uma nova sala ou ampliação da existente e as melhorias elencadas” (enriquecimento do acervo e informatização do controle de retirada de livros). Aqui, podemos inferir que há ações referentes à leitura quando diz que a meta é “melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido em relação à leitura, oferecendo um espaço adequado aos leitores e funcionários” e propõe aumentar a quantidade de leitores autônomos, mas não aponta ações relativas ao trabalho com o acervo, o como tornar as crianças leitores críticos (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 39).

Neste sentido, o projeto político-pedagógico da EM “Cora Coralina” pretende fortalecer e investir em espaços de leitura na escola, enriquecer o acervo da biblioteca com obras literárias, livros informativos e informatizar a biblioteca. Para Colomer (2007, p. 103), “montar uma biblioteca e enchê-la com livros selecionados com critérios morais e/ou de qualidade literária” são condições necessárias para a formação de leitores, mas não o suficiente. É fundamental ofertar ações de formação aos profissionais mediadores de leitura, para que possam dinamizar e otimizar as bibliotecas, trabalhar as habilidades informacionais para que, somadas à quantidade, qualidade e diversidade do acervo e de materiais multimídia, bem como a adequação do espaço físico, a escola forme leitores autônomos e críticos.

No entanto, no item 6 Plano de Trabalho da UE a BE não foi considerada entre as ações registradas “ 6.1 Da Administração, 6.2 da Orientação Pedagógica, 6.3 da Secretaria, 6.4 do Núcleo Operacional, 6.5 do Conselho de Escola, 6.6 de curso por modalidade/etapa, 6.7 de Ensino ou Trabalho dos Docentes”. (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 42-56).

Trindade e Martins (2006, p. 728), no artigo *A função educadora da biblioteca escolar*, destacam a relevância do planejamento dos serviços da biblioteca:

A biblioteca escolar precisa definir sua estratégia de administração e gerência para produzir, divulgar, mostrar, oferecer e distribuir corretamente serviços de informação. A sua imagem frente ao seu público também deve ser trabalhada, cuidadosamente, a fim de criar condições de simpatia e respeito pela instituição e por sua função social, pelo trabalho do bibliotecário ou professor e, ao mesmo tempo, estimular a participação da comunidade, ampliando essa vivência coletiva. (TRINDADE; MARTINS, 2006, p. 728)

No item 6.5 quando se trata de ações dos membros do Conselho de Escola para o ano 2013, há uma referência sobre a BE ao indicarem a “assinatura de um jornal, uma revista e um gibi e aquisição de enciclopédia para uso dos alunos na biblioteca”. Embora não incluam a aquisição obras de literatura.

4.2.2 Biblioteca escolar e sua contribuição para a formação de leitores

Continuando a análise, percebemos que o projeto político-pedagógico não menciona de maneira explícita a contribuição da biblioteca para o trabalho de formação de leitores, para o acesso a objetos informacionais e a bens culturais. Cita um projeto de leitura, mas não fornece detalhes sobre tal projeto. Apenas o menciona no plano de ação,

item 5.4/5.4.2 Ensino Fundamental- após análise e discussões sobre o plano de ação para o (EF), elencamos como primordial investir no aprimoramento da infraestrutura da nossa biblioteca [...], META: melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido em relação à leitura, oferecendo um espaço adequado aos leitores e funcionários [...] e das AÇÕES: 1. incrementar o Projeto de Leitura já desenvolvido na unidade; 2. Requisitar à Seduc a ampliação do espaço existente; 3. Aumentar o acervo literário (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 39 - 40).

No PPP não fica claro como é o desenvolvimento do trabalho com a leitura, a mediação e a formação de leitores e a articulação feita com o currículo.

Brandão e Rosa (2010) mostram porque é importante conversar com as crianças sobre os textos literários lidos por elas ou para elas.

Um primeiro ponto que justifica a importância da conversa é a possibilidade de que ela dá de engajar o leitor ou ouvinte na busca da produção de significados sobre o que lê ou escuta. É necessário que a criança compreenda a leitura como uma atividade de construção de sentidos em que é preciso interagir ativamente com o texto. (BRANDÃO; ROSA, 2010, pp. 69-70)

Com ações deste tipo, a instituição escolar pode esperar como resultado “formar a maior quantidade possível de leitores; obtenção de um local apropriado para as atividades de leitura” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 39).

Um espaço físico adequado e acervos literários, certamente contribuirão para a formação de alunos leitores; porém, além da intencionalidade, se faz necessária mediação dessa leitura.

Cabe à escola, em seus espaços específicos – sala de aula e biblioteca escolar apoiar a criança no desenvolvimento de suas capacidades leitoras ao assumir, de forma intencional e qualificada, a mediação desse processo, permitindo que os alunos ampliem seu repertório de leitura o máximo possível [...] o papel do professor na sala de aula e na biblioteca escolar se torna primordial porque ele passa a atuar como um mediador, possibilitando ao aluno o acesso aos conhecimentos relativos à cultura letrada, por intermédio da organização de atividades de leitura como parte integrante da rotina escolar. (SOUZA; HERNANDES; BALSAN, 2015, pp. 49-50)

Levar os alunos a conhecer a biblioteca, promover momentos de contação de histórias supõe planejar um ambiente de escuta, mobilizar a expectativa, escolher as obras. Tudo isso são ações do planejamento para receber as crianças na biblioteca.

Além do trabalho com a leitura literária, o responsável pela biblioteca – bibliotecário ou professor – desempenha funções que auxiliarão na aprendizagem de habilidades

informativos, seleciona acervo adequado aos interesses e às necessidades do currículo e dos projetos da escola.

De acordo com Campello (2010, p. 140), “o responsável pela biblioteca da escola tem a função educativa e nesse sentido pode contribuir para transformar a biblioteca em um espaço de aprendizagem”.

O PPP da escola, quando mostra as pretensões da instituição a partir da compra de acervos literários e o aumento do espaço, considera indicadores como “a estatística dos livros retirados, sala pequena e quantidade e qualidade de (com o uso, houve desgaste) livros existentes na biblioteca”. Mostra as consequências da situação atual da biblioteca escolar, elencando problemas tais como a “dificuldade de trabalhar com a classe toda, o excesso de alunos em um espaço reduzido, gerando desconforto, e alunos reclamando porque já leram os livros que estão no acervo, ou seja, falta de novas opções” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 39-40). Entretanto, não refere a planejamento de ações de bibliotecários com os alunos e nem do bibliotecário com os professores.

É importante salientar que o contato com a obra literária é bastante significativo se há orientação do mediador, levando o leitor a refletir sobre a construção da obra, o trabalho do autor e do ilustrador. Para GIROTTO e SOUZA (2010) o trabalho deve ser explorado a partir de seus componentes textuais e iconográficos – as capas, orelhas, dedicatórias e outros elementos paratextuais, que incentivam a leitura e auxiliam na compreensão do texto. Dessa forma, um trabalho feito primeiro pelo mediador da leitura e, posteriormente pelas crianças, é determinante para a formação do leitor, pois os paratextos são carregados de dados verbais e não verbais.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental (EF), os alunos também precisam da mediação dos professores e bibliotecários com atividades de contação de histórias, leitura de poemas, capazes de incentivá-los a busca pelo livro. O ouvir as histórias proporciona a construção de sentidos por esse leitor que já lê sozinho, mas a orientação do mediador é essencial (BRASIL, 2014).

A escritora Fanny Abramovich, no trecho abaixo, reforça a relevância dessa atividade para as crianças de seis a dez anos que estão nos anos iniciais do EF:

Ah, como é importante para a formação de qualquer criança ouvir muitas, muitas histórias [...]. Escutá-las é o início da aprendizagem para ser leitor, e ser leitor é ter caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo [...]. É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas

provocam em quem as houve com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas fez (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com olhos do imaginário. (ABRAMOVICH, 1997, p. 17).

Ao fazer a análise documental, observamos que outras disciplinas também apontam, em seus planos de ensino o livro literário, os paradidáticos e outros. Os paradidáticos/informativos são indicados na disciplina História, Matemática, Geografia e Arte.

O trabalho com essas obras informativas favorece a aprendizagem, mas é preciso planejar ações didáticas que insiram as crianças em processos de interação que elas produzam e compreendam textos orais e escritos. Tais processos acontecem em situações em que o professor ou o bibliotecário, mediando as relações entre as crianças e a escrita, ou em situações em que elas autonomamente leem, escutam, escrevem, falam. A mediação dos profissionais é relevante, portanto deve ser planejada tal como o tempo a ser usado e, as atividades a serem desenvolvidas (BRASIL, 2012).

Uma vez citada nos planos de ensino, supomos que há apoio da biblioteca, pois parte dos materiais de leitura está lá e os alunos vão para pegá-los. Porém, o documento não explicita a maneira como as obras são ofertadas ou utilizadas pelos professores. Não sabemos se há um planejamento conjunto entre bibliotecário e professor, ou a organização do material, tão pouco se tais agentes escolares consideram essa relação entre os saberes necessária ou não.

Além desses apontamentos, no item 3 “Identificação e Caracterização da Unidade de Ensino (UE)” (p. 9), a biblioteca é tratada como ambiente pedagógico. Portanto, é possível fazer inferências de que na biblioteca há acervos disponíveis para os usuários e, de que há atividade com os objetos informacionais contidos ali. Mas não há informação referente às ações do profissional da biblioteca e do professor regente com esses materiais.

4.2.3 Conceito de biblioteca contido no projeto político-pedagógico da escola

O conceito de biblioteca não fica claro no projeto político-pedagógico da escola. Esse aparece primeiramente como ambiente pedagógico – sala de leitura; num segundo momento, como sala de leitura ou biblioteca; no restante do documento, como biblioteca. Isso reforça o que afirmamos anteriormente de que, para a equipe escolar responsável pela elaboração do PPP, há uma confusão ou falta de esclarecimentos sobre as diferenças entre sala de leitura e biblioteca escolar. Também os documentos oficiais ora tratam como sala de leitura, ora biblioteca, conforme exposto no item 4.2.1.

Para os fins da Lei nº 12.244/2010, artigo 2º, a biblioteca escolar é considerada como

[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (BRASI, 2010, s/n).

No documento “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares” biblioteca escolar é conceitua da seguinte forma:

[...] biblioteca escolar designa um dispositivo informacional que: conta com espaço físico exclusivo, suficiente para acomodar: o acervo; os ambientes para serviços e atividades para usuários; os serviços técnicos e administrativos. Possui materiais informacionais variados, que atendam aos interesses e necessidades dos usuários; tem acervo organizado de acordo com normas bibliográficas padronizadas, permitindo que os materiais sejam encontrados com facilidade e rapidez; fornece acesso a informações digitais (internet); funciona como espaço de aprendizagem; é administrada por bibliotecário qualificado, apoiado por equipe adequada em quantidade e qualificação para fornecer serviços à comunidade escolar. (CAMPELLO et al., 2010, p. 9)

A biblioteca propicia o suporte à formação de leitores e apoia algumas tarefas de ensinar (ARENA, 2009). Por isso, de acordo com Silva, Ferreira e Scorsi (2009), o cenário da biblioteca escolar não deve ser um espaço extremamente organizado, resguardado, mas organizado para receber a pluralidade, a convivência entre os diferentes materiais e os diferentes sujeitos. Logo, a biblioteca favorece a formação de leitores, integrando-a no projeto educativo da escola.

A diferença marcante entre biblioteca escolar e sala de leitura passa pela pessoa do mediador que, segundo Silva (2005, p. 102), “a presença de um bibliotecário escolar não significa apenas a possibilidade de uma organização objetiva da biblioteca, mas sim um horizonte concreto para um ensino de melhor qualidade”.

Com base em publicações oficiais, conforme já exposto, e considerando o item “Recursos humanos – Relação do pessoal da unidade”, citado anteriormente, pode-se considerar que a UE possui sala de leitura e não biblioteca escolar, pois os mediadores são professores com ensino superior e médio, completos. Não têm formação em biblioteconomia.

4.2.4 Espaço de difusão cultural e tecnológico

“O que é isto?
 É um livro.
 Como desce a página?
 Não desce. Eu viro a página. É um livro.
 É tipo um blog?
 Não, é um livro.
 [...]”
 SMITH, Lane. *É um livro*. Companhia das Letras, 2010.

O diálogo proporcionado pelos personagens dessa obra – um burro e um macaco – que portam, o primeiro, um notebook no colo, e o segundo, um livro nas mãos, nos leva a refletir sobre o tipo de suporte de leitura. A pergunta “o que é um livro” e a sequência de indagações do burro ao macaco e por sua vez as respostas e as ilustrações acabam deflagrando a superioridade do impresso perante o suporte digital.

Segundo Zilberman (2016, p. 19), “não há sentido em opor livros e ferramentas digitais, porque se trata de linguagens distintas”. E, “no caso da literatura para crianças, o emprego adequado das ferramentas digitais pode, por sua vez, abrir caminho para propostas inovadoras”.

A disputa que nos é mostrada pelos personagens da história e em muitos outros momentos na contemporaneidade leva em conta a materialidade dos suportes, porém, não se constituem numa única faceta da matéria linguística disponível aos leitores de quaisquer faixas etárias. Isto não pode ser ignorado. (ZILBERMAN, 2016).

Devemos considerar que o livro no suporte digital pode ser apresentado de forma interativa, ou linear, em formato pdf. Assim, como na Antiguidade o texto original fora reproduzido no pergaminho, na argila e até há pouco tempo, em papel.

Nesse sentido, as obras são digitalizadas e colocadas em uma biblioteca *online*, como fez o *google*. Como fez também a Biblioteca Nacional (BN) que oferece edições de originais de livros e outras publicações. Um exemplo de grande acervo de livros da literatura brasileira e outras obras é portal do Domínio Público que proporciona o acesso ao patrimônio literário de nosso país.

Dessa forma, com o texto eletrônico, acredita-se ter alcançado um sonho muito antigo da humanidade, a universalidade e a interatividade.

Desde Alexandria, o sonho da biblioteca universal excita as imaginações ocidentais. Confrontadas com a ambição de uma biblioteca onde estivesse todos os textos e

todos os livros, [...] Com o texto eletrônico, a biblioteca universal torna-se imaginável (senão possível) sem que para isso, todos os livros estejam reunidos em um único lugar. Pela primeira vez na história da humanidade, a contradição entre o mundo fechado das coleções e o universo infinito do escrito perde seu caráter inelutável. (CHARTIER, 2009, p. 117).

De acordo com Chartier (2016, p. 59), a evolução digital modifica de uma só vez “os suportes da escrita, as técnicas de reprodução de disseminação e as maneiras de ler”. Os suportes de escrita da Antiguidade, da era cristã ao livro impresso, após a invenção da imprensa, não sofreram tamanha transformação, nem na técnica de reprodução dos textos assegurada pela cópia manuscrita, nem mesmo as revoluções da leitura, da era medieval à sua popularização, tanto dentro como fora da escola.

Nesse sentido, questionamos como a escola lida com essas mudanças.

Entre tantas discussões postas por essa pergunta, inclusive aquelas que Roger Chartier e Anne-Marie Chartier discutem em texto *Conferências a duas vozes* (CHARTIER; CHARTIER, 2016, pp. 59-87), escolhemos trazer a ideia de que sem o letramento cultural, mais especificamente o literário (PAULINO; COSSON, 2009), a escola, tanto no que diz respeito ao impresso quanto ao cultural, deixa de contribuir com a alfabetização. O fato de não haver um espaço para leitura e pesquisas não dirigidas, multimídia, de acesso livre, na escola, impede-a de formar um cidadão leitor e escritor e prejudica o desenvolvimento da autonomia na aprendizagem.

Nesse sentido, a presença de uma biblioteca escolar que seja espaço multimídia de leitura e animação cultural requer um trabalho coletivo, planejado e discutido não só pelo bibliotecário e pelos professores das diferentes disciplinas, mas pelo diretor, coordenadores, enfim pelos profissionais da educação, que forme leitores e desenvolva a autonomia dos discentes na sua aprendizagem, para que se tornem cidadãos culturalmente letrados, é condição imprescindível.

A biblioteca multimídia deve ser diversificada para construir com uma cultura literária, científica e artística; deve ser espaço de utilização livre e também orientada, fundamentalmente espaço que promova a interdisciplinaridade.

4.3 Análise das entrevistas

Fizeram parte desse estudo, conforme exposto no item *trajetória metodológica*, dez entrevistados: profissionais que atuam na biblioteca escolar, professores, o orientador pedagógico, o diretor da escola e representante do Conselho de escola, segmento pais. Aqui,

os entrevistados serão nomeados, respectivamente, B1e B2 (para as pessoas que atuam na biblioteca); P1, P2, P3e P4 (para professores); C (para orientador pedagógico), D (para diretor); M1 e M2 (para pais).

As respostas obtidas por meio das entrevistas foram agrupadas em eixos para serem analisadas, discutidas e relacionadas aos dados obtidos via pesquisa documental, buscando, assim, atender ao objetivo da pesquisa *Enfoque dado à biblioteca no projeto político-pedagógico da escola e sua contribuição para o trabalho de formação de leitores, para o acesso a objetos informacionais, a bens culturais, bem como verificar a contribuição da biblioteca para o processo educativo e cultural, do ponto de vista da comunidade escolar.*

Os resultados foram organizados em eixos da seguinte forma:

- Biblioteca escolar: local de acesso à cultura letrada
- Investimento e acesso: promoção do conhecimento
- Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: relações participativas

Ao trazermos o discurso dos entrevistados, registramos os trechos que trazem diretamente o ponto de vista referente à questão respondida.

4.3.1 Biblioteca escolar: local de acesso à cultura letrada

Nesse eixo procuramos discutir o ponto de vista dos participantes da pesquisa relativo à biblioteca escolar (BE). Para tanto foi questionado acerca do conceito de biblioteca escolar e da razão de sua existência na unidade de ensino; a BE como ambiente pedagógico da escola; a quantidade de acervos literários para a implementação de projetos de incentivo à leitura; se houve efetivação, quais projetos foram trabalhados, coordenados por quem; e a respeito da participação do bibliotecário ou dos profissionais atuantes na BE no planejamento pedagógico diário da escola.

*** Concepção de biblioteca e sua relevância na escola**

Os participantes da pesquisa definem biblioteca escolar como espaço: de leitura, aprendizagem e vivência da literatura “*a biblioteca desperta o interesse das crianças para ler, aprender, vivenciar as histórias lidas ou ouvidas.*” (B1); que contribui para a educação “*É uma parte que contribui bastante para a educação, né, porque cada livro traz uma informação.*” (B2); criado para expansão da leitura e cultura da criança “*A biblioteca é o espaço criado pra criança poder expandir a leitura, a cultura dela.*” (P1); para

aprendizagem, fomento da leitura e desenvolvimento das habilidades informacionais “[...] *pra ela aprender a ler, pra introduzir o gosto [...] pra que a criança tenha, mesmo, o desejo de ler, de conhecer mais o mundo, de ter mais acesso, saber lidar com os livros.*” (P2); que contribui para a aprendizagem “*Eu vejo que a escola é um lugar de aprendizagens. [...] E a biblioteca é o espaço que vai contribuir pra que isso aconteça.*” (P3); de aprimoramento dos conhecimentos, fonte de referência, pesquisa e de leitura “*A biblioteca é fundamental para aprimorar os conhecimentos dos alunos, pra eles terem uma fonte de referência, de pesquisa, de leitura.*” (P4).

Definição semelhante é encontrada no Manifesto da IFLA/UNESCO (2005) a biblioteca escolar, por ser parte integrante de todo processo educativo, deve dar suporte à formação de leitores, estimular a pesquisa e compartilhar ideias, buscando uma transformação da sociedade.

A biblioteca é fonte de conhecimento, de cultura. É um recurso histórico. “*A biblioteca é fonte de conhecimento, é como se fosse um santuário. Os livros guardados... É um recurso histórico de vários autores. [...] É uma fonte cultural muito importante.*” (C)

A expressão “*como se fosse um santuário. Os livros guardados...*” se pensada do ponto de vista da linguagem bíblica, espaço de adoração, reflexão e transformação, mas se intocável a biblioteca, não gera conhecimento, cultura... porém, segue a fala mostrando acesso às obras pelos alunos: “*as crianças podem ir até a biblioteca pra fazer trabalho, pesquisa... pra conhecer essas histórias que estão lá dentro da biblioteca, podem levar o livro pra casa pra família também ler junto com ele.*” (C)

A biblioteca é também espaço de interação com os acervos e de desenvolvimento das habilidades leitoras.

A BE, além de ser o local do acervo dos livros, quando eu penso numa BE para crianças do ensino fundamental, é o espaço de leitura que as crianças têm interação com os livros que estão lá. Então, além do acervo é um espaço de interação para que haja o desenvolvimento das habilidades de leitura. (D)

E com o livro nas mãos,

A criança manipula o livro de cabeça para baixo, do meio para o fim, de cabeça para cima. A liberdade lhe permite isso. Só em liberdade inventamos e reinventamos o mundo. A liberdade é que conduz o leitor, leitura afora. [...]. A criança é que elege a sua leitura e atribui ao objeto livro o que ele tem a lhe dizer. O livro é um objeto e a criança, o sujeito. Nesta relação, é o sujeito que fala (QUEIRÓS, 2012, p. 92).

Nessa relação de interação com o livro, a criança vai adentrando na leitura e fazendo descobertas, lendo

Descobrir a leitura é um longo processo, que forma subjetividades. E formar leitores é ajudar pessoas no caminho dessa descoberta, é ensiná-las a gostar de ler, é ser o mediador do prazer que há em se descobrir (no sentido de descobrir a si mesmo) lendo (QUEIRÓS, 2012, p. 41).

O acesso à biblioteca e aos livros é uma oportunidade de as crianças apropriarem-se da escrita, vivenciando as histórias, desenvolvendo as habilidades leitoras e, por consequência, expandirem o conhecimento, a criatividade.

Para o segmento do Conselho escolar, representado nessa pesquisa pelos pais dos alunos, a biblioteca é um espaço onde se encontram livros para ler, auxiliando nos estudos realizados em sala de aula. “*É o espaço onde tem os livros pra eles lerem, onde eles podem ir, pegar livros, ajudar no que eles estudaram na sala de aula.*” (M1), a biblioteca é uma oportunidade não só para a extensão do conhecimento aprendido na sala, mas para fomentar o currículo.

Para M2, a BE, além de estimular, ofertar a literatura, oportuniza a autonomia para a escolha. Ela é mais que um ponto de cultura, é espaço de estímulo à leitura onde o aluno pode fazer sua escolha. É espaço de autonomia.

A biblioteca escolar é um ponto de cultura e referência para os alunos dentro da escola. Além da leitura diária que a professora faz, ela estimula o aluno e dá um ramo de títulos pra ele poder escolher e ter autonomia. A BE é importante dentro da escola principalmente pra influenciar a leitura dos alunos pra que eles tenham autonomia de escolher, como escolher. (M2)

Nesse sentido, Martinez (2002) nos remete às suas lembranças de infância no que diz respeito à biblioteca da escola e a liberdade de escolha:

Como criança leitora, minhas lembranças se voltam para a biblioteca da escola – espaço acolhedor, com livros de qualidade, sob a sábia orientação da professora Josefina Gaudenzi. A liberdade de escolha, o livre acesso às estantes, o direito de ir e vir a qualquer momento, sempre que o trabalho de classe permitia, fizeram da biblioteca o espaço do meu desejo (MARTINEZ, 2002, p. 116)

Conforme conceituação da biblioteca escolar, os participantes da pesquisa argumentam sobre a necessidade desse espaço na escola, mostrando as razões da existência de uma biblioteca na unidade de ensino.

Cada argumento exposto justifica a necessidade de uma biblioteca na escola, visando a contribuir para educação no sentido do interagir com os livros, de aprender a ler, a pesquisar, estimular o prazer pela leitura, à aquisição de conhecimento e à transformação desse conhecimento para atuação social.

[...] Então... se nós queremos formar leitores, despertar o gosto pela leitura, se não tivermos um espaço na escola que contenha..., ou que esse esteja distribuído dentro da sala..., mas ele tem que existir pra formação de leitores, e aí quando você forma leitores, você forma cabeças pensantes, cabeças críticas. A intenção é que o sujeito tenha condições de melhorar o espaço onde ele vive e tentar melhorar um pouco mais. Algo maior. (P3)

Nesse sentido, a participação do bibliotecário na construção do projeto político-pedagógico, bem como no planejamento diário, proporcionaria uma ação pedagógica integradora do trabalho da biblioteca e da sala de aula.

Ao professor e também ao bibliotecário caberá aproveitar todos os momentos para conduzir o aprendiz a praticar leitura nos diversos aspectos, cuidando do despertar das capacidades básicas e dos sentidos reais e figurados, do apurar a sensibilidade e a imaginação, para “ler a vida” ao seu redor, para entender o social e o cultural. (MACEDO, 2005, p. 173)

A biblioteca escolar potencializa as condições para a formação permanente do cidadão, oferecendo-lhe os primeiros serviços bibliotecários e capacitando-o a utilizar outros, individualmente, sempre que julgar necessário, além de poder propiciar o exercício de sua curiosidade, estimulando, assim, seu aprendizado contínuo e seu desenvolvimento.

Bibliotecários envolvidos em projetos educativos em escolas de ensino básico procuram principalmente desenvolver o gosto dos alunos pela leitura, e essa é sua principal preocupação. No que diz respeito às habilidades de pesquisa, eles buscam desenvolver várias delas. Ensinam os estudantes a usar a biblioteca, mostrando como ela é organizada e preocupando-se com que saibam movimentar-se naquele espaço, com familiaridade e autonomia. Os bibliotecários entendem que a biblioteca escolar serve de modelo para crianças e jovens utilizarem e usufruírem de outros espaços informacionais semelhantes ao longo da vida (CAMPELLO, 2010, p. 132).

Diante do exposto, a escola precisa incentivar seus alunos a descobrir as habilidades e as competências necessárias para seu crescimento pessoal, social e profissional. É neste contexto que a biblioteca deve ser considerada relevante na escola de educação básica, para assegurar a formação comum e o desenvolvimento do educando para o exercício da cidadania.

Por todo seu contexto histórico e comprometimento social, e pelo fato de a biblioteca estar instalada dentro da própria escola, ela tem o ambiente propício ao incentivo da leitura. É

o local ideal para a formação do leitor, “mas para tanto, deve ser pensada como um espaço de criação e de compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não apenas consumidoras de cultura.” (CARVALHO, 2005, p. 22).

Nesse sentido, conversar sobre as leituras leva a construir sentido e a compreender a leitura. É, também, um estímulo à continuidade e permanência da leitura.

Compartilhar as obras com outras pessoas é importante porque torna possível beneficiar - se da competência dos outros para construir sentido e obter o prazer de entender mais e melhor os livros. Também porque permite experimentar a literatura em sua dimensão socializadora, fazendo com que a pessoa sinta parte de uma comunidade de leitores com referências e cumplicidade mútuas (COLOMER, 2007, p. 143).

No discurso dos participantes da entrevista fica claro o conceito de biblioteca escolar, bem como a razão da sua existência na unidade de ensino. Nesse sentido, de acordo com Silva (2009), para que a biblioteca escolar cumpra a sua função de integrar-se ao processo de ensino e aprendizagem na escola, é necessário que haja o mediador, professor e/ou bibliotecário, dinâmico, que estabeleça elo entre a biblioteca e os alunos, a biblioteca e os professores, e entre a biblioteca e o currículo da escola.

Para Leal (2002, p. 323), “Biblioteca não existe para complementar; ao contrário, ela é o centro do currículo e da escola, de onde deve partir e para onde deve convergir as práticas escolares”. Portanto, deve estar inserida no projeto político-pedagógico da escola.

*** *Biblioteca escolar: espaço pedagógico***

No documento da escola pesquisada, consta do item: “AMBIENTES PEDAGÓGICOS: 11 salas de aula, uma sala de leitura e duas salas de informática” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 9), como parte da característica pedagógica.

A biblioteca escolar considerada como um espaço pedagógico da escola deve integrar-se ao sistema educacional, devendo participar de seus objetivos, metas e fins, constituindo-se, assim, essencial para o desenvolvimento do currículo escolar e apoio à ação pedagógica da escola, criando formas próprias de intervir na realidade escolar, no seu projeto político-pedagógico, buscando estratégias e ações a serem desenvolvidas entre biblioteca e bibliotecário e pelo professor da sala de aula, bem como com toda a comunidade escolar.

Na questão do ensino e aprendizagem, o Manifesto IFLA/UNESCO (2005, p. 4) declara que: “a biblioteca escolar propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento”.

O discurso dos entrevistados demonstra que a biblioteca é considerada um espaço pedagógico da escola. Em alguns desses discursos, ficam perceptíveis ações que foram ou são realizadas na BE.

Sim. Eles pegam os livros aqui, levam pra ler. Estão aprendendo. Ajuda na aprendizagem do que veem na sala de aula. (M1)

É aquilo que eu comentei ontem com você, a hora que a menina chegou, ela simplesmente deu um abraço, é como se fosse abraçar a mesa. Hora que eu vi aquilo, eu falei... na sala de aula ela não teria essa reação, o prazer, o gosto dela de estar ali e isso ajuda a desenvolver o gosto pela leitura, o prazer e mais tarde ser leitores, né. (P3)

Sim. A biblioteca tem a hora do conto, no qual as professoras disponibilizam do ambiente da biblioteca, pra contar as histórias. E tem também um projeto que era desenvolvido anteriormente, aqui na unidade escolar, que é: “Eu li, gostei e recomendo”, no qual o próprio aluno lia um exemplar do livro e ele tinha um mural, que ele passava para os demais colegas, alguns trechos, tais como: o título, nome do autor, o que ele entendeu, uma resenha da história, e o que ele achou mais importante na história. Então eu acho fundamental para despertar a curiosidade do aluno e conseqüentemente o aprendizado, né. (P4)

Eu tenho certeza que sim porque tem os livros [...] tudo tá ligado à aprendizagem... os livros... (B1);

Ela faz parte do espaço pedagógico. É tanto os professores... também a pesquisa. E até fazem HTPC na biblioteca, também. Então está num processo da parte pedagógica, da orientação, de pesquisa mesmo. Por isso também é importante a biblioteca. (B2)

Ela é considerada um ambiente pedagógico. Assim, o professor não tem só a sala de aula para trabalhar. Ele pode utilizar esse espaço da biblioteca como pesquisa ... como trazer as crianças que estão trabalhando sobre um determinado autor ele vai lá na biblioteca, pesquisa os livros que tem, pode conversar com as crianças dentro daquele espaço, sobre aquele autor. As crianças procuram sobre o autor ou então é um tema da aula. Eles podem ir pra biblioteca, pesquisar aquele assunto ... Então, é um meio de enriquecer a aula. (C)

Sim. Porque é o ambiente onde a gente vai trabalhar as habilidades de leitura, então é um ambiente de aprendizagem. (D)

É, pode ser considerado sim, porque o professor pode também trazer os seus alunos pra biblioteca, não só encaminhá-los pra retirar o livro, mas... vir com eles até a biblioteca pra fazer estudos, leitura de textos, de pesquisa mesmo, (P1)

Sim. Ela é um espaço de aprendizagem. É um espaço de convivência dentro da escola. É um espaço onde eles têm liberdade de escolha, onde pode ser feita uma hora do conto, onde eles podem até fazer uma brincadeira pedagógica literária. Então, ela é espaço de aprendizagem sim. (M2)

A BE vista como espaço de aprendizagem e pode ir além da ideia de aprender na biblioteca, mas aprender com ela.

Ao reunir livros e outros recursos informacionais, a biblioteca reproduz, de certa maneira, o ambiente informacional da sociedade contemporânea, que alguns denominam sociedade da informação, caracterizada por abundância e variedade de materiais informativos. Ali, os estudantes podem se familiarizar com o aparato informacional atualmente disponível, preparando-se para usar, quando necessário, aparatos semelhantes, por exemplo, outros tipos de bibliotecas (públicas, universitárias, especializadas), arquivos, museus etc. Os recursos informacionais da biblioteca escolar devem refletir a variedade de textos que circulam socialmente e contemplar a gama de narrativas que permitirão aos professores trabalhar situações de leitura compartilhada (CAMPELLO, 2010, p. 131).

A mesma autora continua, citando o ponto de vista de Brandão e Rosa (2010) sobre a necessidade de se garantir um acervo de qualidade e diversificado relativo a gêneros literários para que as crianças possam ler. Uma vez que elas têm a oportunidade de explorar uma boa coleção, capacitam-se para aprender de forma contínua. Essa capacitação ocorre, principalmente, por meio de uma mediação planejada.

A mediação e a qualidade e diversidade do acervo, entre outros aspectos, fazem-se necessários para a implementação e desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura.

**** Acervos literários e implementação de projetos de incentivo à leitura***

Os entrevistados consideram que há acervo literário disponível na BE da escola para implementação de projetos de incentivo à leitura, mas não descartam a possibilidade de haver mais quantidade e mais diversidade de livros, no sentido de que maior quantidade e mais diversidade é ainda melhor. E citam projetos de leitura realizados na escola.

Esse entrevistado menciona um projeto que aconteceu no ano anterior e que, até aquele momento da pesquisa, não havia começado, mas os alunos tiravam o livro emprestado na biblioteca:

Aqui tem. Tem bastante. Olha ... tem um projeto de leitura que eles vinham aqui uma vez por semana, sentavam, fazia a leitura, uma professora contava a história, quando não era a professora, era um aluno que começava a contar a história. O ano passado teve. Esse ano ainda não começou. Tem empréstimo de livro toda a semana. Todas as salas. Uma vez por semana. A sala desce. Por exemplo, na parte da manhã, desce um quarto ano, troca, deixa o livro comigo eu marco a data, ele escolhe outro, eu marco o livrinho, a data. Fica uma semana. (B1)

Aqui, é possível inferir que o entrevistado comenta sobre projetos relacionados a assuntos científicos afetos à saúde, higiene e à questão social:

Sim. Tem é ... essa questão aí tem bastante eles aproveitam os livros para fazer projetos. Igual agora tá essa história da dengue né, que pegou geral, do lixo ... então assim eles tem esse contato, pra desenvolver esses projetos. Sempre os professores entram aqui pra tá pegando, colhendo informação né, pesquisa e tá passando para os alunos.(B2)

No discurso abaixo, percebemos trabalhos diversificados. Um, em que os alunos vão à biblioteca e selecionam as obras de acordo com que o professor deseja trabalhar; outro trabalho em que os alunos tiram o livro na biblioteca, ou o professor leva uma caixa de livros pra sala, os alunos leem em casa e posteriormente fazem discussão em sala de aula. Existe um compromisso em trabalhar com a leitura.

Tem uma escala pra trazer as crianças, toda semana, à biblioteca, como ele também tem a possibilidade de vir à biblioteca, escolher os livros que ele quer trabalhar e levar pra sala de aula. Essa escolha às vezes se baseia no autor ou em alguns títulos que eles querem realmente trabalhar na sala de aula.

Alguns acabam optando só em pegar os livros na biblioteca levar pra sala de aula, os alunos leem em casa, aí eles abrem espaço semanal pra discussão de títulos de livros, onde as crianças fazem as indicações, ou ele leva a caixa pra fazer um trabalho fica de acordo com que o professor quer trabalhar, mas sempre tem compromisso de todas as salas trabalharem com a leitura, ou trabalhando com a leitura baseando no que eles levaram ou da caixa que o professor separou. Nessa semana, visitando uma sala, a professora montou uma caixa só com gibi porque ela queria trabalhar esse contexto do gibi, ela queria trazer esse contexto na aula dela. Eles ficam à vontade para trabalhar só que, a questão da leitura, ela é um trabalho efetivo, todos têm que realizar. Pode mudar as estratégias, mas, o trabalho de leitura, ele é efetivo em todas as salas. (C)

O professor diz que a biblioteca tem grande acervo de modo que é possível fazer o trabalho de leitura “*Essa aqui sim, né... O acervo dela é bem... é bem vasto, então... dá pra gente fazer um bom trabalho.*” E continua dizendo, em parte, como faz o trabalho: “*Pedir, às vezes, à bibliotecária, à pessoa que está aqui, no caso, ela separa os volumes que a gente quer, então, dá pra fazer um trabalho bem bom.*”(P1)

O seguinte também diz sobre a quantidade e qualidade dos acervos, a respeito da reforma da biblioteca e do incentivo à leitura.

Tem. Até porque eles melhoraram bem a nossa biblioteca, né, conseguiram muitos livros. Acho que tem um acervo bem, bem agradável, bem amplo, né. Em relação a... se você for parar pra pensar, não sei se você já visitou outras, outras escolas, né? Onde não tem esse acervo tão grande de livros, essa quantidade de livros, né, que a gente tem hoje, de forma geral, não é assim... grande número de uma só, mas tem acervo que tem vários, uma quantidade variada, que é importante pra criança, de conteúdos diferenciados, né. Eu acho que a nossa biblioteca é boa sim. Eu acredito nisso. Tanto que eu incentivo muito meus alunos a virem. (P2)

Esse pai reforça o já exposto sobre os acervos “*Têm muitos livros, mas poderia ter mais. Sempre é bom que tenha mais.*” (M1)

Aqui, além de o pai reforçar falas anteriores, é possível perceber que há projeto de leitura que tem uma continuidade:

Sim. A biblioteca daqui é muito boa. É claro que, quanto mais qualidade, quanto maior o número, mais fácil para os professores trabalharem e fazerem projetos, mas em vista de algumas bibliotecas dos municípios que eu já sei, que eu conheço, a biblioteca daqui tem bastante títulos diferenciados.

Nos três anos que meu filho tá aqui, sempre teve projeto de apoio e incentivo. Ano passado mesmo, meu filho participou da reorganização e reestruturação da biblioteca junto com a professora dele. Então ela foi reinaugurada ... toda modelagem dela foi feita totalmente em cima de bases, e os alunos ajudavam. Meu filho foi um dos alunos que foi destacado para auxiliar a professora a reestruturar a biblioteca. Então, não tem como eu dizer o contrário, né. (M2)

Para este professor deveria haver mais exemplares do mesmo título:

O acervo é bom. É que sempre penso em algo a mais, em termos da qualidade de ensino cada vez melhor, né. A gente tem sempre que achar que precisa melhorar mais, ter mais exemplares, um volume maior de exemplares da mesma literatura, se tivesse uns dez exemplares de cada título, todos os alunos daquele mesmo ano, poderiam ler aqueles títulos, né. E o professor fazer um trabalho mais sistematizado. E isso é através de um volume maior de exemplares da mesma literatura. (P4)

O professor ou o bibliotecário quando se propõe a trabalhar um determinado tema, pode optar por indicar um mesmo título para toda uma turma, possibilitando uma discussão e atividades com todos os alunos, mas, pode também eleger títulos diferentes com o mesmo tema e trabalhar em grupo, ou fazer trabalhar com títulos variados. A diversidade de títulos permite oportunidade para uma ampla escolha.

O professor seguinte não considera o acervo grande, mas, diz que a quantidade não o impede de desenvolver projetos de leitura.

A gente não tem um acervo muito grande, mas nada que impeça de que se desenvolva algo maior e melhor, porque tudo é questão do olhar, né. Como você vai olhar que você tem e vai aproveitar aquilo que você tem, porque às vezes não tem um material muito... e você pode enriquecê-lo, dependendo do olhar do professor. [...] eu já desenvolvi muitos projetos aqui. Até de lançar livros com eles. Não teve nada assim... um registro oficial, mas eu fiz com eles um livro de contos, num segundo ano, depois no terceiro, com a mesma turma, eu fiz um livro de fábulas ... e teve ... acho que em... isso foi em 2011 ... 10/11. Em 2013 eu fiz um de poemas com 2º ano. E usei só material da biblioteca aqui. (P3)

O diretor se limitou a responder somente a respeito do acervo. Em outros momentos da entrevista demonstra seu ponto de vista sobre os projetos de leitura. Para ele não há acervos suficientes para o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura.

Olha, a gente tem o acervo do PNBE, né, da biblioteca escolar do MEC, mas só que eu penso ainda que a gente tem um acervo bem escasso assim pra desenvolver, mesmo, um trabalho pedagógico com os alunos, né, acho que nós temos que aumentar o acervo, além do acervo que nós temos.(D)

Em alguns aspectos relacionados a acervo, os três últimos discursos se aproximam, e diferem, em parte, dos outros, de forma que temos pontos de vistas diferenciados sobre o que é um acervo satisfatório para a realização de projetos de leitura. Nesse sentido, é necessária uma discussão relativa à quantidade e ao tipo de obra adequada para compor o acervo da biblioteca, uma vez que a diversidade e a qualidade dos acervos são fundamentais em qualquer instituição que se propõe à inserção das crianças na cultura letrada.

Quanto à quantidade, a Lei 12.244/2010, em seu artigo 1º, parágrafo único diz que o acervo da biblioteca deve conter um título por aluno matriculado, no mínimo. E continua dizendo que ao sistema de ensino cabe determinar a ampliação do acervo conforme sua realidade.

E, de acordo com o documento Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares (2010), o acervo da BE deve contemplar a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos diversos usos escolares. Além de livros impressos, a biblioteca escolar deve contar com revistas e outros materiais não impressos.

A esse respeito Campello & Silva (2010, p. 13) diz:

O acervo da biblioteca reflete a proposta de aprendizagem baseada nos textos autênticos: precisa abrigar a variedade de discursos e seus portadores, mantendo-se atualizado e dinâmico, acompanhando a produção acelerada dos recursos informacionais na atualidade.

Considerando os objetivos da escola, propostos no PPP, tanto o acervo quanto os projetos de leitura devem ser discutidos pelo coletivo, buscando alcançar tais objetivos.

*** *Projetos de incentivo à leitura da escola***

Quando perguntado se a escola desenvolve trabalhos de incentivo à leitura e, no caso afirmativo, quais e como são realizados esses trabalhos e por quem são coordenados, notamos

que são desenvolvidos trabalhos de incentivo à leitura, porém, não há homogeneidade nas respostas dos entrevistados, relativas aos tipos de projetos.

Ficou evidenciado que acontecem três projetos de leitura na escola.

Um deles acontece com as turmas de primeiro ano.

a gente tem o projeto do primeiro ano que é a contação de histórias realizado pela professora comunitária da escola. O projeto de contação de histórias é um projeto que ta envolvendo só o primeiro ano. E é piloto. (D)

Na entrevista o diretor justifica que o projeto de contação de história não abrange todas as turmas da escola por falta de pessoal qualificado na biblioteca, mas planejam para que o projeto aconteça em todas as turmas

O projeto de contação de histórias é um projeto que tá envolvendo só o primeiro ano. E é piloto assim porque, é... acho que, como já deu pra você observar, a gente não tem um pessoal qualificado que trabalha dentro da biblioteca. Então a gente ta ajustando os horários da professora comunitária pra realizar essa contação com os outros. (D)

Giroto e Souza (2009, p. 10) consideram “o mediador de leitura, como aquele que lê, discute e promove e facilita a compreensão e o diálogo entre o texto e o leitor”. Nesse sentido, as autoras propõem que ao terminar a contação, se desenvolvam atividades que envolvam diferentes linguagens, e que também partilhem e avaliem esse momento. (GIROTO & SOUZA, 2009).

Nas entrevistas, fica evidenciado que a atividade de contação de histórias acontecia, para todas as turmas até o ano anterior à realização da pesquisa, mas era o professor da turma quem fazia a contação. À época da pesquisa o referido projeto não estava vigorando devido a algumas dificuldades, como já exposto.

Tem [...] outro horário que é de leitura também, que um horário que mesmo que eles vêm, que eles tiram o que eles querem, eles se acomodam nas mesinhas. Aí esse é mais assim. Às vezes professor também quer fazer uma leitura mais diferenciada, né? Fazer uma leitura mais dramatizada, E depois a criança escolhe o que ela quer e aí ela faz a leitura. (P1)

Além do empréstimo [...]. A biblioteca tem a hora do conto, no qual as professoras disponibilizam do ambiente da biblioteca, pra contar as histórias.(P4)

Outro projeto trabalha gêneros literários por turmas/anos. Os professores desenvolvem o trabalho em sala de aula.

O ano passado a gente desenvolveu um projeto que foi bastante interessante. A gente organizou algumas séries para trabalhar alguns tipos de leitura e assim envolvendo a leitura dramática ficou com o quinto ano, então eles tinham que pesquisar ir a biblioteca pegar livros que envolviam a questão do teatro para desenvolver na sala de aula; os quartos anos ficaram com o sarau literário, eles trabalharam durante um bom tempo a questão das poesias, aí eles focaram na literatura de cordel e, o segundo e os terceiros anos ficaram com o áudio livro. O primeiro ano centra bastante, agora no começo do ano, com nas musiquinhas, parlandas e com os livrinhos com poucas escritas, caixa alta, porque eles estão no processo de alfabetização, então eles ficam com esse tipo de livro, no final do ano entram nos contos de fadas que são bem conhecidos. É um processo gradativo, começa com um gênero e vai se expandindo. Este ano a gente pretende continuar. Agora, até pra complementar, em cada série a gente instrui para ler algum gênero literário. Então os segundos e os terceiros anos estão trabalhando agora com os gibis. Então, dependendo da série, uma trabalha com conto de fada, outra com fábula. Cada série específica tem um gênero de leitura pra ser trabalhado. Depois de trabalhado a questão da leitura, a gente trabalha com a questão da escrita. (C)

Nesse discurso, parece-nos que o trabalho com os gêneros tem como finalidade desenvolver atividades de escrita. Quando o foco é a leitura, os gêneros oferecem várias abordagens de leitura, e podem favorecer o desenvolvimento de práticas sociais leitoras na escola de forma a aproximá-las daquelas com as quais a criança se depara no seu cotidiano.

Os gêneros literários talvez sejam dos mais significativos para a formação de um acervo cultural consistente. De um lado, como os textos literários costumam propositadamente trabalhar com imagens que falam à imaginação criadora, muitas vezes, escondidas nas entrelinhas ou nos jogos de palavras, apresentam o potencial de levar o sujeito a produzir uma forma qualitativamente diferenciada de penetrar na realidade. De outro, podem provocar no leitor a capacidade de experimentar algumas sensações pouco comuns em sua vida (SILVA & MARTINS, 2010, p. 32)

É importante que o professor e o bibliotecário conheçam o acervo disponível na BE para assegurar aos alunos acesso a um repertório variado de gêneros literários. É preciso lembrar que o livro e a literatura são um patrimônio cultural coletivo a que todos têm direito (CANDIDO, 1995).

Há um terceiro projeto em que os alunos pegam o livro na biblioteca e leem na sala, às vezes na biblioteca, ou/e em casa. Este, citado por parte dos entrevistados.

*O projeto de troca de livros é um projeto de um todo da escola. (D);
Tem o dia que é pra eles virem retirar os livros (P1);
Tem o momento de vir à biblioteca, de empréstimo de livro (P2);
Eles têm aquele projeto de toda a semana as crianças virem à biblioteca. Elas pegam um livro e levam pra casa. (P3).*

Um dos professores entrevistados nos conta que esse projeto foi implantado pela gestão anterior e todos os diretores que chegam valorizam e dão continuidade. Um dos resultados da realização desse projeto é o fato de que a biblioteca foi ampliada.

E eu acho assim, desde que eu vim pra cá, que eu conheci esse projeto, eu gostei muito, porque eu vi que era algo assim... mesmo não tendo uma bibliotecária, mas é de forma organizada. E ele apresenta resultados. Ele teve início com outra gestão. Aí a diretora saiu, veio a outra pra substituir, substituiu um ano, ele permaneceu, quer dizer ele não morre. Cada direção que chega, cada gestão que chega apoia e tenta melhorar, contando que dessa vez organizaram uma forma de melhorar a biblioteca, reforma desse espaço. Então é assim, valorizando então esse projeto, né. (P3)

Percebemos nas entrevistas um não envolvimento dos profissionais da BE nos projetos. As suas ações limitam-se somente a fazer o empréstimo do livro “A biblioteca só faz o empréstimo”. (B1) e, “A gente não participa, mas a gente tá dentro da escola, a gente sempre tá vendo. Às vezes a gente entra na sala e vê que tá acontecendo no conselho.” (B2) Este professor que atua na biblioteca sabe o que ocorre, quando ouve relatos em reuniões do conselho.

Segundo Bortolin e Almeida Junior (2009), o bibliotecário escolar é responsável pela mediação pedagógica, além da mediação da leitura literária e informacional, e ao desempenhar sua função possa dinamizar a BE de forma a promover a formação intelectual e social dos alunos.

No entanto, sabemos que em grande parte das escolas públicas brasileiras não há o profissional bibliotecário. O espaço da biblioteca é ocupado por profissionais, quase sempre professores que não podem assumir a sala de aula devido a problemas de saúde. E a escola pesquisada não foge a este fato. Sabemos que muitos desses profissionais vão além das expectativas da sua habilitação, pois nem todas as redes de ensino promovem formação: nem no que diz respeito à parte técnica referente aos acervos, tampouco formação pedagógica, capacitando-os para atuação na BE.

Quando questionado aos participantes da pesquisa a respeito da coordenação dos projetos, inferimos que estes são gestados pela direção da escola, não só a atual, (como já visto) e posteriormente discutidos com os professores nas reuniões de planejamento.

Pelo orientador pedagógico. Ele está sendo orientando, falando com o professor no HTPC. E elas fazem um bom trabalho. Elas falam pra eles o livrinho. Elas participam bem. Ele fala e elas falam uma vez por semana para fazer a troca de livro. A biblioteca só faz o empréstimo. (B1).

Tem o orientador que está sempre em contato coordenando esse projeto. E o diretor também. Ele é sempre bem atento aqui, também. Então tem no planejamento a gente sempre vê eles comentando sobre leitura, tem pré conselho. (B2)

É uma coordenação de toda a equipe gestora da escola, porque assim, antes de iniciar o ano a gente elabora os conteúdos tanto os que vão ser trabalhados na questão da escrita quanto da leitura e é passado para os professores.

A gente organiza pra todas as séries, no planejamento a gente retoma o plano que a gente já tinha conversado que nós todos tínhamos elaborado, passamos para os professores, eles fizeram modificações, ou aceitaram ou acrescentaram, alguns gêneros pra serem trabalhados, específico daquele bimestre e aí a gente segue.

E, nas orientações que a gente pega o caderno semanal dos professores a gente sempre observa se naquela semana ele contemplou aquele gênero de leitura, aquele gênero trabalhado em sala de aula. E aí a gente costuma dar indicações de leituras, a oferecer a biblioteca, a leitura, pra ele tá indo lá pegando, separando pra levar pra sala de aula. (C)

Pela escola. Todos. Tem o momento de empréstimo que é colocado como regra pra escola. Tem esse momento que o diretor coloca, e ele coloca... e o nosso orientador coloca todos os dias.(P2)

Não há uma indicação de que o projeto seja discutido pelo coletivo da escola. Haja vista o discurso dos participantes que atuam na BE e de um professor.

A declaração de um dos pais entrevistado, mostra que há projeto de leitura na escola, pois ele já constatou estando presente em apresentações na escola e também pelo fato dos filhos levarem livros pra casa. No entanto, fica claro que não há participação dos pais “*Acho que sim. Porque eu já vi aqui apresentação de trabalhos – teatro, exposição de desenhos – a gente vê que foi lido o livro e eles fizeram os trabalhos. Eles levam livros pra ler em casa.*” (M1)

Se num aspecto não é percebido uma discussão coletiva, noutro vemos que há um projeto de leitura que é valorizado pelas gestões que assumem a administração da escola, dando continuidade, conforme foi falado por um dos professores e, já mencionado acima. Foi dito que

Ele teve início com outra gestão. Aí a diretora saiu, veio outra pra substituir, ele permaneceu, quer dizer ele não morre. Cada direção que chega apoia e tenta melhorar, contando que dessa vez organizaram uma forma de melhorar – a reforma desse espaço. É um projeto que envolve todos. (P3)

Não há indícios de que esse ou outro projeto seja discutido pela comunidade escolar, tampouco no âmbito do projeto político-pedagógico da escola. De acordo com a análise documental, há um projeto de leitura mencionado no plano de ação, item 5.4/5.4.2. [...] AÇÕES 1. Incrementar o Projeto de leitura já desenvolvido na unidade de ensino

(PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 39), justificativa da solicitação de ampliação do acervo.

4.3.2 Investimento e acesso: promoção do conhecimento

Nesse eixo procuramos saber sobre investimento, acesso e promoção do conhecimento para o bom funcionamento da biblioteca escolar (BE). Nesse sentido, questionamos sobre a existência de acervos para formação do professor referente à mediação de leitura e como se dá esse acesso; no que diz respeito a recursos físicos e materiais bem com as atividades promovidas pela BE e o atendimento à demanda da escola; a respeito de investimento em acervos para a biblioteca nos três últimos anos e qual a fonte desses recursos; informatização da biblioteca e como se dava o acesso dos usuários; a adequação da BE em relação às atividades informacionais; a liberdade dos alunos em acessar a biblioteca; a respeito do atendimento à comunidade e ao turno noturno.

*** Biblioteca escolar: acervos para formação do professor**

Os participantes das entrevistas dizem que há livros que os auxiliam nas atividades de mediação de leitura e que são consultados. No entanto, no que diz respeito ao professor é o coordenador que tem maior conhecimento do acesso a esse material.

O discurso dos entrevistados dá a ideia de que o material para o professor fica na coordenação, embora haja acervo direcionado ao professor na biblioteca, conforme certificamos no discurso de alguns.

Livros têm. Agora nessa parte assim de instruir mais os professores já é a parte da orientação, no HTPC é com ele. Ele vai saber te responder melhor. Tem esses acervos. Eles pegam. Eu marco também os livros que pegam. Eles procuram muito no HTPC, porque eles fazem às vezes aqui, eles procuram, estudam. (B1)

Tem. Tem a parte que é mais dedicada aos professores. Eu acho que conforme vai acontecendo em sala de aula, a gente vê que os professores vêm, folheiam, pede pra marcar, pra levar e depois retorna. Essa parte da pesquisa é entre eles lá. (B2)

Do ponto de vista de outros entrevistados há material na biblioteca para ser utilizado “Se ele tem alguma dificuldade e quer acrescentar o conteúdo, ele tem a biblioteca para utilizar.” (C)

Olha, geralmente os nossos, dos professores, geralmente ficam com a orientação. Temos acesso sim. É o que é de interesse da gente, a gente tem acesso, se precisar de algum livro, logo já é disponibilizado. Sempre ajuda né? Tem o tempo da gente dando aula, porque depois de 30 anos dando aula, a gente... (P1)

O docente pode lançar mão de acervos teórico-metodológicos para somar à sua experiência de trabalho, seja ela de poucos ou muitos anos no exercício da profissão.

A atitude investigativa dos professores é um mergulho no mundo complexo da prática pedagógica, no qual ele se envolve afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas. É um trabalho de levantar hipóteses, buscar dados para compreender aspectos de situações singulares ou encaminhamentos generalizáveis em sala de aula, como a constituição de boas situações de aprendizagens de alguns conteúdos específicos (SOARES JÚNIOR, 2010, p.41)

Vamos percebendo ao longo das entrevistas que somente o diretor é quem fala sobre o PNBE do Professor, outros profissionais entrevistados não mencionam e há quem diga que desconhece esse material.

A gente tem disponível o material que veio do MEC, o PNBE do Professor e tem, não vou falar que são bastante, mas tem algumas obras sim que auxiliam no trabalho do professor de leitura, né, mas são poucas. No ano passado, eu percebi que dois ou três professores buscavam esses livros, mas ainda é raro, assim, eles buscarem uma teoria, buscarem alguns livros para aperfeiçoarem suas práticas de trabalho com a leitura. (D)

Tem sim. Tanto que eu leio. Tem uns livros que eu uso daqui. Que é até a edição vaga lume que eu gosto de trabalhar isso no 5º ano... E fora algumas atividades, né... Pra fazer as atividades diárias, da gente, tem. Tem tanto de literatura como de outras áreas.

O nosso orientador, ele nos dá algumas orientações e deixa pra nós depois. Eu uso, mas não vou falar pra você que eu uso tanto. Eu já sou meio antiga de trabalho, eu já tenho uma boa... uma boa literatura pra pesquisa na minha casa. Então eu não uso tanto, mas sempre que eu posso, eu venho aqui, o que é necessário. Quando eu posso não, quando eu vejo que é necessário eu venho aqui. Quando eu vejo que não tenho em casa, procuro aqui. E hoje a gente tem outras formas... de baixar livros... mas a gente usa os daqui também. (P2)

Pergunto se conhece o acervo do professor que veio para as escolas e ela responde que não “Não. Pra nossa... aqui...? Não. Eu não conheço.” Insisto em dizer que talvez tenha visto, mas responde que não, mas vai verificar. Às vezes você já até viu e não está lembrando... “Não. Não vi. Depois eu vou dar uma olhadinha. Você conhece? Pra me dar umas dicas depois?” (P2)

Na fala seguinte o professor também diz não ter conhecimento da existência de material na biblioteca, mas busca com o orientador, e cita, também, materiais utilizados em

grupos de pesquisa dos quais ela participa e fala de seu próprio acervo. Pra ele os livros dão um embasamento teórico. Este professor conta com experiências interessantes, frequenta grupos de pesquisa da unidade da Unesp de Presidente Prudente, participou também na formação do PNAIC, já produziu texto para publicação, resultante desse último trabalho.

Se for ver até tem, né. Mas o que eu utilizei eu peguei com a orientação, mas os de lá eu ainda não peguei. E por eu estar sempre envolvida em grupo de pesquisa (Então eu já tenho o livro da Renata, né. Participando do grupo da Ana. Tenho esse aqui. Esse aqui foi um dos que eu fiz com eles.) Então eu já tenho os meus materiais. Então eu já tenho os meus... as minhas sequências, os meus autores... fora os materiais que a gente tem em casa, que é publicação do estado, né. Fala muito sobre isso. Mas que tem, tem. Ajudam por que... Esses livros ajudam porque você tem que ter um embasamento teórico. (P3).

O entrevistado seguinte, embora diga que há acervo destinado aos professores, desconhece que na disciplina dele (educação física) exista.

Tem. Tem várias obras que o professor pode amparar nelas o seu trabalho, o seu planejamento curricular. Na minha disciplina infelizmente não tem. Mas nas demais disciplinas, principalmente português, matemática, ciências, história, existe um bom acervo, né. A gente sempre pede pra ta melhorando, pra ser renovado, mas existe um acervo razoável para dar um suporte teórico para o professor. Olha, os professores das outras disciplinas, que são o PEB 1, eles tão sempre estudando, tão pesquisando, tão se aprimorando... Eu, na minha área de educação física não tenho a literatura que sirva pra minha área. (P4)

O Ministério da Educação (MEC) por meio do PNBE do Professor, em suas versões de 2011 e 2013, encaminhou às escolas públicas do país, obras pedagógicas voltadas para educação básica e educação de jovens e adultos, contemplando todas as disciplinas.

O objetivo da iniciativa é o apoio pedagógico, destinado a subsidiar teórica e metodologicamente os docentes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nos respectivos campos disciplinares, áreas do conhecimento e etapas/modalidades da educação básica. (MEC/FNDE)¹⁸

Portanto, a disciplina de educação física também foi contemplada, desde 2011.

Nessa entrevista também falamos sobre os acervos para os alunos “*Tem. Para os alunos tem. Tem livros que eles pegam pra ler, tem dicionários. Para os professores, eu não sei se tem.*” (M1)

¹⁸ Disponível em: <www.fnnde.gov.br>. PNBE do Professor.

Eles têm a Revista Ciência Hoje, têm a recreio... têm uma gama de livros. Eu nunca vi assim referente à pesquisa direto, assim... científico, além da Ciência Hoje. Então... Eu sei que tem corpo humano, tem da área matéria de ciências, mas não sei se não tem esse livro ou se esse livro ... por, exemplo, o que ele leva, geralmente são gêneros literários.(M2)

A revista Ciência Hoje, mencionada nessa fala, também é enviada pelo Governo Federal, via PNBE Periódico. Além dessa, são enviados outros títulos que contemplam os professores do ensino fundamental anos iniciais e finais, ensino médio e para a gestão da escola¹⁹.

O discurso dos professores, bem como a do segmento pais, demonstra claramente o desconhecimento deles a respeito do PNBE do Professor. Isso nos leva a inferir que o material não é divulgado nas reuniões nem para os professores e nem para os pais. Inferimos também que não há uma ação por parte da SME referente à divulgação e trabalho com essas obras.

E que não existe investimento por parte da SME no sentido de prover as escolas de sua rede com acervos literários, científicos e periódicos, a não ser a compra realizada pelas as escolas, no Salão do Livro, que acontece todos os anos na cidade.

*** Biblioteca escolar: recursos físicos e materiais existentes – suprem a demanda da escola?**

As respostas dos entrevistados dizem respeito ao espaço físico – reforçando na ampliação da BE, a organização do espaço e dos acervos, sobretudo os literários, assim atendendo a demanda. Com exceção de poucas entrevistas que destacam algumas demandas não atendidas: a formação dos profissionais, a arrumação dos livros (catalogação ou não catalogação) e também a falta de computadores.

Dessa forma, é preciso que o profissional que atua na biblioteca tenha formação para além do cuidado com os acervos e o empréstimo de material. Nesse sentido, Kuhlthau (2010, p. 14) nos diz:

[A biblioteca] está mudando rapidamente, da dependência de uma coleção delimitada, para o acesso direto a uma vasta quantidade de informação em rede na Internet e para uma variedade de bibliotecas digitais. O papel do bibliotecário em uma biblioteca da sociedade da informação não é apenas fornecer grande quantidade de recursos informacionais, mas também colaborar com os professores como facilitadores e treinadores no processo de aprendizagem baseado em tais recursos.

Conforme documento *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: Parâmetros para bibliotecas escolares* (2010, p. 14) Biblioteca escolar como espaço de

¹⁹ Disponível em: <www.fnde.gov.br>. PNBE Periódico.

produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares, “Computadores ligados à internet são usados na biblioteca como fonte de informação, complementando o acervo.” É necessário que haja pelo menos um computador ligado à internet para uso exclusivo de professores e alunos em atividades de ensino/aprendizagem, quando a biblioteca for de “nível básico”. Se a BE for de “nível exemplar”, computadores ligados à internet para uma classe inteira.

Agora aqui a gente tá com uma biblioteca bem ampliada. Uma biblioteca boa sabe... Os livros têm porque quando tem o salão do livro o diretor, o vice, eles vão comprar lá. Além dos que chegam pelo correio, eles ainda compram, fazem compra de livro.

Não tinha esse espaço que hoje tem. Sabe... Aí foi feito um projeto. Até a Eliana entrou fez o projeto... Planejou tudo, fez os pedidos. Formou essa biblioteca. Que hoje tem você vê... Essa biblioteca bonita, bem arejada.(B1)

Ah! Atende... E a gente tá sempre renovando. Tem um acervo legal que dá pra trabalhar bem. Atinge os conteúdos que eles aprendem em sala de aula né... Então tem sempre um livro que vai focar naquele conteúdo. Então sempre dá pra atender. Sempre dá pra fazer melhor. A gente vê que a direção se preocupa. Então, a gente tá sempre correndo atrás. (B1)

É, a biblioteca, ela é um espaço bem gostoso né. Se a gente for olhar em estrutura da escola, a nossa biblioteca apresenta um lugar mais confortável, mais gostoso de estar. É uma sala bem ampla com mesas onde as crianças podem sentar-se, fazer pesquisa, tem um cantinho lá com tapetinho, com almofadas que as crianças podem fazer uma leitura mais à vontade, a professora pode ir lá pra fazer uma contação de história. (C)

Nas declarações feitas pelos entrevistados, o que se destaca primeiro é a demanda. O discurso expõe as atividades que acontecem na biblioteca, mostra as dificuldades encontradas para continuidade e aponta a necessidade de formação do professor para a realização da atividade de contação de história. A formação do profissional para desenvolver o um trabalho mais estruturado se faz necessária.

Pela fala do diretor, vemos que há um movimento em favor da biblioteca e sua dinamização. As atividades nesse sentido vêm crescendo. É fato que houve um corte de atividades para as turmas todas (a contação de história), mas é perceptível que a interrupção se deu na tentativa de fazer um trabalho proveitoso. Fica claro uma demanda de formação dos profissionais no aspecto pedagógico, especialmente, no trabalho com a leitura, a literatura.

Não. Assim ... enquanto diretor da unidade, pensar num projeto mesmo da biblioteca, eu penso que a nossa biblioteca tá caminhando. Que é assim, tem o momento de contação direcionado pra um ano, só para o primeiro ano. E... não tem um envolvimento da biblioteca articulada com a aprendizagem das crianças. Como que eu posso melhorar isso, é... por exemplo a biblioteca não faz divulgação dos livros que tem, dos acervos que tem e isso assim... dentro do trabalho nosso, do orientador, do diretor, isso assim... não dá pra gente tá realizando esse trabalho. Se

tivesse uma pessoa específica, uma pessoa formada pra estar lidando, a gente poderia lidar com a biblioteca como se ela fosse assim aquela parte de sucesso mesmo, “olha os livros que tem,” os livros que são novos, indicações de leitura. Então eu acho que a gente ainda tá caminhando porque se eu for pensar em biblioteca, em 2014, quando eu vim pra cá, a gente nem tinha biblioteca, a gente foi ter biblioteca no final de 2014. Era uma salinha de leitura lá no canto, uma salinha bem pequena. Então em dezembro de 2014, a gente fez uma sala maior de biblioteca, tal... e em 2015 começou a troca de livros, né, a gente continuou com a troca de livros e foi proposto a contação e um momento de leitura na biblioteca. Então os professores tinham dois horários, a contação e tinha a troca de livros, só que, aí nesse ano a gente continuou só com a troca de livros, né e estendeu a contação com o primeiro ano, com uma pessoa que já faz o trabalho de contação pra ver se os professores, eles comecem a visualizar, né, as habilidades desse profissional, porque assim, a gente não teve formação pra todos os professores, daí o que aconteceu o ano passado, tinha o momento de contação, os alunos estavam sentados nas mesas, mexendo nos livros, né, só folheando. Isso não é contação. Então a gente deu uma freada pra esse ano pra começar a pensar numa formação adequada, porque assim... o professor, ele tem muita dificuldade pra formação de leitor, pra contação, pra outras habilidades que extrapolam. (D)

Em vários momentos das entrevistas é perceptível o envolvimento do diretor com as atividades de leitura, com a organização da biblioteca. Esse envolvimento é positivo, pois, na política educacional, o gestor é o responsável pela unidade de ensino, e, é ele também, junto à comunidade escolar quem toma decisões e administra a escola.

Alguns dos professores, apesar de destacar as características positivas da BE após reforma, ainda veem problemas em relação ao seu espaço físico. Para eles o tamanho ainda não é suficiente, não cabe uma turma inteira bem acomodada e chama a atenção para um fato muito comum nas escolas – o pouco espaço e a demanda por salas de aula muitas vezes ocasionam a perda de outros espaços de atividades na escola, como a biblioteca.

Ó, o físico é o que você tá vendo aqui. Se vem a sala, tem trinta, trinta e poucos, não comportam nessas mesinhas. Aí tem aquele espaço ali... Então eu acho assim... teria que ser um espaço maior, pra poder as crianças todas sentarem nas cadeiras, que uma turma ... Geralmente quem está na mesa, ele fica mais concentrado no que ele tá lendo. Então ele senta na almofada ali, e aí a gente tem que ficar... ‘olha gente... a leitura’ porque um encostou no outro, não pode encostar. Então eu acho que o físico é bonitinho, foi bem arrumadinho. É o que tem pra hoje, né? Então, você sabe que a demanda do recurso é meio complicado. Porque aqui era uma sala de aula, se agente bobiar, a gente perde a biblioteca e volta a sala de aula. (P1)

Os recursos físicos, ela já foi melhorada, né. Só que se ela tivesse um pouquinho assim um pouquinho maior... Porque nós temos salas numerosas. E às vezes pra você colocar a sala toda ali, fica muito apertado, né. Mas assim... de certa forma tem atendido até bem. (P3)

De acordo com Caldeira (2010), o espaço da biblioteca deve ser planejado em função do acervo e do uso que a escola pretende fazer desse acervo e de projetos que têm a biblioteca como necessária para desenvolvê-los. Conforme exposto no capítulo 3, deste trabalho, a *nível*

básico, a biblioteca escolar conta com espaço físico exclusivo, acessível a todos os usuários e assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, além de usuários avulsos, e no nível exemplar, assentos suficientes para acomodar simultaneamente uma classe inteira, usuários avulsos e grupos de alunos (GEBE, 2010).

A respeito dos materiais, alguns entrevistados focam nos acervos, e dizem que a BE atende a demanda.

Atende. Tem. Tem revista, tem gibi. Tem aqueles mais de coleção que a encadernação é até diferente, né? Aqueles grandes, científico. Que tem o corpo humano, que eles adoram pegar. (P1)

Atende porque, toda semana a gente tem essa troca e a gente nunca chega aqui e fala "ah professora não tem livro." A gente não escuta isso dos alunos. "Olha não tem livro. Eu queria pegar tal livro... os livros que eu queria eu já vi tudo lá." Por que se faltasse na demanda,... Não é verdade? Eles dariam esse retorno pra gente "ah... eu não tenho livro lá quase pra eu ler..." É claro que a gente precisa melhorar a questão de que tem muitos livros velinhos, porque tem muito que é a questão de doação, né. A gente sabe bibliotecas escolares hoje vivem assim... de doações, é recuperando livros né? Mas mesmo assim, a gente não vê essa dificuldade do aluno reclamando... Eu, pelo menos na minha sala eu não ouço isso. (P3)

Aqui o professor fala de doações. Mais uma vez parece desconhecer a distribuição de livros pelo Ministério da Educação, via PNBE²⁰, que acontece desde 1997, a partir de publicação de edital com critérios técnicos e pedagógicos e, posteriormente, avaliados e selecionados por universidades públicas. E, indiretamente mostra a ausência de uma política pública municipal nesse sentido.

Uma boa biblioteca possui coleção selecionada em função dos interesses da comunidade a que serve. Não é um amontoado de livros recebidos por doação ou enviados por órgãos governamentais que, embora com a melhor das intenções, não conhecem a fundo as necessidades da escola. Ela deve ser organizada de forma a permitir que o livro ou material certo seja encontrado com facilidade e rapidez. (CAMPELLO, 2010, p. 15)

De acordo com a esta entrevistada há professores que vêem o trabalho na biblioteca como perda de tempo. Não gostam. Entretanto, ela parece falar de realidades que vivenciou em outras escolas. Nesta, da pesquisa, ela não sabe como está (é o segundo ano do professor na escola).

No meu ver, eu não. Assim, em relação a outros professores, porque têm professores que não gostam de trabalhar... de vir à biblioteca. Acha que ta perdendo tempo,

²⁰ Disponível em: <www.fnnde.gov.br>. PNBE.

né... Mas eu não sei como está aqui de uma forma geral. Mas eu acredito que sim, que esse trabalho atende sim, porque a gente precisa incentivar a leitura, né. (P2)

Outro docente, afirma que atende, porém, falta informatizar a biblioteca, o que facilitaria bastante o trabalho com o acervo: empréstimo, localização. Precisa também de uma organização diferenciada em relação à colocação dos livros para o aluno, e sugere alternativas.

Atende. Poderia ser melhor, do jeito que ela tá, ela tem um bom acervo, mas ela necessita de uma ampla reorganização,... pra que um aluno, ou um profissional que ali esteja, poder localizar, de prontidão, a obra que ele está procurando. Ou seja, toda a biblioteca tem que ser informatizada, mesmo que seja da forma mais simples, mas você tem que ter um acervo pra saber aonde tá. Simplesmente um acervo por ordem alfabético de A, B, C, D... , eu acho que é um acervo assim, muito ilusório. Teria que ser um acervo com nome da obra, ou com o nome do autor, pra você poder procurar a obra e não ficar perdendo tempo procurando no acervo todo. (P4)

No que diz respeito ao segmento pais, os entrevistados, ressaltam que é preciso mais livros e computadores.

Eu acho que poderia ter mais livros. São muitos alunos. A escola tem muitos alunos. Poderia ter computador. Na época em estavam organizando e discutindo o projeto da biblioteca que foi elaborado por uma professora daqui, falei na necessidade de colocar alguns computadores, apesar de ser uma biblioteca, mas não havia possibilidade. Não tinha verba. (M1)

Olha... ela poderia ser um pouco melhor equipada. Como eu disse, nada está perfeito e pronto. Pode ser melhorada. A estrutura física dela hoje é boa, mas uma sala com mais alunos, talvez as crianças não tenham tanto espaço. O que puder melhorar sempre é bem vindo. (M2)

De acordo com Rösing (2001), surge um novo leitor nos novos tempos. E há que se dar início a um processo de formação visando atender às determinações desses novos tempos. Nesse sentido, para a autora a biblioteca deve configurar-se em Centro Multimídia, de forma a promover a leitura em múltiplas linguagens.

Considerando a revolução digital que se insere neste século, modificando os suportes da escrita, as técnicas de sua reprodução e disseminação, e as maneiras de ler, se faz necessária uma biblioteca escolar “*melhor equipada*” para uso dos discentes e docentes.

*** Há investimento em acervos? Quando e como é feito? De onde vêm os recursos?**

Os participantes da pesquisa são unânimes em reconhecer que há investimento em acervos: *“São comprados livros infantis e alguns na fase da adolescência também, porque nós temos também o 5º ano. Livros infantis, a maioria.” (B1);*

O coordenador pedagógico afirma que antes de comprar os livros há uma consulta aos professores sobre os tipos, gênero e títulos a serem adquiridos.

Quando a gente vai fazer essa renovação do acervo, a gente procura livros pras crianças e procura livros também que os professores têm a preocupação de trabalhar ou gostam de trabalhar. Tem uma conversa com eles o que eles acham que tá precisando e a gente monta uma listinha do que comprar. (C)

E também aos alunos

Então, da reinauguração da biblioteca acho que teve bastantes livros novos, bastantes títulos novos. Eu sei que eles fizeram pesquisas com os alunos, dos títulos que eles gostariam de ter, de conhecer. Pelo menos para o meu filho que estava envolvido com essa reestruturação junto com a professora, eles sugeriram livros, títulos pra escola ta comprando. (M2)

Em relação a quando foram comprados, dizem ser à época da inauguração da biblioteca e também na ocasião do evento que acontece em Presidente Prudente, o Salão do Livro e outros.

Todos os anos a gente sempre procura adquirir novos livros. Naquela feira que acontece em Presidente Prudente, no Salão do livro, a gente tem a preocupação de ta renovando o estoque e conservando também o estoque que tem biblioteca. (C)
Quando a gente inaugurou a biblioteca, a gente procurou comprar um acervo. A gente comprou acervos tanto com recursos próprios, como com os recursos oferecidos pela Secretaria de Educação, que é... No mês de outubro eles realizam o salão do livro, então a gente ampliou o acervo com os recursos vindo do salão do livro. Então houve um investimento assim pra aumentar. (D)

Sim. Tem acervos adquiridos com recursos próprios. Um pouco foi da escola mesmo, que sei que eles adquirem por meio de rifas durante o ano. E eu não sei se teve incentivo por parte de outros locais. (M1)

A maioria dos participantes da pesquisa não sabe de onde vêm os recursos *“Os recursos financeiros vêm da escola. Acho que vêm recursos né... Como é que chama? Tem um dinheiro que vem. Esqueci... Como é que chama... PDDE”.* (B1); procuram meios para fazer a aquisição

Teve. Assim... Nos últimos anos teve bastante investimento aqui.

Aí já não sabe muito bem de onde vêm os recursos. A gente sabe que o município ajuda em parte, mas nem tudo. A gente sabe que eles têm um limite e aí quando não consegue esse limite então a gente corre atrás. (B2)

Essa biblioteca aqui foi inaugurada, eu não estava aqui na escola. Eu estou aqui desde o ano passado Eu não me lembro se foi feito nenhuma compra. É, porque, às vezes, eles compram. Eles falam... “verba de tal coisa a gente vai comprar, mas eu não to lembrando agora.(P1)

Então... essa biblioteca... ela foi reformada , eu nem estava aqui. Faz uns dois anos atrás que eles conseguiram mais livros... eu não sei como era antes. conseguiram mais livros pro o acervo da biblioteca. (P2)

Sim. Essa reforma foi feita ano passado. Então, na época eu ouvia, não tenho assim, certeza, porque você ta na sala de aula, você entra, você sai, você pega seus alunos e você vê que as coisas estão acontecendo. por eu não participar do Conselho da escola, então muitas coisas eu não fico sabendo. Agora esse ano eu estou participando, mas àquela época eu não participava. (P3)

Aqui também não encontramos, em nenhuma das falas, a referência sobre os acervos que chegam à escola, via Programa Nacional Biblioteca da escola (PNBE). Parece não haver conhecimento desse programa.

*** Biblioteca escolar e informatização**

A biblioteca da escola não é informatizada. “**Não. Não é informatizada.**” (D); “**Não. Foi discutido, no conselho na época, mas não deu.**” (M1)

Para os entrevistados deveria ter computadores para que se pudesse agilizar o processo de empréstimo de livros. No entanto, vêm problemas quanto ao profissional para operacionalizar os aparelhos.

Ajudaria, né. Eu acho assim... Agilizaria mais o processo na procura dum livro né. Você entrar pra procura de livro no sistema é mais fácil. Não sei se tem funcionário pra tá trabalhando nesse processo. Teria que ser pessoa que também entendia. Não adianta informatizar e não ter um funcionário que não saiba mexer. Teria que ter um recurso por trás, uma capacitação mesmo. Já tentaram fazer, desde o ano passado a prefeitura tá correndo atrás pra ver, a gente sabe que é meio lento o processo. Tem uma preocupação. Já vieram funcionários da prefeitura aqui. Ta querendo informatizar. Então a gente aguarda né. (B2)

Não. Não é ainda. Acho que fica muito mais fácil pra eu achar. Agiliza a questão do empréstimo, agiliza a questão da gente saber o que tem de acervo, porque às vezes a gente nem sabe o acervo. Você não tem tempo. O professor não tem tempo. É tudo muito corrido. Se tivesse informatizado, eu entro né, eu pesquiso, seja por autor, seja por obra... não é muito mais fácil? Ou por assunto? Eu quero tal coisa. Eu jogo lá no computador, ele me manda esse assunto. É o número tal, tal, é o número muito mais fácil de eu achar. Eu acho também pro nosso aluno também. (P2)

Não. tudo dela é manual. É, eu vejo assim... para organizar, para ter maior controle da entrada e saída dos livros, a quantidade... saber o que tem de cada gênero, então

assim... ajudaria muito. Se nós quiséssemos chegar lá e procurar um título... aí você correria uma lista então você já sabia, né.

Mas como a pessoa que fica também não tem esse conhecimento, então eu não sei se mesmo estando o equipamento, se ia usar de acordo, né.(P3)

O que ta faltando é um recurso humano que dê esse suporte técnico pra poder ta informatizando a biblioteca pra que todos possam usar, desde o docente até o discente, que eles possam assim, de uma forma mais ampla usufruir cada vez mais do acervo da biblioteca.Não. Na época, eu era do Conselho de Escola Então eu falei assim: vamos fazer a biblioteca, mas vamos colocar pelo menos um computador pra poder localizar as obras, pra poder direcionar. Então isso é que falta na nossa biblioteca. Essa informática que é questão assim de um simples computador. E que a escola tem esse computador, né. Não teria assim uma demanda de gastar com um recurso a mais. A gente sabe que a gente ta numa contenção de despesa, mas esse material já existe. (P4)

Eu creio que ela informatizada daria pros alunos acesso mais fácil ao usar livros, ao saber o que tem disponível, o que não tem. Acho que agilizaria o processo. Aí já sabem onde ta, localizariam mais fácil pra pegar esse livro, pra devolver, saber com quem ta; quantos têm disponível na escola e até o trabalho da própria funcionária que ficaria mais organizado. (M2)

Poucos mencionam sobre o uso do computador pra outras atividades (de pesquisa, desenvolvimento de atividades, de leitura, etc.).

O orientador diz que a escola está em processo de estruturação. Houve a reforma da biblioteca e adequação e, gradativamente poderão ser organizadas outras ações e fala de outro recurso multimídia o *Data show* que é usado em reuniões do HTPC e que o professor pode lançar mão desse recurso.

Nós estamos em processo de estruturação. Mas ela é informatizada no sentido de que dentro da estrutura da biblioteca a gente tem o Data show que pode ser usado pelo professor. Então a gente está em processo de informatização.

O computador, a gente tem a salinha de informática, né, que pode utilizar. Também tivemos a reforma o ano passado. E aí a gente vai até utilizar esse ano o Visual Class²¹ dentro dessa sala de informática, até pra usar pra ajudar no conhecimento das crianças. (C)

Poderíamos, então, perguntar por que não estarem em um único espaço livros e computadores? Não poderiam as bibliotecas escolares incorporar os computadores? A esse respeito, acertadamente Arena, (2009, p. 166) fala da dicotomia espacial relativa à sala de informática e a biblioteca, “a biblioteca poderia potencializar a ferramenta e inserir o pequeno leitor no universo maior da leitura”.

O nosso orientador sempre passa livro digitalizado, já pensou...? Se tivesse... Não se entra nessas questões também. Se tivesse condições de vários livros serem digitalizados, olha como... a riqueza disso? De você levar isso pra sua sala, de você

²¹ O **Visual Class** é um software de autoria para criação de conteúdo multimídia.

vir e copiar isso no seu Pen drive levar pra uma sala... e até o aluno, né? Ele ter acesso. Por que hoje em dia é muito mais fácil você trabalhar com o aluno no computador ou num livro? (P2)

O livro no suporte digital pode ser apresentado de forma interativa, ou linear, em formato pdf. “Livros para crianças que são comercializados na versão impressa podem ser igualmente encontrados em pdf.” (ZILBERMAN, 2016, p. 26). A Biblioteca Nacional²² possui uma hemeroteca digital que oferece um catálogo com edições originais de livros de autores brasileiros e outras publicações. Também o *site* Domínio Público²³ é um depositário de grande acervo de livros da literatura nacional.

Esses recursos podem ser divulgados e (ou) disponibilizados pela BE.

Colocar ao alcance das crianças toda a informação, ajudá-las a se apropriarem dela, significa ser realmente um centro de informação no duplo sentido que a ciência atual dá a essa palavra: tanto no sentido corrente de propor ou transmitir um conhecimento como também no sentido de dar ou comunicar uma forma, uma estrutura, àquele que o recebe. Esse é o papel da biblioteca (PATTE, 2012, p. 84)

Do ponto de vista de um dos entrevistados a informatização seria interessante, mas não apresenta um motivo definido.

Seria interessante, né... porque tá ficando pra trás, né? Tudo é informatizado hoje em dia. A única sala que tem aqui, que tem os computadores não dá nem pra entrar, porque tava chovendo, tava não sei o que, agora vão ver se vão arrumar, então agora a gente tá esperando. (P1)

Notamos nesse discurso uma contradição em relação ao anterior, quanto ao funcionamento da sala de informática. Enquanto o entrevistado C diz que houve reforma da sala de informática, esta entrevistada diz que ainda será organizada.

*** Biblioteca escolar e desenvolvimento das habilidades informacionais**

Em um dos primeiros momentos das entrevistas um professor disse que a biblioteca no seu tempo de estudante não era uma realidade e, que, portanto, hoje, às vezes, não sabemos lidar com os livros. A fala desse professor demonstra um sentimento de carência. Carência que sentiu na infância e que muitos de nós, em contextos semelhantes, também sentimos. No entanto, essa carência parece estar presente, ainda hoje, para muitos que não tiveram a oportunidade de, ao longo dos estudos, terem formação que proporcionasse o conhecimento

²² www.bn.gov.br

²³ www.dominiopublico.gov.br

de teorias referentes à biblioteca escolar, leitura literária, habilidades informacionais..., tampouco como trabalhá-las.

A BE hoje para o ensino fundamental, eu acho que ela é necessária por que a gente, às vezes, não sabe lidar com os livros quando a gente fica adulta, porque a gente não teve acesso à biblioteca escolar quando a gente era mais nova, não é verdade? Na nossa época a gente não tinha tanto esse acesso. (P2)

O trabalho com as habilidades informacionais que, segundo Campello (2010, p. 132) “são capacidades que permitem às pessoas utilizar informações com competência, possibilitando que aprendam com autonomia.” E hoje, numa sociedade que oferece muitas informações, precisamos orientar os alunos a trabalhar com elas. Saber onde encontrar, selecionar, utilizar e compartilhar essas informações. Isso requer do professor em conjunto com o bibliotecário trabalhar a leitura contextualizando-a para interagir com a realidade sociocultural (CAMPELLO, 2010).

*Pra ajudar, né. Ele já faz isso. Essa escolha ele já faz. Mas quando você já fala assim é pra contemplar... eu peço uma pesquisa ele vem aqui e faz.
Pra ele saber utilizar uma biblioteca mais tarde ...
Eu acho assim... se for pra aprimorar aquilo pra ele usar mais pra frente, eu acho que ela é importante. Se for isso que eu estou entendendo... Mas que, a nossa biblioteca hoje, se for pra pesquisa... pesquisa literária tudo bem, né, de conto... seja o que for, pra isso ela tem um acervo bom e ajuda, mas se for pra outro tipo de pesquisa ela ... O acervo dela já é mais empobrecido, né. Ela não tem tanto essa questão, mas pra você, pra você aprender a lidar, a entender que a biblioteca é pra te auxiliar no seu ... pra buscar conhecimento? Eu acho que é importante. Em relação a isso, sim.(P2)*

A leitura é base para o desenvolvimento das habilidades informacionais – localizar e interpretar as informações – é fundamental que o professor desenvolva com seus alunos, como também o bibliotecário no seu espaço de trabalho. Identificar obras de ficção, de não ficção, coleções de referência; conhecer os elementos do livro, apreciação literária, pesquisa, e outras atividades são habilidades que precisam ser desenvolvidas e requerem um trabalho planejado entre o bibliotecário e o professor.

A biblioteca escolar é, sem dúvida, um lugar que pode oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento de habilidades informacionais, embora isso possa ocorrer também em outros espaços escolares e fora da escola. [...] Mais do que categorizar minuciosamente essas habilidades, é necessário entender que elas não podem ser ensinadas isoladamente. Aprender a localizar, selecionar, interpretar e usar informações exige o trabalho conjunto do professor e do bibliotecário, que colaboram para planejar estratégias de aprendizagem que levem os estudantes a explorar e a compreender informações, familiarizando-os com o universo informacional e produzindo conhecimento (CAMPELLO, 2010, p. 133).

Há entrevistados que não veem a BE como um ambiente adequado para o desenvolvimento das habilidades informacionais devida à formação dos profissionais. “*Não, não. Acredito que não.*” (D)

A pessoa que fica aqui, O responsável? Eu acho que não. Não porque geralmente é um professor readaptado. Que aqui, no caso, é uma professora readaptada. Então, eu acho que pra fazer esse trabalho aí, não. Só se fosse um professor da classe, mas depender da... Seria se tivesse um espaço maior, que acomodasse bem, seria o ideal, mas, né...(P1)

Vimos, anteriormente, que o projeto de contação de histórias se restringiu apenas ao 1º ano por dificuldades encontradas – às vezes não havia a contação, pois o espaço era pequeno para acomodação das crianças, e também não havia profissional adequada na biblioteca.

A maioria dos participantes da pesquisa destaca a contação de histórias, a utilização do jornal, e os livros de literatura: acredita que a BE seja um ambiente adequado para acolher computadores, entretanto, não fica claro como trabalham as habilidades informacionais, que são importantes para realização de todas as atividades elencadas, inclusive com o computador.

É... Ela (a biblioteca) tem assim ele tem é um espaço adequado que consegue atender todas as crianças aqui. É um ambiente agradável e tem funcionário também que dá para atender essas crianças. Agora tá implantado a hora do conto já com uma profissional só pra isso. Então... então dá pra fazer um trabalho legal. Por que tem biblioteca que a gente vê que não tem isso. É. Ela toma conta da cidade escola e aí ela pegou esse espaço também pra tomar conta. É uma funcionária que vai ta ajudando nisso daí. Olha assim que eu vejo que eles têm um trabalho lá por que sempre tem teatrinho. Ela amplia pra lá também. Por que a gente sempre vê os teatros acontecendo. Eles vão se apresentar em outros lugares. Ela tem a preocupação também de ampliar esse trabalho pra lá. (B2)

A gente recebe também o jornal. Ele fica à disposição do professor. O professor leva pra sala de aula. Algumas séries têm já no cronograma a questão do jornal que tem que trabalhar naquele mês ali... então ele lê para os alunos, os alunos podem levar pra casa pra pesquisa, tem o momento que eles pegam o jornal pra ler. (C)

É... nós fazíamos, este ano ainda não fizemos. Este ano ainda não fizemos. Este ano eles chegam, retiram os livros e vão pra sala. Agora, no passado nós tentamos fazer um trabalho nesse sentido. Tipo assim, educá-los. Como se comportar em uma biblioteca. Então eles entravam comigo, alguns ficavam naquelas almofadas. Eles não sentavam todos nas mesas porque não cabiam todos sentados. Aí eles pegavam a obra que eles queriam pra fazer a leitura e ali eles faziam as leituras e íamos trabalhando.

Fazer silêncio, respeitar os colegas, enquanto um colega estiver olhando um título, você olha outro, não querer tomar da mão dele. Então assim, educá-los mesmos pra quando eles irem num ambiente maior, eles saberem se comportar. (P3)

Ela atende essa demanda já. Tem uma funcionária que ela não tem formação na área de biblioteca, mas ela, na medida do possível, ela expõe todo o acervo para os

alunos e ela classifica essas obras de acordo com o gênero que eles estão pedindo, né. A única coisa que eu acho assim que devia ser informatizada para que o aluno tivesse acesso mais rápido àquela obra literária que esteja procurando. Mas que existe a classificação da biblioteca de títulos de obras separadas existe, só que o aluno, ele tem que ir em cada setor e procurar a obra que ele quer. (P4)

De acordo com Kuhlthau (2006), podemos utilizar habilidades de localização para melhor usar a biblioteca. Essas habilidades podem ser ensinadas às crianças a partir dos quatro anos de idade. Elas ajudam os alunos a entender como a biblioteca e os materiais são organizados, possibilitando-lhes localizarem um material específico ou uma informação. A autora trata também das habilidades de interpretação que dizem respeito a conteúdos. Estas estão relacionadas com o entendimento e o uso da informação localizada. Estas também devem ser ensinadas.

A criança que vai compreendendo a organização da biblioteca e aprendendo a interpretar os materiais e suas leituras, vai adquirindo autonomia para escolha de material, do livro.

*** Acesso livre à biblioteca**

As respostas dos entrevistados deixam dúvidas em relação à liberdade que os alunos têm para frequentar a biblioteca. Uns dizem terem livre acesso: *“Têm. Eles têm livre acesso. Assim... eles realizam a troca do livro, mas a biblioteca tá à disposição pra uso deles. Seja no contra turno ou no período de aulas.” (D); e, “Têm. Podem. Nada os impedem não.” (P3).*

Têm. Uma vez por semana descem. Cada dia da semana desce uma. Uma não. Na parte da manhã descem três e à tarde três. Quando precisam vêm aqui perguntam, procuram o que precisam. Têm acesso. (B1)

Sim. Eles têm livre escolha de procurar os livros, quando têm dúvida, eles fazem pergunta. Eles são orientados de acordo com o seguimento que eles querem, em que prateleira, em que seção, em que ordem alfabética eles vão procurar. (P4)

O segmento de pais nega que haja livre acesso para os alunos: *“Não. Eles vêm com o professor. Encaminhado por ele.” (M1); e, “O acesso é por meio de escala, né. Pelo que eu sei, ele tem o dia dele de ir na biblioteca. Então ele vai naquele dia. Então o acesso dele é restrito àquele dia.” (M2).*

Considerando o que disse um professor, o tempo livre dos horários utilizados pelas turmas, e o horário de trabalho dos profissionais que atendem na biblioteca, que consta no projeto político-pedagógico, (7h00 às 12h00; 9h00 às 12h00 e 13h00 às 18h00; 12 às 17h00),

o tempo de funcionamento da BE e o tempo em que a criança está na escola não proporciona a ela frequência livre à biblioteca.

Geralmente eles têm o dia da semana que eles vêm, mas quando eles querem ver alguma coisa, algum livro, perguntar, saber se tem, toda hora que chega aqui... é que a gente não deixa vir toda hora que às vezes eles querem porque segunda tem tal sala, tal sala...tal sala. Se eles chegam aqui a sala vai ta cheia, então tem que ... ele tem mas não dá pra vir toda hora. São vinte e tantas salas. Se eles quiserem ta aqui... Tem criança que vem. (P1)

Outros entrevistados afirmam que os alunos têm livre acesso. Porém o que percebemos no discurso de alguns é que a liberdade é para pegar o livro e não de acesso livre à biblioteca.

Sim. É semanal. E, além de ser semanal eles podem, se o professor quiser ele pode marcar com a própria pessoa responsável pela biblioteca um horário a mais pra ele ir lá pra pesquisa, mas semanal é garantido pra todas as classes ir lá pegar livro, utilizar o seu horário, mas a gente deixa aberto na escala horário onde o professor se quiser aumentar o seu horário ir duas vezes, ele pode ir lá utilizar o espaço.(C)

Tem. Tem. Ela pode... É... esse ano a gente ta sem esse momento, por que ta meio difícil até porque eles estão dando prioridade pros os primeiros anos, né? A gente está com alguns problemas, e... ainda está melhorando, tentando melhorar algumas coisas, então os quintos anos não estão vindo ainda não. De vez em quando eu trago as crianças, por que ela vem, ela pode escolher, não tem esse negócio: eu é que tenho que escolher pra você... não é isso. Ela vem à biblioteca no momento de escolha ou no momento que ela vai fazer a leitura aqui na biblioteca, ela é que faz, então ela tem livre acesso à biblioteca. Não tem esse negócio, ah , vai rasgar... não. Pode pegar...(P2)

A escolha do livro pelo aluno pode ser alheatória ou a partir de conhecimentos que já tenha adquirido. São habilidades que precisam ser ensinadas à criança para que possa ir conquistando autonomia de escolha. Nesse sentido, ensinar estratégias de leitura às crianças leva-as a se tornarem leitoras e fazer suas próprias escolhas.

As estratégias de leitura são procedimentos que possibilitam à criança compreender a leitura e se apropriar da história lida ou contada. As estratégias permitem que a criança conheça elementos da narrativa, antes mesmos de ouvir ou ler a história. Os paratextos como capa, grafia do título, impressão, edição, juntamente com as ilustrações e o texto verbal, são fundamentais motivá-la a explorar o livro. (SAMPAIO & LIMA, 2015, p. 23).

*** Biblioteca escolar e atendimento à comunidade**

Embora no PPP conste que há atendimento à comunidade item “4.4- Recursos humanos – Tabela 6: Relação do pessoal da unidade” – [...] setor onde trabalha: biblioteca,

grupamento de atendimento: alunos, pais, professores e comunidade (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 18-23), alguns dos entrevistados afirmaram não haver atendimento à comunidade “*Não. Só atende os alunos mesmo.*” (D); “*As pessoas de fora... não é usado, só pra escola mesmo. Até porque ela não tem um acervo muito grande pra atender a comunidade, né.*” (P2); “*Fora da escola não. É interno.*” (M2)

Não. Na época das reuniões que foram feitas para organizar e discutir o projeto da biblioteca, do que era necessário adquirir, aprovação de compras, eu participava e isso foi discutido, mas não viam a possibilidade de acontecer. (M1)

Um dos profissionais que atuam na biblioteca disse que alunos que já estudaram na escola, às vezes, pegam livros emprestados.

Oh, é raro. Por que eles mesmos não procuram. Mas assim tem criança que já saiu daqui, que tá em outra escola, quando se lembram do livrinho... precisou lá... eles lembram, vêm aqui. O atendimento é normal. Marco no controle pra eles, eles levam e trazem de volta. É assim... (B1)

Outro diz que os pais têm acesso por meio do material que as crianças levam pra casa. Nesse caso, estariam lendo com as crianças. Também diz que a comunidade faz opção pela biblioteca municipal que fica nas imediações da escola.

O trabalho com a comunidade a gente faz através das próprias crianças de levar o livro pra casa e às vezes fazer a leitura com a família, a família tem esse trabalho as ainda a gente num..., apesar de que pode ser aberto. A gente, de maneira nenhuma, vai negar pra comunidade vir pegar livro na biblioteca, mas assim... como tem a biblioteca municipal e até aqui perto o Matarazzo, a comunidade acaba pegando lá.(C)

E há aqueles que disseram não ter conhecimento “*Olha, a comunidade, eu não tenho conhecimento não*”. (P1); “*Eu não conheço se vem alguém fora os alunos daqui, fazer alguma pesquisa aqui não. Quem vai responder é a bibliotecária mesmo.*” (P3); “*Contempla somente os nossos alunos, a unidade escolar, não contempla a comunidade.*” (P4)

Conforme fala de um das pessoas entrevistadas “*O trabalho com a comunidade a gente faz através das próprias crianças de levar o livro pra casa e às vezes fazer a leitura com a família, a família tem esse trabalho [...]*” a BE está se estendendo em atendimento à comunidade, podendo dessa forma envolver os pais tanto para a participação quanto a fazer parte de uma cultura letrada.

A biblioteca escolar é um instrumento de desenvolvimento de currículo e permite o fomento à leitura e à formação de uma atitude científica; constitui um elemento que forma o indivíduo para a aprendizagem permanente; fomenta a criatividade, a comunicação, facilita a recreação, apóia os docentes na sua capacitação e oferece a informação necessária para a tomada de decisão em aula. Trabalha também com os pais e outros agentes da comunidade. (NEGRÃO, 1987).

Seria interessante que a biblioteca pudesse atender à comunidade, aos pais. E quiçá fazer um trabalho com a comunidade escolar, no sentido da distribuição de bens culturais, trabalhando a leitura literária ou científica. Assim podendo cumprir o que foi disposto no PPP. No documento é mencionado o Projovem Urbano – anos finais do Ensino Fundamental (EF) com formação profissional destinado aos jovens entre 17 e 30 anos. Este projeto se iniciou em 2009 e teve a duração de 18 meses, mas não há no documento pedagógico nenhuma menção ao funcionamento da biblioteca nesse turno. Isso pode ser observado, quando, na p. 18, item 4.4 Recursos Humanos: Tabela 6: relação de todo o pessoal da unidade, indica: “nome, função, horário de trabalho, setor onde trabalha, grupamento que atende, escolaridade”, não consta horário de funcionamento da biblioteca no período noturno, assim como não é citada esses alunos ou etapa no grupamento atendido.

*** *Biblioteca escolar e ensino noturno***

A escola pesquisada, de acordo com o projeto político-pedagógico (PPP), oferece aulas no período noturno, cinco classes do Projovem Urbano – “projeto do Governo Federal com duração de 18 meses para conclusão do Ciclo do Ensino Fundamental com Formação Profissional destinado a jovens que tenham entre 17 e 30 anos.” (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 9).

Perguntamos sobre o funcionamento da biblioteca escolar da instituição, nesse turno e fomos informados de que este, já não funcionava mais. Portanto, a questão foi feita somente para um sujeito da pesquisa. A responsável pela biblioteca informou que houve um período em que fora oferecido do Projovem, mas, à época estava desativado.

Nesse sentido, percebemos que o PPP não fora atualizado, revisado, pois nele ainda consta a oferta do curso. No documento, em vários itens, constam dados relativos ao Projovem (p. 11, horário de funcionamento; p. 12, pontos críticos e outros).

E, quando observamos o documento, no item 4.4 Recursos Humanos: Tabela 6: Relação de todo o pessoal da unidade, onde consta, além dos nomes dos funcionários, também aparece a função, horário de trabalho, setor onde trabalha, grupamento que atende, escolaridade, período de férias, (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, pp. 18-23), o

horário dos funcionários que trabalham na BE (três) corresponde somente aos turnos matutino e vespertino (7h00 às 12h00; 9h00 às 12h00 e 13h00 às 18h00; 12 às 17h00). No entanto o documento destacava três funcionários para o atendimento da biblioteca.

De acordo com esses dados apresentados no PPP, a biblioteca não era disponibilizada aos estudantes, durante o funcionamento do Projovem.

4.3.3 Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: relações participativas

Neste eixo, última categoria de análise, discutimos as relações participativas na construção do projeto político-pedagógico da escola EM “Cora Coralina” e o foco dado à biblioteca nessa construção.

Para tanto trazemos o ponto de vista dos participantes da pesquisa referentes às relações participativas dos profissionais e da comunidade e a atenção dispensada à biblioteca no processo de construção, execução e avaliação do PPP pela comunidade escolar.

Em relação ao projeto pedagógico,

Leis de Diretrizes e Bases da Educação determina a cada estabelecimento de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, com a participação dos professores e dos profissionais da educação, respeitadas as normas comuns a seu sistema de ensino. (MACEDO, 2005, p. 256).

Nesse sentido, a construção do PPP é resultado de um processo de reflexão e decisão coletivo de toda a comunidade escolar. “Trata-se, ao mesmo tempo, de um processo de organização da escola e um instrumento de trabalho para seus dirigentes, professores e demais profissionais da equipe escolar” (MACEDO, 2005, p. 256).

O mesmo autor mostra que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1ª a 4ª série, a biblioteca escolar indicada como proposições referenciais para a organização de ensino, onde é visto na área de língua portuguesa, a Biblioteca escolar como fundamental para o trabalho pedagógico. (MACEDO, 2005).

Sabemos que não somente língua portuguesa, mas, também, as demais disciplinas do currículo, indo além do ensino e aprendizagem do conteúdo.

**** Relevância da construção do projeto político-pedagógico da escola e o envolvimento da comunidade escolar nessa construção***

Os participantes da entrevista sabem da importância de se construir um PPP para escola *“Importante, porque diz respeito a todos, não é? A gente tem que escutar a comunidade, principalmente os pais, a família... Pra ta realizando o processo pedagógico mesmo. A participação deles é fundamental.” (B1); “O PPP é o nosso guia de referência, né? Todos os nossos objetivos anseios, o que a gente deseja alcançar, o que a gente pensa como profissionais da educação está lá.(C) “Ah, importância é muita, porque se a gente tem um projeto, desse tipo na escola, a gente vai conseguir formar uma criança mais crítica.” (P1);*

O PPP é a cara da escola, mas, além da cara, é ele que dá corpo pra escola. [...] ele se constrói diariamente. E é assim, ele se constrói, por exemplo, a gente teve inauguração da biblioteca e teve outra demanda e aí o que vamos fazer? Se a gente sentiu a necessidade de ampliação da biblioteca, então qual o objetivo, não é? Qual é o objetivo político? Qual é a importância da biblioteca na construção da aprendizagem dessas crianças? Então o PPP é fundamental. (D)

Além da importância do documento para a escola, é uma exigência da Secretaria de Educação Municipal (SME) *“[...] além de ter uma data prevista, a gente tem na Secretaria, de construir o PPP”. (D)*

A respeito da relevância de a comunidade participar da construção do PPP, dizem:

Eu acho muito importante tanto pra escola como para os alunos. Acho que pra o andamento, pra uma melhoria... Não adianta a gente tá reunido aqui e a comunidade não participar de nada e aí como ficam as crianças? Porque se o pai não participar não tem como. (B1)

É importante porque às vezes a realidade da escola não é a da comunidade, então a gente tem que escutar a comunidade, principalmente os pais, a família... Pra ta realizando o processo pedagógico mesmo. A participação deles é fundamental. (B2)

É importante não só a participação da comunidade, mas de todos docentes, discentes, os funcionários da escola. Todos em prol do crescimento e desenvolvimento da questão da aprendizagem das crianças. Essa preocupação deve ser de todos e principalmente da comunidade. Na verdade os pais já colaboram. Eles participam dando opinião. A escola tá sempre aberta pra eles virem aqui pra conversar com a gente (C)

Ao citar a participação da comunidade, o entrevistado diz que a escola está aberta para dialogar com os pais *“Na verdade os pais já colaboram. Eles participam dando opinião. A escola tá sempre aberta pra eles virem aqui pra conversar com a gente.” (C)*

E diz sobre as parcerias com outros setores da comunidade

Nessa questão de aprendizagem das crianças, a gente traça algumas metas de apoio. Nós temos alunos que são atendidos aqui e alunos que são atendidos na LBV. Então a gente busca parcerias com a LBV. Nós temos crianças que são atendidas no

ensino regular e, que são atendidas na APAE. A gente busca parceria com todos os outros setores que atendem os nossos alunos pra que não só a comunidade próxima, mas toda a cidade possa envolver e participar com a gente, na questão da educação das crianças. (C)

Em relação à participação da comunidade, desconhece se houve, à época da construção, e diz já terem propostas para envolver a comunidade na construção do próximo PPP:

Tem uma importância muito grande na construção do Projeto [...] do PPP anterior, que foi construído em 2013, eu não estava ainda aqui nessa unidade, então eu não sei informar se eles participaram, mas como agora a gente tá construindo pro próximo triênio, a gente já tá com algumas propostas para a participação da comunidade. (D)

E ao dizer sobre a participação da comunidade, para o professor entrevistado, os pais não têm responsabilidade e disponibilidade para ouvir e dialogar, e cita exemplo da participação em reunião de pais:

[...] Deixa o filho aqui, às vezes pra uma reunião de pais vem assim... já pergunta se vai demorar[...]É complicado porque às vezes você tem uma leitura pra fazer na reunião de pais, quando você começa a leitura, você tem 15 pais, quando você tá na metade chega mais dois, depois chega mais três [...]assina a lista e vai embora, ele sabe o que aconteceu?Não sabe. (P1)

O entrevistado fala da importância do envolvimento de todos na construção do PPP, destacando o discente como o beneficiário dessa participação e construção.

Ah, eu acho que é uma forma de unificação, né. Eu entendo que o PPP é o momento em que você levanta, não só questões da sala de aula, mas questões da escola inteira: funcionamento da escola, pra que beneficiário? O nosso aluno. Eu acho que é importante pra isso, pra que todos se encaixem pra que haja uma engrenagem, todos se unem e pra beneficiar o aluno. Seja o da biblioteca, seja dos serviços gerais, seja o da cozinha, todos têm que trabalhar para um objetivo só, e o PPP nos dá essa direção. O nosso objetivo é que o nosso aluno tenha um ambiente agradável, tenha condições agradáveis pra que ele aprenda melhor. (P2)

Nesse sentido, Veiga (2013, p. 58) nos traz a seguinte reflexão:

Compreendemos que o envolvimento de todos na construção do projeto, ao desencadear uma reflexão coletiva, promove a adoção de uma prática educativa, na medida em que reflete individual e coletivamente sobre ela. A instituição educativa é, nessa perspectiva, um espaço de ensinar e aprender.

Há uma visão de que o PPP abrange todo o funcionamento da escola, a sala de aula e toda a escola, colocando-a como o espaço de ensinar e aprender, como nos trouxe Veiga.

Quando traz à tona a participação dos pais, compara com a importância da presença deles na reunião de pais com a do PPP, e destaca a politização de alguns deles, bem como a visão democrática do diretor.

Eu quando trabalho na reunião de pais eu coloco pros pais 'se vocês não forem meus parceiros eu não consigo trabalhar, eu preciso de vocês'. Então, é assim que eu também acredito no PPP. Com pai dentro, ele sabe como acontece, o que funciona, quais os deveres dele.

Aqui nessa escola eu sinto bastante a participação dos pais. Eu tenho pais, que são bem ativos na reunião de conselho, nas reuniões de pais. E nessa questão do PPP também. Têm pais que são envolvidos politicamente, eu acho legal isso nessa escola.

E o diretor dá muito essa abertura, né, de conversar bastante, de buscar essa parceria com os pais. Ele tem essa visão, que é muito importante para o gestor, né?(P2)

A abertura da escola à democratização é condição relevante para acontecerem as relações participativas. E o diretor tem um papel importante nessas relações dentro dessa escola.

[...] o diretor exerce papel fundamental na condução da escola, na medida em que ele é ou não facilitador da participação da comunidade escolar na tomada de decisão da vida da escola. À medida que as pessoas participam e à medida que sugerem, questionam e decidem, elas se envolvem, se sentem responsáveis, questionam e decidem, elas se envolvem, se sentem responsáveis, estabelecendo a coresponsabilidade e a colaboração solidária, realizando a participação coletiva (WATANABE, 1999, p. 580).

É importante que o diretor, não só articule a organização do trabalho da escola, mas também dos espaços de decisões junto à comunidade, envolvendo-a e convidando-a a participar das discussões da escola.

Para este professor o PPP “é um arcabouço, o esqueleto e ali ele tem que sustentar a coluna, tudo. E falamos tem que se pensar esse ano o que deu certo e o que não deu, pra o ano que vem a gente já colocar desde o início.” (P3)

Quanto à participação da comunidade, quando diz “É, eu acho assim... se eles tiverem a oportunidade...” (P3). E continua dizendo que os pais estão presentes, mas são sempre os mesmos, e esclarece por que

Às vezes nós temos algumas reuniões que convidam a comunidade, onde os pais estão presentes até pra receber algumas orientações, contar as coisas que

acontecem na escola. Reunião de Conselho. Então nós percebemos assim que são poucos os interessados ou às vezes sempre os mesmos. Até porque a maioria das famílias mora longe daqui. Nós temos assim... uma comunidade escolar, uma clientela bem variada, diversificada, assim em termo de nível de formação.[...].(P3)

Ao longo de um ano letivo, é certo que a escola realize reuniões de pais. Geralmente, acontecem após cada bimestre e, normalmente, buscam a participação dos pais para discutir vida escolar dos filhos. Essas reuniões podem ser também oportunidades de diálogo e informação referentes a outros temas afetos à educação, num sentido mais amplo, como sugere um participante da entrevista, segmento pais, em outro momento, aqui registrado.

Além dessas reuniões, acontecem reuniões de Conselho de escola, que há também uma representação de pais, quando deliberam sobre assuntos tanto pedagógicos como financeiros e outros.

Este professor ao responder o faz considerando o planejamento anual

O PPP é fundamental para o planejamento anual da escola, pra o desenvolvimento de todas as disciplinas da escola. Porque ele vai nortear de onde nós vamos partir para onde nós queremos chegar. Ou seja, o Plano, ele vai te dar todo um embasamento teórico e um embasamento prático, o que você precisa pra poder estar alcançando seus objetivos. Nem que no meio do percurso você tenha que mudar algumas estratégias, mas, ele é fundamental pra que você possa ter um norte e um sul pra poder, ir trabalhando e adquirindo conhecimento e ir se aperfeiçoando, porque o planejamento não é nada assim fechado, ele pode ser mudado a qualquer momento de acordo com a demanda da clientela. (P4)

E quando fala da participação da comunidade, refere-se ao Conselho de escola.

O Projeto, a comunidade, ela participa através do nosso Conselho de Escola. No qual alguns dos pais de alunos participam, funcionários, professores, a gestão, né. Então esse é o momento que a comunidade participa, dando orientações, conversando, dando sugestões, mas eles ficam assim, por eles não terem um certo conhecimento da nossa área pedagógica, eles têm assim, mais é uma abordagem de palpites, de sugestões, eles não têm assim... um aprofundamento de conhecimento do que tem que ser feito para melhorar a qualidade de ensino, propriamente dito.(P4)

Há projetos políticos pedagógicos construídos com uma representatividade de segmentos da comunidade escolar, nos conselhos de escola “[...] o conselho escolar como fórum de participação da comunidade na gestão da escola” (BORDIGNON, 2005, p. 4).

O segmento representante dos pais vê grande importância de se ter um PPP para a escola, porém, o primeiro entrevistado, nessa categoria, não sabia o que era o PPP. Pediu para explicar. Assim, verifica que ela não participou da construção de projeto político-pedagógico

ainda “*Se o projeto é assim. Então é muito importante, porque traz o planejamento da escola*”. (M1).

O segundo, diz sobre a importância do PPP e da participação da comunidade escolar na construção do documento. Destaca com clareza a necessidade do envolvimento de todos na elaboração, dando relevância à prestação de um serviço público ao seu usuário.

Ele (o projeto político-pedagógico) é importantíssimo. É ele que vai direcionar todas as ações da escola, ver quais as suas metas, como englobar tudo. Porque primeiro você atende a comunidade. Então você tem que saber o que a comunidade espera do seu trabalho. Você não faz um trabalho pra você. Você faz um trabalho para o outro, você tem que saber o que o outro precisa. Você tem que atender a necessidade do outro. Então você tem que pensar que ele é o princípio da gestão democrática, pensar no que você vai trabalhar e como você vai trabalhar. E pra quem você vai trabalhar. (M2)

Nesse discurso temos uma visão democrática e objetiva da função da escola pública. Nesse sentido, Libâneo menciona, entre outras referências para a formulação dos objetivos educacionais, a referência sobre “as necessidades e expectativas de formação cultural exigidas pela população majoritária da sociedade” (LIBÂNEO, 2008, p. 121).

*** A participação dos profissionais da escola na construção do PPP**

Em alguns momentos e para alguns dos entrevistados parece não haver distinção entre o período de construção, acompanhamento e avaliação do PPP e das reuniões pedagógicas “*Minha participação é mais aqui (biblioteca). Não participo do HTPC, essas coisas todas... Não.*” (B1)

Na fala abaixo percebemos o senso de responsabilidade, porém, não fica claro se há participação na elaboração do PPP.

A minha participação é uma participação muito importante. [...] Ter essa visão de toda a equipe de professores, de ver o que nós podemos fazer, de incentivar os professores a pensar junto comigo em ações, estratégias, em buscar parcerias, aliados, os funcionários pra ta nos ajudando nesse bem comum que é a aprendizagem dos alunos. Eu tenho que movimentar tudo. Eu sou o elo de ligação da equipe gestora com os professores, com os funcionários. Eu tenho que fazer essa ligação de todos. (C)

Assumindo-se responsável pela administração da unidade de ensino, o diretor diz:

Eu tenho que saber o que é a proposta da escola, não é? O que ela tem de importante, qual é a importância dela pra essa comunidade. Então, a minha participação é dar vida a esse Projeto. É fazer com que ele aconteça. (D)

Considerando que:

[...] a base do projeto político-pedagógico é o contexto escolar existente e seu objetivo é a melhoria da prática que se desenvolve na escola, com vistas a uma educação de qualidade, ele necessita refletir a concepção de educação que vai nortear o seu trabalho (GRACINDO, 2005, p. 41).

É fundamental que o diretor consciente da função que exerce e da relevância do PPP para comunidade escolar reflita sobre a concepção de educação da escola e coloque em prática.

Uma dos professores entrevistados diz que a participação seria dando suas próprias opiniões, professores, falando sobre seus anseios, às vezes das dificuldades que têm, mas isso era o que eles menos faziam *“Acho que seria dentro do que os professores mesmos fazem, dando a opinião da gente, falando sobre os anseios, às vezes, as dificuldades que a gente tem.” (P1)*

Outra diz:

A gente tem que estar participando, em todo momento nas tomadas de decisões, no levantamento das dificuldades. Mas esse ano é que a gente vai começar. É que... eu tô falando na visão de outras escolas. Na outra escola eu era orientadora. Então eu participava bem, do Conselho, né, do PPP. Fiz alguns cursos sobre esse PPP, já fiz pra... ter como a gente conquistar os pais, uma forma... Então eu acho que a participação... ‘eu sou professora só lido com o planejamento anual,’ num tem isso, eu preciso tá por dentro porque o ano que vem eu recebo aquele aluno que está lá no outro lugar, eu tenho que conhecer esse aluno, as estratégias que são usadas, pra que ele melhore, pra que possa usar, às vezes, também as minhas estratégias ou aprimorar. . Não adianta a gente ser individualista, a gente precisa ser ... Eu acredito muito nisso. (P2)

Na exposição seguinte, o professor parece-nos mostrar uma participação parcial, justificada pela falta de tempo

Quando o diretor coloca algumas metas nós opinamos e falamos até mais. A gente participa de algumas partes, outras partes nós somos sondados. Porque o nosso horário não dá pra gente sentar e ficar lendo. (P3)

E continua justificando:

E depois tem a minha parte de professora, com meu projeto, com meu plano de ensino anual. Esse tem que fazer, tem que rever, tem que melhorar. Até o Plano de Ensino, né, o anual, que você ... eles colocam ali, no início do ano, por exemplo, uns três dias de planejamento, que fala. Ali se discute tudo que tem

que discutir, que aconteceu... aí quando chega a hora de planejar mesmo já estamos no último dia. E isso a gente já vem reclamando já há muitos anos. Só que a rede não muda. Então... ora fazemos assim... nós nos juntamos no HTPC ou, hora uma faz uma parte, a outra faz outra e uma dá uma olhada, outra dá uma olhada. (P3)

Nesse trecho é perceptível verificar sobre o momento de trabalho coletivo da escola e o espaço de tempo para que isso aconteça. A falta de tempo para o planejamento ocasiona a junção de partes planejadas não demonstrando ser um trabalho feito no coletivo.

Apesar de representar uma conquista, a gestão democrática tem implicado mais exigência para a escola: os trabalhadores devem participar da gestão, da escolha direta para diretores e coordenadores escolares, além de representação junto aos conselhos escolares, da relação com a comunidade, etc. Além disso, a gestão democrática pressupõe o trabalho coletivo de elaboração do planejamento escolar e dos programas e currículos. Soma-se a isso a ampliação de 180 dias letivos para 200 ou 800 horas (OLIVEIRA *apud* BRASIL, 1996).

Podemos considerar que houve uma dilatação, no plano legal, do que seja o pleno exercício das atividades docentes. Agora, o trabalho docente deve contemplar as atividades em sala de aula, as reuniões pedagógicas, a participação na gestão da escola, o planejamento pedagógico, dentre outras atividades. Esse quadro tem resultado em significativa intensificação do trabalho e precarização das relações de emprego, em mudanças que repercutem sobre a identidade e profissão docente. (OLIVEIRA, 2008, pp. 29-39).

O trecho abaixo, resultado de pesquisa realizada em 2005, por encomenda do Ministério da Educação (MEC) relativa ao PNBE, e publicada em 2008, reafirma o pouco tempo do professor.

Algumas escolas acusaram o recebimento da coleção Biblioteca do Professor, que incluiu títulos adequados à formação continuada, porém os relatos indicavam que os professores quase não liam e/ou estudavam a partir deles. O tempo parcelado do trabalho docente, a falta de tempo para a leitura — que relacionam à multiplicidade de tarefas requeridas nas escolas e a necessidade de trabalhar em mais de uma instituição — aliados à frágil condição de leitores que detêm, parecia ter grande responsabilidade nessa situação (BRASIL, 2008, p. 101).

O PNE 2014 – 2024, Meta 17, que trata da valorização profissional, traz na estratégia 17.3 sobre planos de Carreira para os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica [...] “implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar”. (BRASIL, 2014)

Do ponto de vista deste professor, a participação se restringe a necessidades da escola:

nossa participação é de acordo com as necessidades da unidade escolar e de acordo que a direção pré-determina.

Olha, há um tempo, que eu sou professor mais antigo da unidade escolar, né, era mais ampla essa participação, agora tá um pouco mais restrito. Mais assim... nós necessitamos de tal coisa e você fornece o conhecimento, por exemplo, nós necessitamos do seu plano anual, nós necessitamos do seu plano semestral e assim por diante. (P4)

No segmento representativo dos pais, o primeiro participante da entrevista diz que não participou *Não participei. (M1)*

O outro reivindica informação a respeito da construção do PPP e sugere que nas reuniões de pais, vá esclarecendo a eles sobre funcionamento do projeto, da sua construção

Como mãe eu gostaria de ser informada durante a construção, pode ser em reunião de pais mesmo, pra nós podermos optar. É claro que um pai que não conhece a estrutura de um PPP, como eu conheço, não vai saber exatamente como ele funciona, mas os professores poderiam direcionar em reunião. 'Olha, o que vocês sugeririam pra trabalhar ... como poderia ser, a opinião dos pais, que nós podemos melhorar?' Isso que eu contemplaria dentro do PPP. Sempre orientando a melhor forma dele estar participando. E os pais não participam.

É o meu primeiro ano, como professora, e como mãe, é o meu terceiro. Nesses três anos eu ainda não vi essa temática trabalhada com os pais não. (M2)

Uma educação democrática e emancipadora pressupõe a participação de toda a comunidade escolar por meio do Conselho de escola e/ou da construção do projeto político-pedagógico. Assim, “essa participação requer, em primeiro lugar, que a comunidade tenha conhecimento e consciência de seu espaço de poder, e de que a “coisa pública” pertence aos cidadãos.” (BORDIGNON, 2005, p. 6).

Nas falas dos representantes do segmento pais, fica claro que não há participação.

*** O bibliotecário/profissionais e o planejamento pedagógico da escola.**

Conforme entrevistas, a participação dos profissionais que atuam na BE no planejamento pedagógico da escola é restrita “*Elas participaram nessa organização dos conteúdos, dos gêneros que seriam organizados pelas séries o que cada série iria contemplar.*” (C); “*Ela trabalha dentro do horário de trabalho dela, ela terminou o horário de trabalho dela, ela não faz parte do planejamento. Ela segue as orientações que são previamente determinadas.*” (P4); “*Quando tem alguma coisa que a gente precisa tá conversando ele chama, eu participo com eles, mas em geral não.*” (B1);

Inferimos, a partir da exposição desses discursos, que os profissionais da BE participam de planejamento e reuniões quando são chamados “*Elas participaram nessa*

organização dos conteúdos, dos gêneros [...]” (C); “[...] Ela segue as orientações que são previamente determinadas.” (P4)

O discurso do diretor demonstra que não há um trabalho articulado *“Um planejamento articulado com os professores é muito difícil ter.” (D)*

O professor nesta fala nos traz um dado muito comum existente na grande maioria das escolas do país.

Complicado. Geralmente são os professores, mas como eles são readaptados, eles ficam aqui na escola mas às vezes não participam. Estão desempenhando outras funções, fazendo... porque o começo do ano quando a gente tá fazendo a parte do planejamento o pessoal da biblioteca tá fazendo outra coisa, então... assim é tudo ligado ao que a gente tá fazendo, mas estar ali estudando, ali junto com a gente, propondo ... não. (P1)

Nesse sentido, a pesquisa do PNBE (2008, p. 46) corrobora a fala do entrevistado *“Os responsáveis pela guarda e uso dos livros nas escolas, e pelas salas de leitura ou bibliotecas eram, frequentemente, professores readaptados.”*

Nóbrega & Mollo (2011, p. 9) também apontam essa situação corriqueira nas escolas brasileiras

é muito recorrente que a biblioteca escolar, quando ela existe, seja gerenciada por funcionário não especializado, às vezes, afastado do contato direto com os alunos por motivos de saúde. [...] Esse profissional não pode ser apenas o arquivista responsável por catalogar e armazenar livros, mas, principalmente, precisa ser o mediador que aproxima os estudantes da informação desejada, auxilia na compreensão dos textos e na avaliação crítica das fontes, divulga as novas aquisições, desenvolve estratégias para dar a conhecer o acervo, promove atividades culturais referentes ao mundo da cultura escrita, articula as ações escolares com as da comunidade, enfim, tece uma rede de informação e de negociação de sentidos.

Este professor deixa dúvidas quanto à participação dos profissionais da biblioteca nas reuniões. Mas acredita que há planejamento com o orientador pedagógico. Pelos menos no trabalho referente a gêneros, acontece esse planejamento articulado, porém, somente entre os dois segmentos, orientador e profissionais da biblioteca *“É claro que quando se faz os planejamentos, os projetos que vão ter para a biblioteca, eu creio, eu não sei, que ela é chamada pelo orientador e eles sentam e conversam e planejam juntos.” (P2)*

Um dos profissionais que atuam na BE fala também da limitação, porém diz que é incluída no planejamento e dá sua contribuição *“Todo começo de ano a gente participa. A gente também é incluso nele. A gente dá contribuição.” (B2)*

Apesar de os discursos anteriores mostrarem uma limitação da participação dos profissionais da BE, no planejamento pedagógico, este professor traz uma fala contraditória “*Nas reuniões que nós temos eles estão sempre presentes, a escola num todo.*” (P3)

Considerando a relevância da participação de toda a comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico, visando, entre outros aspectos, à qualidade do ensino, a biblioteca deve ser integrada ao PPP, e, neste, ser explicitado sua função e seu papel no contexto escolar. Portanto, devem ser garantidas ações da BE, no sentido de garantir o cumprimento de seu papel educativo, cultural e social na comunidade escolar da qual está inserida.

O bom funcionamento da biblioteca escolar depende de ações estratégicas. É o trabalho conjunto de professores e bibliotecário que fará com que os serviços prestados por ela sejam relevantes para todos: funcionários, professores, alunos. Um trabalho dessa natureza torna a biblioteca necessária à comunidade escolar, que sente falta do que lá se experimenta, dos materiais disponíveis, das informações desejadas. (NOBREGA; MOLLO; 2011, p. 9)

A participação de toda a comunidade escolar é relevante tanto na construção do PPP, bem como na sua avaliação, ajustando-o às necessidades e interesses da escola. Por isso, ser um documento processual.

*** O projeto político-pedagógico em processo**

As reuniões pedagógicas citadas por um dos entrevistados fornecem indícios de que o documento (PPP) é consultado e avaliado, porém não fica claro como isso é feito “*a gente tem as reuniões pedagógicas que acontecem no ano, no meio do ano sempre tem pra retomar pra ver se tá dando certo e continua.*” (B1)

O entrevistado foi enfático na resposta, afirmando “*Sim. Ele acaba sendo o nosso guia, a nossa bússola;*” (C) e mostra que o PPP é retomado nas reuniões de planejamento – HTPC – bem como no Conselho

E a gente sempre lembra, ‘olha...,’nas nossas reuniões ... ‘nós colocamos esses objetivos, nós estamos alcançando, essas ações aqui, nós estamos realizando?’ E pedindo essa colaboração pra que ele realmente possa ser colocado em prática. Então em nossas reuniões, em nossos encontros, a gente sempre ressalta. Em nossos HTPCs a gente procura retomar alguns compromissos que nós tivemos e, não só no PPP, mas também nas reuniões de planejamento pra que possamos cumprir todo ele, até o término dele. Nas reuniões de Conselho também porque as decisões do PPP são passadas através do Conselho. Então são setores muito importantes que fazem desenvolver esse PPP. (C)

É importante que os setores mencionados estejam acompanhando o PPP, avaliando-o, sugerindo mudanças, bem como todos os setores da escola.

A verificação se dá nas reuniões de planejamento

A direção, a orientação vem e fala: ó, nosso projeto tem isso, o que nós vamos fazer em cima disso, então já vem, não tem assim que ta pegando. Na construção há a participação dos professores. (P1)

Olha... falar a verdade a gente não costuma... eu não sei ... a gente cai muito só mais na questão do planejamento, né. É que ... pra falar a verdade... pegar, pegar... a gente não pega. O que acontece muitas vezes com a orientação, estou falando isso como quando eu fui orientadora. A gente pega muita coisa de lá e traz pra reunião de planejamento,... 'Ó, gente, a gente está esquecendo isso, vamos retomar isso? Nós planejamos isso. E não está acontecendo. Vamos rever?' Então a gente não pega no papel, mas a nossa liderança, a nossa gestão, sempre está trazendo a tona pra gente, coisas que nós nos comprometemos em fazer e às vezes estamos esquecendo. (P2)

Esse professor parece contar experiências em escola onde foi orientador, mas o discurso dele está em consonância com outros aqui registrados.

Há acesso para consulta quando necessário. Há liberdade para fazê-lo “*Depois que ele está feito, geralmente é passado pra nós, o que contém. E aí, se caso precisamos consultar alguma coisa, nós temos acesso, não é barrado não.*” (P3)

A declaração “*Depois que ele está feito, geralmente é passado pra nós, o que contém*”, (P3) dá uma ideia de que não houve participação na construção do PPP.

A afirmação do professor nos leva a inferir que somente os participantes do Conselho têm livre acesso ao PPP.

Não. Eu era do Conselho, eu saí há um ano e pouco, poucas vezes eu tive a oportunidade de pegá-lo e de folheá-lo. Anteriormente, há uns três anos atrás, eu tinha amplo acesso a ele, eu via, eu lia, ele era debatido. Eu tinha um contato muito amplo com ele, agora tá mais restrito. (P4)

O segmento pais mostra desconhecimento do documento. Para ele o PPP será disponibilizado somente quando conveniente.

Esse documento, com certeza, não é aos pais, disponibilizado. Vai ser disponibilizado quando eu mãe vir reclamar de a ou b ou contestar uma proposta, eles vão buscar dentro do PPP onde ele está embasado, que a questão ta sendo trabalhada, mas não que eu tenha acesso, que eu posso manipular esse material. Como mãe, eu nunca vi ele assim disponível, pra consulta, não. (M2)

*** E a biblioteca escola? Qual seu espaço no projeto político-pedagógico?**

O funcionário diz não ter conhecimento da inserção da biblioteca no PPP “*Não. Não tenho esse conhecimento.*” (B1) E quando questionada em relação ao planejamento pedagógico diário, B1 diz que ela tem, mas na verdade a participação dela é com o atendimento na BE e não no planejamento dia a dia.

É, aí tenho porque estou aqui. Estou aqui participando. Não é assim... Participando. Tô trabalhando. Tô recebendo as crianças. Tô entregando os livros. A pergunta que ela faz pra mim eu respondo. Onde tá o livro ... tal livro.(B2).

O outro funcionário diz que a BE está no projeto, mas não percebemos um trabalho coletivo entre professores e bibliotecários

Ela está no projeto. [...]A gente tá sempre observando. Vendo se ta funcionando ou não. Isso é passado pra direção, se acontecer alguma coisa que a gente não tá de acordo a gente passa para a direção e é conversado pra ver se vai mudar ou não, se ta dando certo ou não aí, tem as mudanças. (B2)

Por meio das falas de B1 e B2 percebe-se o desconhecimento do PPP, sua função, assim como a inserção da biblioteca nele. B1 diz que não tem conhecimento. Ele participa fazendo o trabalho dele, atendendo quem vai à biblioteca procurar, saber sobre livros e outros materiais.

Percebemos que não há uma discussão no coletivo, tanto os acertos quanto as falhas são ditas à direção. Também não foi mencionado sobre algum tipo de atividade que tenha sido planejada em equipe.

Eu acredito que, como eu falei no começo da minha fala, a biblioteca é um espaço muito importante de enriquecimento. Tanto que a gente gosta que as nossas HTPCs aconteçam dentro da biblioteca, por quê? HTPC é um trabalho de formação continuada, então ela tem um ... são quatro horas. Duas horas eu preparo uma capacitação com os professores. As outras duas horas o professor planeja. Dentro da biblioteca é importante, porque ele tem o acervo, ele já está ali. Então o planejamento a gente acostuma que ele aconteça ali pra que o professor estando ali e consulta o acervo. (C)

O entrevistado C não responde sobre o que foi questionado: a *inserção da biblioteca no projeto político-pedagógico da escola*, apenas menciona sobre o planejamento do HTPC que acontece no espaço da biblioteca:

a biblioteca é um espaço muito importante de enriquecimento. Tanto que a gente gosta que as nossas HTPCs aconteçam dentro da biblioteca, por quê? HTPC é um

trabalho de formação continuada, então ela tem um ... são quatro horas. Duas horas eu preparo uma capacitação com os professores. As outras duas horas o professor planeja. Dentro da biblioteca é importante, porque ele tem o acervo ele já está ali. Então o planejamento, é costume que ele aconteça ali pra que o professor ao estar ali e consulta o acervo. (C)

E, considerando a resposta de D, a seguir, a biblioteca não faz parte do PPP, no que diz respeito ao pedagógico.

Então ... a biblioteca não estava inserida, então agora a gente já começa a pensar qual é a importância dessa biblioteca na formação de nossos alunos. Até é importante a provocação da sua pesquisa pra gente começar a inserir a biblioteca como espaço mesmo de aprendizagem para os alunos. (D)

O discurso do diretor demonstra que de fato a BE, no que refere a ações pedagógicas, não faz parte do PPP. E mais, percebemos, a partir desse diálogo, a significação dada tanto à biblioteca quanto a pesquisa que estávamos realizando.

Apesar de, ao falar da construção do PPP, anteriormente, o entrevistado ter dito o seguinte:

ele se constrói diariamente. E é assim, ele se constrói, por exemplo, a gente teve inauguração da biblioteca e teve outra demanda e aí o que vamos fazer? Se a gente sentiu a necessidade de ampliação da biblioteca, então qual o objetivo, não é? Qual é o objetivo político? Qual é a importância da biblioteca na construção da aprendizagem dessas crianças? Então o PPP é fundamental. (D)

Embora o discurso do entrevistado pareça ser contraditório, o projeto político-pedagógico da escola “Cora Coralina” não trata de questões pedagógicas referentes à biblioteca, tampouco há menção de trabalho participativo entre professores e os profissionais que atuam na BE.

[...] a biblioteca precisa estar enraizada no projeto pedagógico da escola, já que é peça relevante para a formação de usuários competentes da linguagem escrita, que se constitui como uma dimensão capacitadora das aprendizagens em todas as áreas. Mas, para que possa atuar como centro de informação, além do diálogo entre os profissionais que atuam na instituição, a biblioteca precisa estar equipada e organizada para funcionar bem. Essa demanda se traduz em um espaço agradável, além de um acervo com títulos impressos e digitais que atenda às demandas da pesquisa escolar e da leitura literária. (NÓBREGA; MOLLO, 2011, p. 8)

A BE deve ser considerada no PPP tanto no que se refere às questões de infraestrutura, materiais, quanto às pedagógicas

Entre os professores entrevistados, um deles disse que está há pouco tempo na escola (segundo ano de trabalho na unidade de ensino) e diz que não se lembra “*Não lembro, até porque quando ele foi feito eu não tava aqui, né? É o segundo ano que estou aqui.*” (P1)

Outro disse que iniciariam uma discussão sobre o PPP à época da entrevista. O anterior correspondia a triênio 2013- 2015.

Olha, eu não posso te responder isso. Até porque a gente vai começar a trabalhar o nosso PPP agora. Venceu agora em 2015. Então a gente não começou essa questão, eu não sei como é que ta. Não sei te responder essa questão. (P2)

Os outros dois professores estão há mais tempo na escola. Disseram que há a inserção. O primeiro justifica seu discurso pelo fato de o projeto de leitura estar inserido no documento no triênio 2013 – 2015 ter continuidade até então.

Ah acho que assim, o valor e o peso das outras coisas. Eu conheço o documento e eu sei que está inserido. E eu falo assim por ser algo que existe há muitos anos e não morreu ainda, né. Então é assim, o valor dele (não sei se posso falar assim... um peso?) é o mesmo dos outros projetos que têm na escola. (P3)

O outro diz ser fato que a biblioteca está inserida no documento da escola, mas fala em Plano Diretor. E, feita a leitura e análise do PPP da escola, vimos que constam itens sobre a BE, por exemplo, a existência de um projeto de leitura, porém, há apenas citação do projeto, não há atividades que mostrem um trabalho desenvolvido pelo coletivo dos profissionais.

Então, no Plano Diretor da escola sei falar, eu li e sei onde ela ta inserida. Anteriormente, ele estava sim inserida, através dos Sis-compra, através desse Projeto “Eu li, gostei, recomendo” Então existia sempre uma inserção muito grande no processo ensino aprendizagem dos alunos. No momento eu não sei como anda, porque a gente não ta tendo acesso, nós professores, ao PPP, nem ao Plano Diretor. (P4)

O projeto “*Eu li, gostei, recomendo*” citado não consta no PPP da escola.

O segmento pais acredita que esteja inserida, pois havia discussão sobre a organização da BE no Conselho de escola, à época das reuniões sobre a ampliação da biblioteca.

Não sei. Mas creio que esteja inserida, pois foi organizada essa biblioteca. E foi discutido o projeto feito pela professora. Foi mostrado pra nós, nas reuniões do conselho escolar. Pediram sugestão. (M1)

Precisamos ter bem claro com a análise das entrevistas que o projeto político-pedagógico foi construído em outra gestão e que finaliza o triênio de vigência do referido documento (triênio 2013-2015). E que no ano da pesquisa começaria o movimento para o trabalho para o triênio seguinte. É preciso considerar também a rotatividade dos profissionais na escola, o conhecimento e envolvimento da comunidade escolar. Fatos estes que frisam a necessidade de se ter um projeto para a escola e de sua construção ser processual.

No entanto, são fatos como esses que também justificam a construção de um projeto político para a unidade de ensino e de que seja participativo, e também o acompanhamento e avaliação, acolhendo novas contribuições.

O projeto político- pedagógico retrata a escola em movimento (GRACINDO, 2004) e reflete o trabalho coletivo no sentido de estabelecer as ações pedagógicas e administrativas, servindo de “ponte” entre o existente e o desejável.

Outro aspecto que devemos levar em conta é o fato de que a escola não tem em seu quadro de servidores o bibliotecário, e sim, profissionais de outra área da educação que atuam na biblioteca, desempenhando as atividades com responsabilidade e bastante envolvimento. Atendendo as necessidades que lhes são dirigidas, nas condições que lhes são oferecidas.

Não nos restam dúvidas, após a pesquisa e estudo da literatura, de que a presença do bibliotecário na escola e (ou) uma formação adequada dos profissionais que atuam na BE sejam de fundamental importância para o desenvolvimento dos trabalhos na biblioteca da escola. Outro fator imprescindível é o trabalho coletivo de professores e bibliotecários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha trajetória de estudo e trabalho na educação instigou-me a conhecer mais a respeito do acesso à leitura, à literatura, e conseqüentemente a investigar a respeito do tratamento dispensado à biblioteca da escola, na perspectiva da integração ao trabalho pedagógico com o desenvolvimento da leitura literária, da cultura letrada e o acesso a bens informacionais e culturais.

Para tal investigação foi utilizada a pesquisa documental e estudo de caso com abordagem qualitativa, que consistiu na análise do projeto político-pedagógico de uma escola pública de educação básica da rede municipal de Presidente Prudente/SP, e entrevistas com os profissionais e pais da unidade de ensino. E, os resultados foram analisados utilizando a técnica de análise do discurso.

O resultado desse estudo foi organizado em quatro capítulos.

No capítulo **Biblioteca escolar: história, espaço de mediação de leitura, conhecimento informacional e acesso a bens culturais**, trouxemos um pouco de história do livro e da biblioteca desde a Antiguidade até os dias de hoje, no mundo e em especial no Brasil; e mais especificamente da biblioteca da escola pública.

Discutimos sobre a concepção, importância e o papel desta, na educação e na cultura brasileira – o acesso a conhecimentos científicos, à tecnologia e a bens culturais – com vistas à socialização do conhecimento; sobre as políticas públicas na área do livro, leitura e biblioteca escolar; a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem dos recursos informacionais e de promoção da leitura e da literatura, de forma a contribuir para a aquisição e ampliação da cultura letrada.

No capítulo **Projeto político-pedagógico**, vimos que desde a década de 1920, iniciou-se um movimento em prol a democratização da escola e na Constituição de 1988, no artigo 206, inciso VI garantiu-se a gestão democrática.

A concretização da gestão democrática na escola foi o caminho para se buscar mudanças na educação e, a construção do projeto político-pedagógico, uma das medidas relevantes para alcançar a democracia, a autonomia e o exercício da cidadania.

A legislação proporcionou à escola autonomia para elaborar o seu projeto político-pedagógico (PPP) com a participação de toda a comunidade escolar. A construção do projeto pedagógico é uma ação fundamental e a primeira a nortear a organização do trabalho da escola, tendo como base a concepção de sociedade, educação e escola que objetiva a

emancipação humana. Assim, acreditamos que a biblioteca, como espaço de informação e conhecimento, desenvolvimento das habilidades informacionais e acesso à cultura letrada, seja contemplada no PPP, de maneira a contribuir com o currículo escolar.

No capítulo **Discussão e resultados da análise do projeto político-pedagógico da escola municipal – Triênio 2013 a 2015 – relativos ao enfoque dado à biblioteca** discutidos os dados relativos ao cenário da pesquisa, apresentamos a análise documental, referente ao projeto político-pedagógico da Escola Municipal – Triênio 2013 a 2015. Nesse capítulo destacamos o tratamento dado à biblioteca no projeto político-pedagógico da escola; biblioteca escolar e sua contribuição para a formação de leitores; conceito de biblioteca contido no projeto político-pedagógico da escola; e espaço de difusão cultural e tecnológica. Vimos que a biblioteca está inclusa em vários itens do documento da escola: na caracterização da unidade de ensino, quanto à quantidade de espaço e sua otimização, recursos físicos e materiais, na relação do pessoal da unidade, levantamento e identificação de problemas e necessidades a atender o ensino fundamental – requisitos e características críticos da escola: fraquezas da escola – ambiente interno e ambiente externo –, investimento e infraestrutura.

Um dado que nos chamou a atenção é o de que o PPP traz os planos de trabalhos/funções e responsabilidades dos profissionais e departamentos da escola, mas não o da biblioteca, do bibliotecário/profissional que atua na biblioteca. O PPP não apresenta ações pedagógicas coletivas, com vistas à contribuição para a formação de leitores e outras, ainda que nele a BE seja tratada como um espaço pedagógico.

O conceito de biblioteca não fica claro no projeto político-pedagógico da escola. Este aparece primeiramente como ambiente pedagógico – sala de leitura; num segundo momento, como sala de leitura ou biblioteca; e no restante do documento, como biblioteca. Se considerarmos o Manual de procedimentos e normas para sala de leitura elaborado pela SME (2016), as escolas possuem sala de leitura, porém, o Plano Municipal de Educação (2015) usa o vocábulo biblioteca.

O documento não registra a biblioteca como espaço de difusão cultural e tecnológica. Não são indicadas atividades, nesse aspecto, no PPP. Em relação à indicação de informatização da BE, com as entrevistas vimos que não foi concretizado. Não há computadores na biblioteca e nem outros aparelhos multimídia.

Da **análise e discussão das entrevistas** emergiram três eixos: biblioteca escolar: local de acesso à cultura letrada; investimento e acesso: promoção do conhecimento; biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: relações participativas.

Para as pessoas entrevistadas, a BE é um espaço criado para interação com os livros e de desenvolvimento das habilidades leitoras, vivência da literatura, pesquisa, aprofundamento dos estudos realizados na sala de aula. Permite à criança a expansão da leitura e da cultura; é espaço de estímulo à leitura onde o aluno pode fazer sua escolha. É espaço de autonomia. Assim, contribuindo para a aprendizagem e aprimoramento dos conhecimentos, para a educação, e à cultura letrada. Portanto, necessária na unidade de ensino, proporcionando a interação com a cultura, aquisição e transformação desse conhecimento para atuação social. Todos os entrevistados consideram a biblioteca como um espaço pedagógico da escola.

Quanto ao acervo para o desenvolvimento de projetos de leitura, a maioria dos entrevistados considera que há qualidade e quantidade suficiente para o desenvolvimento de projetos de leitura. Porém há opiniões diferentes. Há quem pense que deveria ter mais exemplares do mesmo título; outro diz que o acervo não é tão grande, mas é possível a realização de projetos de leitura e também há quem considere o acervo insuficiente. Entre as solicitações registradas no PPP, uma delas foi a ampliação do acervo literário.

No PPP é registrado um projeto de leitura. E, conforme entrevistas, na escola são desenvolvidos três projetos de incentivo à leitura: contação de histórias para as turmas de primeiro ano, (já planejam ampliá-lo para outras turmas/ano); há um projeto realizado com gêneros literários que acontece na sala de aula, e um terceiro em que os alunos pegam o livro na biblioteca e leem na sala, às vezes na biblioteca, e em casa. No entanto, não há indícios de que esses projetos sejam discutidos pela comunidade escolar, tampouco no âmbito do projeto político-pedagógico da escola. Quanto a **investimento e acesso: promoção do conhecimento**, além dos acervos literários para os alunos, há acervos teórico-metodológicos para os professores, distribuídos pelo governo federal por meio do PNBE. Esse material e também revistas direcionadas às crianças e aos professores, embora não sejam conhecidos por boa parte dos entrevistados, estão na escola. Entre os entrevistados, somente um fez referência ao acervo do PNBE. Houve quem dissesse que chega material pelo correio, mas não definiu qual é, e nem quem o envia. Ainda em relação aos acervos, são adquiridos livros também, via compra direta da escola, por ocasião do Salão do Livro, que acontece na cidade. Para a realização dessa compra, a SME repassa dinheiro para a escola. O critério de seleção para a compra dos livros é a escolha feita por alunos e professores da unidade de ensino, conforme indícios nas entrevistas.

Foi amplamente destacado por todos a ampliação da BE e as melhorias advindas dessa ampliação, mas assinalam a falta de informatização, dando enfoque aos computadores.

Embora o discurso seja o de que estes seriam necessários para organização do acervo e empréstimo de material, veem problemas em relação aos profissionais para lidar com esses serviços, necessitando, assim, de formação dos profissionais para o desempenho das atividades relativas à informática. Outra formação necessária é para o trabalho de contação de histórias, mediação de leitura.

Em relação ao livre acesso à biblioteca, afirmam que os alunos têm. No entanto, de acordo com a fala de um dos entrevistados do segmento pais, acreditamos que não haja. E, ao observarmos a programação das turmas/quantidade, bem como o horário de funcionamento da biblioteca, conforme PPP, não há como a criança ter acesso livre à biblioteca.

Quanto ao atendimento à comunidade, embora conste no PPP (PRESIDENTE PRUDENTE, 2013-2015, p. 18), de acordo com o discurso dos entrevistados, o atendimento é somente para o público interno. No que diz respeito ao turno noturno, em um determinado período houve funcionamento do Projovem, mas à época da pesquisa, já terminara o curso. E, de acordo com o PPP, não constava funcionamento da biblioteca para os alunos do noturno. Apesar de a escola não mais ofertar o Projovem, no documento ainda constava o curso, bem como outros itens registrados. Isso demonstra que o documento não fora atualizado.

No item: **Biblioteca escolar e projeto político-pedagógico: relações participativas**, todos os participantes da pesquisa reconhecem a relevância da construção do projeto político-pedagógico da escola e o envolvimento da comunidade escolar nessa construção. Entretanto, em relação à participação dos profissionais da escola, não foi possível elucidar, se referiam a reuniões pedagógicas, Plano Diretor ou outras. No discurso dos representantes do segmento pais, fica claro que estes não participam das reuniões para elaboração do PPP, e sim, das reuniões de pais ou do Conselho Escolar.

Assim, após análise, verificamos que o PPP não fora construído com a participação de toda comunidade escolar, mas com parte dela, por meio do Conselho de Escola. Em alguns momentos, e para alguns dos entrevistados, parece não haver distinção entre o projeto político-pedagógico e as reuniões pedagógicas, mas o discurso dos entrevistados mostra que têm conhecimento do PPP construído no triênio 2013 – 2015, e que este era considerado pela atual direção da escola e as ações propostas vinham sendo executadas. Um exemplo bem claro é a ampliação da BE. Quanto à participação dos profissionais que atuam na BE, vimos, por meio dos discursos, que não há um planejamento articulado com os professores. Quando tem alguma coisa de que estão precisando, esses profissionais são convidados a participar.

No discurso dos entrevistados não percebemos a existência de um trabalho coletivo entre professores e bibliotecários. Tanto os acertos quanto as falhas são ditas à direção. Além disso, também não foi mencionado sobre algum tipo de atividade que tenha sido planejada em equipe. O projeto político-pedagógico da escola “Cora Coralina”, referente à biblioteca, trata de questões mais técnicas.

As reuniões pedagógicas citadas pelos entrevistados fornecem indícios de que o documento (PPP) é consultado e avaliado, porém não fica claro como isso é feito. Assim, inferimos que esse documento é discutido somente em nível de Conselho Escolar.

Precisamos ter bem claro que o projeto político-pedagógico foi construído em outra gestão e que finaliza o triênio de vigência do referido documento (triênio 2013-2015), e, no ano da pesquisa, começariam os trabalhos de discussão e elaboração de documento para o triênio seguinte. É preciso considerar também a rotatividade dos profissionais, o conhecimento e envolvimento da comunidade escolar. Fatos estes que frisam a necessidade de se ter um projeto para a escola, e que também justificam a construção participativa de todos no projeto político para a unidade de ensino. Por isso, sua construção, acompanhamento e a avaliação devem ser processuais.

Outro aspecto que devemos levar em conta, é o fato de que a escola não tem em seu quadro de servidores o (s) bibliotecário (s) e sim, profissionais readaptados, e estes atuam na biblioteca, desenvolvendo as atividades com bastante responsabilidade e envolvimento, atendendo as necessidades que lhes são dirigidas, nas condições que lhes são oferecidas, ainda que não tenham formação relativa à função desempenhada.

A pesquisa e estudo da literatura sobre o tema não deixam dúvidas de que é imprescindível a inserção da BE no currículo escolar. Ela é o eixo que pode garantir e sustentar os processos de ensino e aprendizagem. Vimos também que a presença do profissional bibliotecário na escola é de fundamental relevância, bem como a necessidade de formação dos profissionais que atuam na BE. É essencial que o bibliotecário faça parte das discussões pedagógicas. E que é indispensável a participação coletiva da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico.

Os resultados da investigação mostram que o projeto político-pedagógico da escola não menciona de maneira explícita o conceito de biblioteca escolar, nem a contribuição desta para o trabalho de formação de leitores, apenas cita no plano de ação um projeto de leitura. Os alunos vão à biblioteca de acordo com horário organizado para atendimento a todas as classes da escola, escolhem livros e levam para leitura em sala de aula e (ou) em casa. Há um

trabalho de contação de histórias em desenvolvimento na biblioteca, à época, restrito a algumas turmas, mas em via de ser estendido a todos, necessitando formação para mediação da leitura literária. Existe outro projeto desenvolvido em sala de aula com gêneros literários. Não há registro de ações pedagógicas coletivas de desenvolvimento de trabalho efetivo com a leitura, a literatura, para formação de leitores proficientes e acesso à cultura letrada. Embora haja obras direcionadas aos professores, estes, pouco, as buscam.

Por meio das entrevistas percebe-se que a comunidade escolar reconhece a relevância da BE para processo de ensino e aprendizagem, valorizam o espaço físico adquirido, veem necessidade de mais bem benfeitorias, por exemplo, a informatização e a formação de profissionais para nela atuar.

Ao analisar o projeto político-pedagógico da escola e ouvir os entrevistados, fica evidente a existência de um PPP “encadernado” e um PPP “vivenciado”.

As habilidades para uso da biblioteca e os recursos informacionais são aspectos que devem ser considerados ao elaborar o projeto político-pedagógico da escola. Como a leitura e a escrita, as habilidades informacionais são utilizadas para alcançar objetivos de aprendizagem.

É necessário que na biblioteca os alunos sejam orientados para escolherem recursos adequados para informação e entretenimento, de forma que tomem conhecimento de informações acessíveis, dominem habilidades para localizar os materiais desejados e a competência para avaliar, selecionar e interpretar esses materiais. Aprender a localizar e interpretar informações amplia o conhecimento e a autonomia para realizar escolhas e tomar decisões.

Esperamos que este estudo possa promover uma reflexão quanto ao tipo de biblioteca adequado à demanda da comunidade escolar, à utilização desta, bem como sua integração ao planejamento coletivo da escola, tornando-se o centro do currículo, e da escola, contribuindo para melhoria da qualidade do ensino, de modo a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e à promoção e distribuição de bens culturais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. *Literatura Infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.

ARENA, D. B. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUZA, R.J. (org.). *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

BAMBERGER, R. *Como incentivar o hábito da leitura*. São Paulo: Ática, 2004.

BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

_____. *A Pesquisa Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Coleção Ciências da Educação, orientado por Maria Tereza Estrada e Albano Estrada. Porto: Porto Editora, 1982.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. V.2, nº1 (3), janeiro-junho/2005, pp. 68-80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 20 fev. 2016.

BORDIGNON, G. Desafios da gestão democrática da educação: nos sistemas de ensino e nas escolas públicas In: Salto para o Futuro. *TV escola*. Ministério da Educação. Gestão democrática da educação. Boletim de 19 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo>>. Brasília. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Proposta pedagógica: Gestão democrática da educação. In: Salto para o Futuro. *TV escola*. Ministério da Educação. Gestão democrática da educação. Boletim de 19 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo>>. Brasília. Acesso em: 07 jan. 2017.

BORTOLIN, S.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, R. J. (org.). *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. A leitura de textos literários na sala de aula: é conversando que a gente se entende... In: PAIVA, A.; MACIEL, F.; COSSON, R. (coord.). *Literatura: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. pp. 69-88. (Coleção Explorando o Ensino, v. 20).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Histórias e Histórias: guia do usuário do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 1999: Literatura infanto-juvenil*. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para formação de professores. Brasília: SEF: 2002

_____. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, *Lei nº 10.994, de 14 de Dezembro de 2004. Depósito Legal*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm>. Brasília. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Salto para o Futuro; TV escola. Ministério da Educação. *Gestão democrática da educação*. Boletim de 19 de outubro de 2005.

_____. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

_____. *Lei nº 12.244/2010, de 24 de maio de 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. *Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Acervos complementares: alfabetização e letramento nas diferentes áreas do conhecimento*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2012.

_____. *Constituição Federal de 1988*. Brasília. Edições Câmara, 2013.

_____. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília. Edições Câmara, 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *PNBE na escola : literatura fora da caixa; elaborada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Universidade Federal de Minas Gerais*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

_____. *Lei nº 13.005, de junho de 2014*. Brasília. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 07 abr. 2016.

_____. Câmara dos Deputados; Senado Federal. GOMES, A. V. A., BRITTO, T. F.(org.). *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. Brasília: Edições Câmara/ Edições Técnicas, 2015.

_____. Ministério da Cultura. *Biblioteca Nacional*. Brasil. Disponível em: <<http://guiaculturalcentrotorio.com.br/biblioteca-nacional/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. Fundo de Desenvolvimento da Educação. *Programas / PNBE*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Brasília. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354140&idtema=156&search=saopaulo|presidente-prudente|ensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Resolução nº 58 de 23 de dezembro de 2004. Ministério da Educação. *Fundo Nacional da Educação Básica*. Brasília. <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/>>. Acesso em 26 out. 2016.

_____. *Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm>. Acesso em: 09 nov. 2016.

BUSSMANN, A. C. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. In: VEIGA, I. P. A.(org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

CALDEIRA, P. T. Espaço físico. In: CAMPELLO, B.S. (coord) *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento : Parâmetros para bibliotecas escolares / Grupo de estudos em biblioteca*. Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação, 2010.

CAMPELLO, B. S. A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo (Coord.). *Literatura: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. pp. 127-142 (Coleção Explorando o Ensino, v. 20).

_____. *Letramento informacional – Função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CAMPELLO, B. S.; SILVA, M.A. *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento : Parâmetros para bibliotecas escolares / Grupo de estudos em biblioteca escolar ; Bernadete Campello (Coordenadora)*. Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação, 2010.

_____. *Parâmetros para bibliotecas escolares Brasileiras: fundamentos de sua elaboração*. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.21, n.2, pp. 105-120, maio/ago. 2011.

Disponível em:

<<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/Campello%20InfoeSoc%202011.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: Vários Escritos. Rio de Janeiro: Duas cidades, 1995.

CARVALHO, M. C. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, B. et al. *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. *Escutar os mortos com os olhos*. Traduzido por Jean Briant. O original em francês – “Écouter les morts avec les yeux” IEA-USP: – encontra-se à disposição do leitor no IEA-USP para eventual consulta. Recebido em 10.08.2009 e aceito em 15.8.2009. Estudos Avançados 24-69 – 2010.

_____; CHARTIER, A. M. Conferência a duas vozes. In: RÖSING, T. M. K (org) *Literatura e identidade na era da mobilidade*. Passo Fundo: UPF, 2016.

COLOMER, T. *Andar entre livros: a leitura literária na escola*; [tradução Laura Sandroni]. São Paulo: Global, 2007.

CÔRTE, A. R.; BANDEIRA, S. P. *Biblioteca Escolar*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2011.

CURY, C. R. J. O Princípio da gestão democrática na educação: gestão democrática da educação pública In: Salto para o Futuro; TV escola. Ministério da Educação. *Gestão democrática da educação*. Boletim de 19 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo> Brasília. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. *Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas Constituições*. (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

CUSTÓDIO, C. D. *Leitura, formação de leitores e Estado: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação 1930-1994*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2000. 212 fls.

DI GIORGI, C. A.; LEITE, Y. U. F. A qualidade da escola pública, na perspectiva democrática popular. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, n. 30, pp. 305-323, jul./dez. 2010.

FAILA, Z. (org.). *Retratos da leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FEBA. B.L.T; VINHAL, T. P. Biblioteca escolar e mediação de leitura para a formação do leitor literário. In: SOUZA. R.J. de; FEBA. B.L.T. (Org.) *Ações para a formação do leitor literário: da teoria à prática*. Assis-SP. Storbem Gráfica e Editora. 2013

GARCEZ, L. H. do C. A leitura compartilhada na hora do conto. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. *Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. pp. 49-59. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte/MG.

GIROTTO, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. A hora do conto na biblioteca escolar. In: SOUZA, R. J (org.). *Bibliotecas Escolares e Práticas Educativas*. Campinas: Mercado de Letras, 2009

_____. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreenderem o que lêem. In: SOUZA, R. (org.) *Ler e compreender: estratégias de leitura*. Campinas, Mercado de Letras, 2010.

GOMES, A. V. A. Gestão democrática no Plano Nacional de Educação 2014 – 2024. In GOMES, A. V. A.; BRITO, T. F. (orgs.). *Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas*. Brasília: Edições Câmara; Edições Técnicas, 2015.

GRACINDO, R. V. Projeto Político-Pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR, Márcia A. (org). *Retrato da Escola no Brasil*. Brasília: CNTE, 2004.

_____. Os Conselhos Escolares e a Educação com Qualidade Social. Conselho escolar e educação com qualidade social In: Salto para o Futuro; *TV escola*. Ministério da Educação. Gestão democrática da educação. Boletim de 19 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/saltoparaofuturo> Brasília. Acesso em: 08 janeiro 2017.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. Dicionário *Houaiss* de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IFLA/UNESCO. *Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar*. Paulo/SP: 2005.

KLEIMAN, A. *Oficina de leitura: teoria & prática*. São Paulo: Pontes/Unicamp, 1973.

KUHLTHAU, C. *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*; traduzido e adaptado por Bernadete Santos Campello et al. 2. ed., 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Espaço físico. In: CAMPELLO, B.S. (coord) *Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento* : Parâmetros para bibliotecas escolares / Grupo de estudos em biblioteca. Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação, 2010.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LEAL, L. F. V. Biblioteca escolar como eixo estruturador do currículo escolar. In: RÖSING, T. K.; BECKER, P. (orgs.). *Leitura e animação cultural: repensando a escola*. Passo Fundo: UPF, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudanças. In: PIMENTA, S. G. (org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURENÇO FILHO, M. B. *O ensino e a biblioteca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. 1ª Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP, em 05/07/1944.

LÜDKE; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, N. D. de. Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar. São Paulo: IFLA/UNESCO, 2005. Disponível em :
<<http://www.ifla.org/VII/s11/pubs/schoolmanif.htm> >. Acesso em: 28 jan. 2017.

MACEDO, N. D. de (Org.). *Biblioteca escolar brasileira em debate: da memória profissional a um fórum virtual*. São Paulo: SENAC; Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª região, 2005.

MACIEL, F. I. P. O PNBE e o CEALE: de como semear leituras. In: PAIVA, A.; SOARES, M. (org.). *Literatura Infantil: políticas e concepções*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAROTO, L. H. *Biblioteca Escolar, eis a questão!* Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MARTINEZ, M.Q. A biblioteca e a formação do leitor. In: SERRA, E.D’A. (org) *Ler é preciso*. São Paulo: Global, 2002.

MARTINS, W. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Ática, 2002.

MAYRINK, P. T. Diretrizes para formação de coleções escolares. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e documentação*. 2 v. Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do estado da Bahia, 1991.

MINGUILI, M. G; DAIBEN, A. M. L. Projeto Pedagógico e projeto de ensino: um trabalho com os elementos constitutivos da prática pedagógica. In: PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. (Coord.), et al. *Oficinas de estudos pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior*. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, 2008.

MILANESI, L. *O que é biblioteca*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Org.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MORAES, Rubens Borba. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORAIS, E. C. *Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas na rede municipal de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2009 Dissertação (Mestrado em Educação).

NEGRÃO, May Brooking. Da enciclopédia ao banco de dados; a biblioteca escolar e a educação para a informação. *Cadernos do CED*, Florianópolis, v. 4, n. 10, pp. 87-112, jul./dez. 1987.

NEVES, C. M. C. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, I. P. A.(org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29ª ed. Campinas: Papirus, 2013.

NÓBREGA, M.J; MOLLO, G. Biblioteca Escolar: que espaço é esse? In: Salto para o Futuro; *TV escola*. Ministério da Educação. Boletim de 14 - outubro de 2011. Disponível em:<<http://tvbrasil.ebc.com.br/saltoparaofuturo/episodio/biblioteca-escolar-que-espaco-e-esse>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Professor se forma na escola. *Nova Escola*. Edição 142, Maio 2001. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente na América Latina Identidade e profissionalização. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, pp. 29-39, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 2 de fevereiro, 2017.

PAIVA, A. et al. *Literatura na infância: imagens e palavras*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

PAULINO, G.; COSSON, R. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: RÖSING, T. M. K; ZILBERMAN, R. (Orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.

PATTE, G. *Deixem que leiam*. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PEREIRA, F. R. *Práticas de leitura literária na educação infantil: como elas ocorrem em turmas de uma UMEI de Belo Horizonte?* Belo Horizonte: UFMG, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação).

PEREIRA, R.; SILVA, H. C. Competência em informação: perspectivas em torno da cultura escolar. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v.17, n.2, pp. 308-331, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/795>>. Acesso em: 19 maio 2016.

PIMENTEL, C. *Espaços de leitura: um estudo sobre as salas de leitura de escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.Tese.

PINHEIRO, M. E. A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.(org.) *Escola: Espaço do projeto político pedagógico*. Campinas: Papirus,1998.

PRESIDENTE PRUDENTE. Secretaria Municipal de Educação. Projeto Político-Pedagógico. Triênio 2013-2015.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Manual de Procedimentos e Normas Sala de leitura. 2016

_____. *A cidade*. Disponível em: <<http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/index.xhtml>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Administração. Disponível em: http://www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/leis_decretos_detalhe.xhtml?t=2&a=2015&n=8962&c= Acesso em 26 de fev. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<SeducGovernodePresidentePrudente.html>> Acesso em 27 de fev.2017.

QUEIRÓS, B.C. Entrevista concedida a Maria Carolina Trevisan. (Vídeo). 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6vVfeTrSYM8> Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Sobre ler, escrever e outros diálogos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

RESENDE, L. M. G.; VEIGA, I.P.A.(org.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papyrus, 1998.

RÖSING, T. M. K. *Perfil do novo leitor: em construção a importância dos Centros de Promoção de Leitura de Múltiplas linguagens*. Passo Fundo: UPF, 2001.

_____. Dinamizando a biblioteca, ressignificando a escola. In: RÖSING, T. M. K.; BECKER, P. R. *Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca*. Passo Fundo: UPF, 2002.

SAMPAIO; LIMA. Estratégias de leitura na educação infantil: possibilidades do trabalho docente com livros de literatura infantil. In: SOUZA, R.J.; PINHEIRO, H. (org.). *Literatura e formação de leitores: estratégias de leitura*. Campina Grande: EDUFCEG, 2015.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Portaria 7656/15 – SME de 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?al t=18122015P%20076562015SME> Acesso em: 18 de junho de 2016.

SAVIANI, D. *Escola e democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

SCLIAR, M. *A mulher que escreveu a bíblia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, L. M. Bibliotecas escolares e construção do sucesso educativo. *Centro de estudos em educação e psicologia*, Instituto de Educação e Psicologia. Braga/Portugal: Universidade do Minho, 2002.

SILVA, E. T. *Unidades de leitura* – trilogia pedagógica. Campinas/SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Linguagem e Sociedade).

_____. *Leitura em curso* – trilogia pedagógica. Campinas: Autores Associados, 2003b. (Coleção Linguagem e Sociedade).

_____. *De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *O ato de ler*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, L. L. M.; FERREIRA, N. S. A.; SCORI, R. A. Formar Leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. In: SOUZA, R.J. (org.). *Biblioteca Escolar e Práticas Educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

SILVA, M. C.; MARTINS, M. R. Experiências de leitura no contexto escolar. In: PAIVA, Aparecida; MACIEL, Francisca; COSSON, Rildo (Coord.). *Literatura: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. pp. 23-40 (Coleção Explorando o Ensino, v. 20).

SILVEIRA, F. J. N. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SMITH, Lane. *É um livro*. Companhia das Letras, 2010.

SOARES, M. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, A. et. al. (org.). *Democratizando a Leitura: pesquisa e práticas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES JÚNIOR, N.E. O lugar da pesquisa na formação inicial dos professores da educação física. Brasília: UnB, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação).

SOLÉ, I. *Estratégias de leitura*. Tradução de Cláudia Schilling – 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____; HERNANDES, E. D. K.; BALSAN, S. F. S. *Espaços de formação do leitor: a leitura na sala de aula e na biblioteca escolar*. Textura, n. 35, set./dez.2015. Disponível em: < www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/download/1616/1250>. Acesso em: 07 jul. 2016.

SZYMANSKI, Helena. *A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva*. Brasília: Liber Livro, v.4, 2002.

TRINDADE, M.; MARTINS, M. C. A função educadora da biblioteca escolar. In: *Anais do Educere*, 6, Curitiba, 2006. Disponível em:

<www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-065-TC.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2016.

VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 5. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. *Relatórios dos cursos sobre projeto político-pedagógico*, promovido pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (Programa do Caics), Secretarias Estaduais e Municipais de Educação de MG, PR, PI, RS sob a coordenação da UFU, de Pelotas, UEL e instituição de consultoria educacional Pesquisadores Associados. Teresina/PI. 1995/1996.

_____. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.

WATANABE, T. *Papel do Regimento Escolar na Organização e Funcionamento da Escola Pública*. 654 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1999.

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000179097>> Acesso em: 8 de fev. de 2017.

ZILBERMAN, R. Livros digitais para crianças e práticas de leitura. In: RÖSING, T. M. K. *Literatura e identidade na era da mobilidade*. Passo Fundo: UPF, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro para análise do projeto político-pedagógico

Com o objetivo de conhecer as reais condições de funcionamento da biblioteca em escolas dos anos iniciais da rede pública municipal de Presidente Prudente/SP, foi realizada leitura detalhada do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal e elaborado roteiro para análise e elucidação das indagações da pesquisa documental.

1. Verificar o tratamento dado à biblioteca no Projeto Político-Pedagógico da escola.
2. Avaliar a contribuição da biblioteca para o trabalho de formação de leitores, para o acesso a objetos informacionais, a bens culturais e para o processo de alfabetização e letramento na escola.
3. Conhecer o conceito de biblioteca contido no Projeto Político-Pedagógico da escola.
4. Identificar atividades de apoio à leitura, pesquisa e cultura desenvolvidas na escola que estão consoantes com o projeto político-pedagógico.

APÊNDICE 2 - Roteiro semiestruturado para realização das entrevistas

Com intuito de desenvolver uma pesquisa intitulada “**A presença da biblioteca escolar no projeto político-pedagógico de uma escola municipal de Presidente Prudente/SP**”, solicitamos sua colaboração, falando sobre pontos que serão questionados a partir de roteiro semiestruturado e faça os comentários que julgar necessários.

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora terá conhecimento de sua identidade e se compromete a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

Contamos com a sua colaboração e agradecemos antecipadamente por dispensar parte do seu valioso tempo.

1. No seu ponto de vista o que é uma biblioteca escolar (BE) e qual (ou quais) razão (oes) dela existir na escola?
2. A BE pode ser considerada um ambiente pedagógico da escola? Por quê?
3. No seu ponto de vista há acervo literário disponível na BE da escola para implementação de projetos de incentivo à leitura para os alunos?
4. 4 A escola desenvolve trabalhos de incentivo e apoio à leitura? Se sim, quais e como são realizados esses trabalhos? Por quem são coordenados?
5. Existem, na biblioteca dessa escola, obras/livros que auxiliam os professores no planejamento de atividades de mediação de leitura? Se sim, você já teve acesso? Quantos livros leu e (ou) consultou? E em que eles o ajudaram?
6. Você considera que a biblioteca, no que diz respeito a recursos físicos e materiais – acervos, computadores – bem como as atividades promovidas, atende a demanda da escola? Em caso negativo, quais ações poderiam ser planejadas e viabilizadas?
7. Houve investimento em acervos para biblioteca, nos últimos três anos? Em caso afirmativo, que tipo de acervos? De onde vem esse investimento?
8. A biblioteca é informatizada? Em caso positivo, os usuários têm acesso a essa informatização? Como?
9. Você considera que a biblioteca seja um ambiente adequado a apoiar atividades informacionais que contemplem os estudantes?
10. Os alunos têm livre acesso à biblioteca?

11. O atendimento da biblioteca contempla a comunidade? Em caso afirmativo, como se dá esse atendimento?
12. Os estudantes do turno noturno são contemplados com os serviços prestados pela biblioteca?
13. O bibliotecário ou os profissionais que atuam na biblioteca participam do planejamento pedagógico da escola? Como?
14. Do seu ponto de vista qual a importância de se construir um PPP para a escola? É relevante a participação de toda a comunidade escolar na construção desse projeto? Por quê?
15. Qual a sua participação na construção do PPP da escola?
16. Uma vez construído, esse documento é consultado com frequência? Se sim, em qual, ou em quais momentos é consultado?
17. Qual a inserção da biblioteca no projeto político-pedagógico da escola?
18. Há algum comentário que queira fazer?